

# Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Julho 2015

Volume 9 | Número 3





# Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Julho 2015  
Volume 9 | Número 3



CGC 00.038.166/0001-05

Boletim Regional do Banco Central do Brasil	Brasília	v. 9	n. 3	jul.	2015	p. 1-105
---	----------	------	------	------	------	----------

# Boletim Regional do Banco Central do Brasil

Publicação trimestral do Banco Central do Brasil/Departamento Econômico.

Os textos, as tabelas e os gráficos são de responsabilidade dos seguintes componentes do **Departamento Econômico (Depec)** (*e-mail*: [depec@bcb.gov.br](mailto:depec@bcb.gov.br)):

**Região Norte** – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belém (*e-mail*: [pa.depec@bcb.gov.br](mailto:pa.depec@bcb.gov.br));

**Região Nordeste** – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Fortaleza (*e-mail*: [ce.depec@bcb.gov.br](mailto:ce.depec@bcb.gov.br)),  
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Recife (*e-mail*: [pe.depec@bcb.gov.br](mailto:pe.depec@bcb.gov.br)),  
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Salvador (*e-mail*: [ba.depec@bcb.gov.br](mailto:ba.depec@bcb.gov.br));

**Região Centro-Oeste** – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*e-mail*: [mg.depec@bcb.gov.br](mailto:mg.depec@bcb.gov.br));

**Região Sudeste** – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Belo Horizonte (*e-mail*: [mg.depec@bcb.gov.br](mailto:mg.depec@bcb.gov.br)),  
Núcleo Regional do Departamento Econômico no Rio de Janeiro (*e-mail*: [rj.depec@bcb.gov.br](mailto:rj.depec@bcb.gov.br)),  
Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo (*e-mail*: [sp.depec@bcb.gov.br](mailto:sp.depec@bcb.gov.br));

**Região Sul** – Núcleo Regional do Departamento Econômico em Curitiba (*e-mail*: [pr.depec@bcb.gov.br](mailto:pr.depec@bcb.gov.br)),  
Núcleo Regional do Departamento Econômico em Porto Alegre (*e-mail*: [rs.depec@bcb.gov.br](mailto:rs.depec@bcb.gov.br)).

## Informações sobre o Boletim

Telefone: (61) 3414-1022

Fax: (61) 3414-2036

É permitida a reprodução das matérias, desde que mencionada a fonte: Boletim Regional do Banco Central do Brasil, v. 9, n. 2.

## Controle Geral de Publicações

Banco Central do Brasil  
Comun/Dipiv/Coivi  
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 14º andar  
Caixa Postal 8.670  
70074-900 Brasília – DF  
Telefones: (61) 3414-3710 e 3414-3565  
Fax: (61) 3414-1898  
*E-mail*: [editor@bcb.gov.br](mailto:editor@bcb.gov.br)

## Convenções estatísticas

- ... dados desconhecidos.
- dados nulos ou indicação de que a rubrica assinalada é inexistente.
- 0 ou 0,0 menor que a metade do último algarismo, à direita, assinalado.
- \* dados preliminares.

O hífen (-) entre anos (2004-2006) indica o total de anos, incluindo o primeiro e o último.

A barra (/) utilizada entre anos (2004/2006) indica a média anual dos anos assinalados, incluindo o primeiro e o último, ou, se especificado no texto, ano-safra ou ano-convênio.

Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Não são citadas as fontes dos quadros e gráficos de autoria exclusiva do Banco Central do Brasil.

## Central de Atendimento ao Cidadão

Banco Central do Brasil  
Deati/Diate  
SBS – Quadra 3 – Bloco B – Edifício-Sede – 2º subsolo  
70074-900 Brasília – DF  
DDG: 0800 9792345  
Fax: (61) 3414-2553  
Internet: <<http://www.bcb.gov.br>>

# Sumário

---

<b>Apresentação</b>	<b>5</b>
<b>Sumário executivo</b>	<b>7</b>
<b>Região Norte</b>	<b>9</b>
<b>Região Nordeste</b>	<b>15</b>
Bahia _____	20
Ceará _____	25
Pernambuco _____	30
<b>Região Centro-Oeste</b>	<b>35</b>
<b>Região Sudeste</b>	<b>43</b>
Minas Gerais _____	49
Rio de Janeiro _____	55
São Paulo _____	61
<b>Região Sul</b>	<b>67</b>
Paraná _____	74
Rio Grande do Sul _____	80
<b>Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais</b>	<b>87</b>
<b>Boxes</b>	
Economia Mineira: estrutura produtiva e desempenho recente _____	91
<b>Apêndice</b>	<b>99</b>

# Apresentação

---

O “Boletim Regional do Banco Central do Brasil” é uma publicação trimestral do Banco Central do Brasil que apresenta as condições da economia por regiões e por alguns estados do país. Sob o enfoque regional, enfatiza-se a evolução de indicadores que repercutem as decisões de política monetária – produção, vendas, emprego, preços, comércio exterior, entre outros. Nesse contexto, a publicação contribui para a avaliação do impacto das políticas da Autoridade Monetária sobre os diferentes entes da Federação, à luz das características econômicas locais e das gestões políticas regionais.

As análises e informações do “Boletim Regional” buscam oferecer à sociedade – em particular, a gestores de política econômica nas esferas subnacionais, pesquisadores e integrantes do meio acadêmico, empresários, investidores, e profissionais de imprensa – elementos que contribuam para identificar a forma e, especialmente, a magnitude de repercussão, no âmbito regional, das políticas implementadas. Ao mesmo tempo, a publicação contribui para dar à sociedade conhecimento dos critérios analíticos da Instituição.

O “Boletim Regional” analisa as economias das regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul e dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. A disponibilidade de estatísticas econômicas, bem como a distribuição geográfica das representações do Banco Central, influenciou a escolha dos estados. Assim, para as regiões que possuem apenas uma representação institucional – Norte e Centro-Oeste –, optou-se pela análise agregada regionalmente. Para as regiões em que existem mais de uma representação, são apresentadas, além da análise regional, as análises para os estados nos quais se encontram as representações.

Homogeneidade, abrangência e regularidade foram os principais critérios de escolha das estatísticas e das fontes. Dessa forma, em sua maior parte, os dados têm como origem

os órgãos e os institutos de âmbito nacional, destacadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e os entes da administração direta. Em alguns casos, foram utilizadas, complementarmente, informações de entidades regionais. Dados sem tratamento das fontes foram dessazonalizados pelo Departamento Econômico do Banco Central do Brasil (Depec).

## Sumário executivo

---

O processo de ajuste macroeconômico em curso no Brasil – necessário e essencial para a consolidação de fundamentos que favoreçam a convergência da inflação para a meta no final de 2016 – associado a efeitos de eventos não econômicos têm impactado negativamente o desempenho da atividade no curto prazo.

Esse cenário – caracterizado pela perseverança na rigidez da condução da política monetária e por patamares historicamente reduzidos de índices de confiança de empresários e consumidores – repercute na trajetória das economias das cinco regiões geográficas do país.

No Norte, a atividade econômica segue evidenciando os impactos negativos de resultados desfavoráveis registrados no comércio, na indústria e no setor externo. Nesse cenário, refletindo, em parte, retrações de 2,1% nas vendas do comércio ampliado e na atividade industrial, o Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-N) recuou 1,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 0,8% em maio. Vale destacar que o superávit da balança comercial da região decresceu de US\$1,42 bilhão, no primeiro semestre de 2014, para US\$457 milhões, no período correspondente de 2015.

O desempenho da economia do Nordeste foi sensibilizado, no trimestre encerrado em maio, pela perda de dinamismo do comércio e pela recuperação modesta da atividade agropecuária, ainda prejudicada por condições meteorológicas irregulares. Ressalte-se que o crescimento da indústria da região repercutiu, em grande parte, o efeito da base de comparação deprimida, em função da paralisação, na Bahia, da produção de derivados de petróleo e biocombustíveis em janeiro e fevereiro. Nesse cenário, o IBCR-NE decresceu 0,4% no trimestre, em relação ao encerrado em fevereiro, considerados dados dessazonalizados. O indicador cresceu 2,6% no período de doze meses encerrado em maio.

O ritmo da atividade econômica no Centro-Oeste segue em processo de acomodação, influenciado pelo impacto negativo da evolução das expectativas dos agentes econômicos sobre o desempenho das vendas do comércio e da indústria. Ressalte-se que essa dinâmica poderá ser intensificada pela evolução da renda agrícola, que poderá repercutir, no decorrer do ano, o impacto do recuo nas cotações internacionais dos principais produtos agrícolas, em que pese o aumento na produção de grãos e a depreciação cambial. Nesse contexto, o IBCR-CO recuou 0,7% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador variou 0,4% em maio.

A atividade econômica do Sudeste, evidenciando retrações relevantes nas vendas do comércio e na produção da indústria, manteve-se em trajetória de retração no trimestre encerrado em maio, com desdobramentos negativos sobre o mercado de trabalho. Ressalte-se que foram eliminados 66,1 mil empregos formais no período, ante a criação de 144,8 mil em igual período de 2014, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), destacando-se o corte de 60,8 mil vagas na indústria de transformação. Nesse cenário, o IBCR-SE recuou 1,2% no período, em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando decrescera 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-SE contraiu 1,4% em maio.

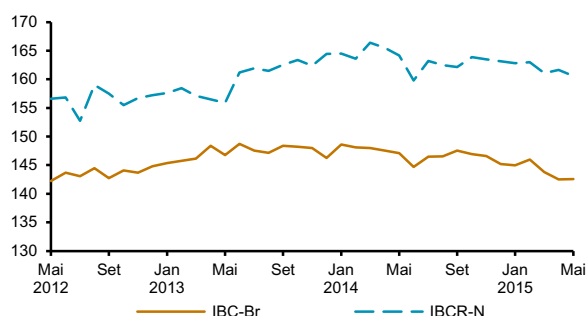
A economia do Sul apresentou relativa estabilidade no trimestre encerrado em maio, reflexo de retrações no comércio e na indústria, e de desempenhos favoráveis da agricultura e da balança comercial. Vale destacar a estimativa de aumento anual de 9,4% para a safra de grãos da região em 2015, impulsionado por aumentos projetados para as colheitas de trigo (18,8%) e soja (17,5%). Nesse cenário, o IBCR-S decresceu 0,1% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando recuara 1,2%, no mesmo tipo de comparação, na série isenta de sazonalidade. Considerados intervalos de doze meses, o indicador registrou estabilidade em maio.



## Região Norte

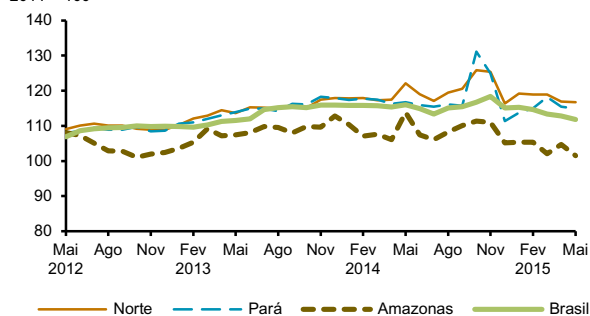
**Gráfico 1.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Norte**

Dados dessazonalizados  
2002 = 100



**Gráfico 1.2 – Índice de volume de vendas no varejo**

Dados dessazonalizados  
2011 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 1.1 – Receita nominal de serviços – Norte**

Índice geral

UF	2014		2015		Var. %
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses	
Região Norte	5,0	1,2	1,1	2,6	
Acre	7,3	-2,6	-3,7	0,5	
Amapá	-1,3	-2,5	-4,3	-4,0	
Amazonas	7,3	-0,5	-3,3	1,6	
Pará	3,5	3,5	5,5	4,4	
Rondônia	4,0	0,2	9,7	3,7	
Roraima	-0,3	-4,9	-4,8	-4,3	
Tocantins	5,6	6,9	-0,4	4,7	

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior

A atividade econômica do Norte segue evidenciando os resultados desfavoráveis na indústria e no setor externo e seus impactos sobre o comércio e o mercado de trabalho. Nesse cenário, o IBCR-N recuou 1,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 0,1%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 0,8% em maio (aumento de 1,1% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado recuaram 2,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando retraíram 6,2%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do IBGE. Destacaram-se as reduções no Amapá (6,2%), Rondônia (5,3%) e Tocantins (3,0%). Excluídas as vendas de veículos, peças e motocicletas, e de materiais de construção, o comércio varejista da região recuou 0,5% no período (-4,6% no trimestre encerrado em fevereiro).

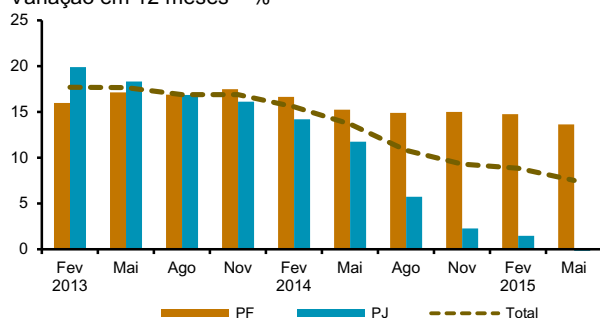
Considerados períodos de doze meses, o comércio ampliado expandiu 0,5% em maio (Roraima, 15,2%; Acre, 11,1%), ante 1,7% em fevereiro, enquanto as vendas varejistas cresceram 2,0% e 3,2%, respectivamente, nos períodos mencionados.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves totalizaram 33,3 mil unidades no trimestre encerrado em junho (contração de 4,2% em relação ao finalizado em março), de acordo com dados dessazonalizados da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabreve). Considerados períodos de doze meses, os emplacamentos decresceram 0,5% em junho (estabilidade em março).

O Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Icec) da região Norte, divulgado pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), atingiu 96 pontos em junho

**Gráfico 1.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Norte<sup>1/</sup>**

Varição em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 1.2 – Evolução do emprego formal – Norte**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	3,2	24,0	-3,4	-46,9	-22,5
Extrativa mineral	0,1	0,4	0,4	-0,8	-0,5
Indústria de transformação	-4,0	2,1	-1,5	-5,3	-8,7
Comércio	-3,9	1,5	9,4	-5,3	-4,4
Serviços	2,6	6,1	1,7	-9,4	-0,5
Construção civil	9,1	12,5	-12,8	-22,7	-7,4
Agropecuária	-1,1	1,5	-0,7	-2,5	-0,9
Outros <sup>2/</sup>	0,4	-0,1	0,0	-0,9	-0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais, administração pública e outros.

**Tabela 1.3 – Evolução do emprego formal – Norte**

Novos postos de trabalho

UF	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Região Norte	3,2	24,0	-3,4	-46,9	-22,5
Acre	-0,7	1,0	-1,0	-1,7	-0,2
Amapá	-1,6	0,4	0,9	-3,2	-1,7
Amazonas	-4,7	-0,5	0,3	-9,3	-10,3
Pará	7,1	17,4	0,2	-22,5	-6,8
Rondônia	1,6	1,7	-3,4	-7,0	-2,4
Roraima	0,6	0,3	0,2	-0,5	-0,6
Tocantins	0,8	3,7	-0,6	-2,8	-0,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

(99,8 pontos em março e 121,3 pontos em junho de 2014). O recuo trimestral repercutiu decréscimos respectivos de 26,8%, 10,9% e 4,2% nos componentes que avaliam as condições atuais, as intenções de investimentos e as expectativas de vendas.

A receita nominal do setor de serviços cresceu 1,1% no trimestre finalizado em maio, em relação a igual período de 2014, de acordo com a Pesquisa Mensal de Serviços, divulgada pelo IBGE, destacando-se as elevações de 9,7% em Rondônia e de 5,5% no Pará. Considerados períodos de doze meses, o indicador variou 2,6% em maio, ante 3,7% em fevereiro (Tocantins, 4,7%; Pará, 4,4%; Rondônia, 3,7%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no Norte totalizaram R\$114 bilhões em maio, elevando-se 0,8% no trimestre e 7,5% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados somaram R\$46,7 bilhões (aumentos respectivos de 1,5% e 14,4%) e os com recursos livres, R\$67,5 bilhões, aumentando 0,4% no trimestre e 3,2% em doze meses.

Os empréstimos para pessoas físicas atingiram R\$68 bilhões, com aumentos de 2,4% no trimestre, com destaque para as modalidades financiamentos imobiliários e crédito pessoal consignado e não consignado; e de 13,6% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$46 bilhões, recuando 1,4% no trimestre, quando sobressaíram os decréscimos nas contratações dos segmentos construção, comércio e administração pública; e 0,4% em doze meses.

A taxa de inadimplência destas operações de crédito atingiu 3,95% em maio, variando 0,26 p.p. no trimestre e -0,04 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu variações respectivas de 0,7 p.p. e -0,03 p.p. nos indicadores dos segmentos de pessoas jurídicas e de pessoas físicas, que situaram-se, na ordem, em 3,29% e 4,40%.

Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para o Norte totalizaram R\$4,7 bilhões nos cinco primeiros meses de 2015 (R\$3,9 bilhões em igual intervalo de 2014), dos quais 20,3% destinados às micro, pequenas e médias empresas. Os desembolsos somaram R\$50,8 bilhões no trimestre encerrado em maio, dos quais R\$15,7 bilhões direcionados ao Pará e R\$9,5 bilhões ao Amazonas.

O mercado de trabalho do Norte registrou a eliminação de 22,5 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (criação de 3,2 mil no mesmo período de

2014), de acordo com o Caged/MTE. Ocorreram cortes em todas as atividades, destacando-se os observados na indústria de transformação (8,7 mil), na construção civil (7,4 mil) e no comércio (4,4 mil). A extinção de postos de trabalho concentrou-se no Amazonas (10,3 mil), notadamente no Polo Industrial de Manaus; e no Pará (6,8 mil), em razão da redução no ritmo de obras no setor hidrelétrico e mineral. Considerando dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 1,0% no trimestre finalizado em maio (-0,7% em fevereiro), com destaque para as reduções no Amapá (1,7%) e em Rondônia (1,6%).

A taxa de desocupação da região atingiu 8,7% no trimestre terminado em março, ante 7,7% em igual período de 2014, de acordo com a PNADC do IBGE. As maiores elevações ocorreram no Pará (1,6 p.p, para 9,2%) e em Roraima (1,4 p.p., para 8,9%). O rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas e a massa salarial real aumentaram 0,6% e 1,4%, respectivamente, no período.

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Norte atingiu R\$1,31 bilhão no primeiro trimestre do ano (R\$1,29 bilhão no mesmo período em 2014), resultado de *superavits* de R\$882 milhões, R\$233 milhões e R\$195 milhões nas respectivas esferas de governo.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$316 milhões e o *superavit* nominal, R\$995 milhões, no primeiro trimestre de 2015 (R\$31 milhões e R\$1,26 bilhão, respectivamente, em igual período de 2014).

A dívida líquida dos estados, da capital e dos principais municípios do Norte somou R\$11,5 bilhões em março de 2015, elevando-se 6,0% em relação a dezembro de 2014 e passando a representar 1,7% do endividamento de todos os estados, capitais e principais municípios do país (1,6% em dezembro de 2014).

A safra de grãos do Norte deverá totalizar 6,0 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de junho do IBGE. A projeção de crescimento anual de 10,3% reflete, especialmente, o aumento de 12,2% na safra de soja, concentrada no Pará e em Tocantins. Dentre as demais culturas, estão estimadas expansões anuais para as colheitas de abacaxi (15,8%), banana (6,3%) e mandioca (4,7%).

**Tabela 1.4 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	2015 Mar
	2014	Nominal	Outros <sup>4/</sup>		2015	
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>		
Total	10 818	-1 310	316	-995	1 639	11 463
Governos estaduais	12 557	-882	336	-546	1 072	13 083
Capitais	-381	-233	-4	-237	567	-51
Demais municípios	-1 358	-195	-17	-212	0	-1 570

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

**Tabela 1.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Região Norte<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Maio de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida <sup>2/</sup>	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal <sup>3/</sup>		Primário	Nominal <sup>3/</sup>	
AC	2 716	154	356	2 808	54	277
AM	3 276	983	1 237	3 529	868	1 166
AP	-71	618	666	242	519	588
PA	686	180	360	563	-120	64
RO	2 786	-402	-235	2 862	-414	-249
RR	51	-529	-449	-172	-571	-518
TO	1 375	330	418	1 348	651	757
<b>Total (A)</b>	<b>10 818</b>	<b>1 333</b>	<b>2 354</b>	<b>11 181</b>	<b>986</b>	<b>2 085</b>
<b>Brasil<sup>4/</sup> (B)</b>	<b>655 704</b>	<b>10 713</b>	<b>67 433</b>	<b>680 094</b>	<b>3 618</b>	<b>62 697</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>1,6</b>	<b>12,4</b>	<b>3,5</b>	<b>1,6</b>	<b>27,2</b>	<b>3,3</b>

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

**Tabela 1.6 – Produção agrícola – Norte**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Variação %
		2014	2015	
Grãos <sup>3/</sup>	32,5	5 475	6 038	10,3
Soja	18,9	3 480	3 903	12,2
Milho	6,1	965	1 115	15,5
Arroz (em casca)	5,3	933	938	0,5
Outras lavouras				
Mandioca	31,5	8 008	8 386	4,7
Banana	6,5	957	1 017	6,3
Abacaxi	3,7	430	498	15,8

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

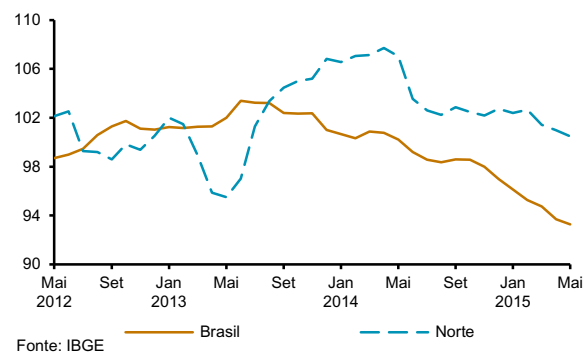
2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

3/ Produtos: algodão herbáceo, amendoim, arroz, feijão, milho, soja e sorgo.

**Gráfico 1.4 – Produção industrial – Norte**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2002 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 1.7 – Produção industrial – Amazonas**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2015		Ac. 12 meses
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	
Indústria geral	100,0	-2,4	-4,7	-13,1
Indústrias extrativas	7,7	-1,1	-0,9	1,0
Indústrias de transformação	92,3	0,3	-9,3	-13,7
Informática, eletrôn. e ópticos	30,5	-1,3	-13,2	-30,4
Bebidas	23,8	19,8	-24,2	1,8
Outros equipamentos transporte	19,8	7,6	-17,4	-16,7
Produtos de metal	4,6	-2,7	-0,4	-2,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Os abates de bovinos realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo Serviço de Inspeção Federal (SIF) diminuíram 0,3% nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2014, de acordo com o Ministério da Agricultura, Pesca e Abastecimento (Mapa). Destacaram-se o recuo de 9,3% no Tocantins e a expansão de 4,6% no Pará. As exportações de carnes desossadas de bovinos congeladas retraíram 14,0% e as de bovinos vivos, 69,6%, no primeiro semestre do ano, em relação a igual período de 2014, de acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC).

A produção industrial do Norte recuou 2,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando crescera 0,4%, neste tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal (PIM) do IBGE. A produção da indústria de transformação diminuiu 7,1%, refletindo a retração da atividade no polo industrial de Manaus (bebidas, -24,2%; outros equipamentos de transporte, -17,4%; equipamentos de informática e eletrônicos, -13,2%), e a da indústria extrativa cresceu 4,9%.

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial recuou 4,0% em maio (-0,1% em fevereiro). Houve redução de 11,7% na indústria de transformação, impactada pelas reduções nas atividades equipamentos de informática, eletrônicos e ópticos (30,4%) e outros equipamentos de transporte (16,7%), decorrentes da menor produção de televisores e de motocicletas e suas peças e acessórios, no Amazonas; e aumento de 6,5% na indústria extrativa, favorecida pela maior extração de minérios de ferro em bruto, no Pará.

O faturamento nominal das vendas industriais decresceu 14,1% no período de doze meses encerrado em maio (-8,5% em fevereiro), de acordo com a Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam). O Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) atingiu 80,1% em maio (78,3% em fevereiro e 80,9% em maio de 2014).

O Índice de Confiança do Empresário Industrial (Icei) do Norte, divulgado pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), atingiu 40,8 pontos em junho (44,1 pontos em março e 50 pontos em junho de 2014), mantendo tendência decrescente semelhante à observada no indicador do país.

O indicador de expectativas da Sondagem Industrial da CNI para a região atingiu 46,9 pontos em maio (41,7

**Tabela 1.8 – Produção industrial – Pará**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos <sup>1/</sup> 2015			
	Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	Ac. 12 meses	
Indústria geral	100,0	0,6	3,6	5,2
Indústrias extrativas	80,6	-0,4	5,3	7,0
Indústrias de transformação	19,4	-0,7	2,4	-1,3
Metalurgia	6,8	0,4	0,3	-3,3
Produtos alimentícios	5,3	n.d.	n.d.	-1,5
Prod. miner. não-metálicos	3,0	-4,5	-5,1	-5,4
Produtos de madeira	2,7	n.d.	n.d.	3,6

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 1.9 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	9 165	6 758	-26,3	-14,7
Básicos	6 955	4 611	-33,7	-21,6
Industrializados	2 210	2 147	-2,9	-7,5
Semimanufaturados	863	817	-5,4	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	1 347	1 330	-1,2	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 1.10 – Importação por categoria de uso – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Norte		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	7 745	6 301	-18,6	-18,5
Bens de capital	2 071	1 782	-14,0	-15,8
Matérias-primas	3 221	2 648	-17,8	-15,0
Bens de consumo	2 313	1 762	-23,8	-13,7
Duráveis	2 177	1 630	-25,1	-20,5
Não duráveis	135	132	-2,5	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	139	108	-22,0	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

pontos em fevereiro e 46,3 pontos em maio de 2014), e o indicador de estoques somou 52,5 pontos (45,9 pontos em fevereiro e 49,9 em maio de 2014), sugerindo estoques acima do planejado.

A balança comercial da região foi superavitária em US\$457 milhões no primeiro semestre do ano (US\$1,42 bilhão em igual período de 2014), segundo o MDIC. As exportações somaram US\$6,8 bilhões e as importações, US\$6,3 bilhões, recuando, na ordem, 26,3% e 18,6%, no período.

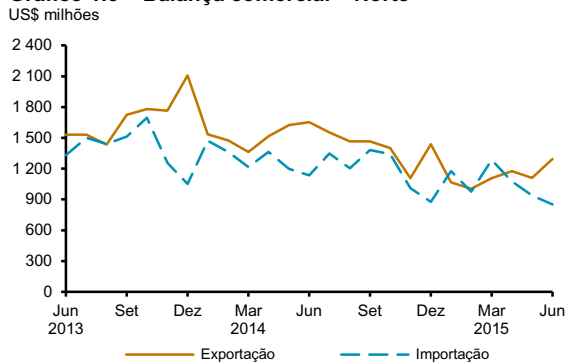
A retração das exportações, refletindo recuos de 16,9% nos preços e de 11,2% no *quantum*, repercutiu, em especial, a redução de 33,7% nos embarques de produtos básicos, que representam 68% da pauta (minérios de ferro, -55,1%). As vendas para a China, Japão, Alemanha, Estados Unidos da América (EUA) e Canadá, corresponderam, em conjunto, a 43,6% do total, no semestre.

O desempenho das importações repercutiu recuos de 15,4% nos preços e de 3,8% no *quantum*, destacando-se as retrações nas de bens de consumo duráveis, 25,1% (outras partes para aparelhos receptores de radiodifusão, -29,5%) e de bens intermediários, 17,8%, que representaram 25,9% e 42,0% da pauta, respectivamente, no semestre. As importações originárias da China, EUA, Coreia do Sul, Japão e Taiwan representaram, em conjunto, 71,9% das aquisições externas no semestre, ressaltando-se o recuo de 19,6% nas provenientes da China.

A inflação na Região Metropolitana de Belém (RMB), medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), atingiu 2,80% no segundo trimestre de 2015, ante 2,69% no primeiro, reflexo de aceleração dos preços livres, de 1,93% para 2,33%, e desaceleração nos monitorados, de 5,59% para 4,50%, esta repercutindo recuos de preços nos itens energia elétrica residencial (0,72%) e ônibus intermunicipal (0,19%) e elevações nos dos itens jogos de azar (47,49%), táxi (17,43%) e ônibus urbano (12,50%).

O desempenho dos preços livres decorreu de aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 1,02% para 2,14% (carnes e peixes industrializados, 6,63%; óleos e gorduras, 5,34%) e desaceleração dos preços dos não comercializáveis, de 3,11% para 2,56% (tubérculos, raízes e legumes, 30,59%; passagem aérea, 15,17%; pescados, -3,41%). O índice de difusão atingiu 58,0% no segundo trimestre de 2015, ante 50,6% no primeiro.



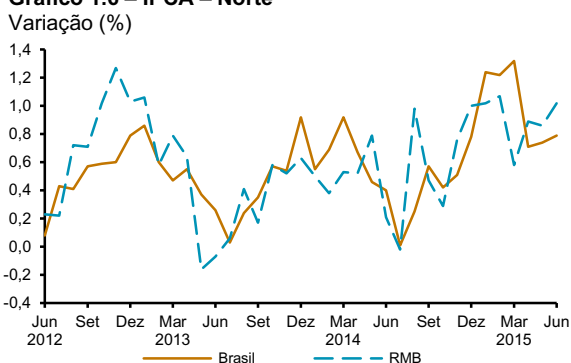
**Gráfico 1.5 – Balança comercial – Norte**

Fonte: MDIC/Aliceweb

**Tabela 1.11 – IPCA – Belém**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %				
		2014		2015		
		Ano	IV Tri	I Tri	II Tri	Ano
IPCA	100,0	6,60	2,06	2,69	2,80	5,56
Livres	78,6	5,84	2,53	1,93	2,33	4,31
Comercializáveis	44,1	6,60	2,40	1,02	2,14	3,18
Não comercializáveis	34,5	4,84	2,66	3,11	2,56	5,75
Monitorados	21,4	9,57	0,34	5,59	4,50	10,35
Principais itens						
Alimentação	34,5	7,17	3,61	2,86	3,11	6,05
Habitação	12,9	13,43	-0,08	7,69	0,52	8,25
Artigos de residência	5,2	6,58	1,44	0,71	2,10	2,83
Vestuário	8,6	1,86	2,23	0,62	2,11	2,75
Transportes	12,6	4,27	2,00	1,16	5,02	6,24
Saúde	10,2	5,94	1,13	0,95	3,36	4,34
Despesas pessoais	8,1	6,79	2,09	2,09	4,34	6,53
Educação	4,6	6,68	0,64	5,77	0,19	5,97
Comunicação	3,3	0,32	0,16	-0,81	1,25	0,43

Fonte: IBGE

<sup>1/</sup> Referentes a junho de 2015.**Gráfico 1.6 – IPCA – Norte**

Fonte: IBGE

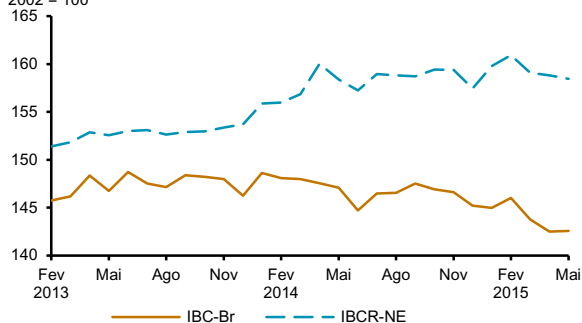
Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMB aumentou 9,29% em junho (7,94% em março), refletindo acelerações nos preços livres, de 6,13% para 7,39%, e nos preços monitorados, de 15,13% para 16,71%, com destaque para os aumentos de jogos de azar (47,49%). A evolução dos preços livres refletiu aceleração dos preços dos itens comercializáveis, de 6,61% para 6,89% (carnes, 22,26%; carnes e peixes industrializados, 15,95%; bebidas e infusões, 10,47%) e dos não comercializáveis, de 6,87% para 7,97% (tubérculos, raízes e legumes, 44,49%; passagem aérea 22,98%; alimento para animais, 16,76%).

A retração da atividade econômica do Norte está condicionada, em especial, ao desempenho desfavorável da indústria de transformação do Polo Industrial de Manaus, impactada pela acomodação da demanda interna, em contexto de políticas monetária e fiscal restritivas que visam alcançar, no médio prazo, ambiente macroeconômico benigno, consistente com a retomada do crescimento sustentável. A atividade econômica no Norte ressurte-se, ainda, do recuo da demanda global por minerais metálicos, em especial minério de ferro, principal item da pauta exportadora da região.

**Gráfico 2.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Nordeste**

Dados dessazonalizados

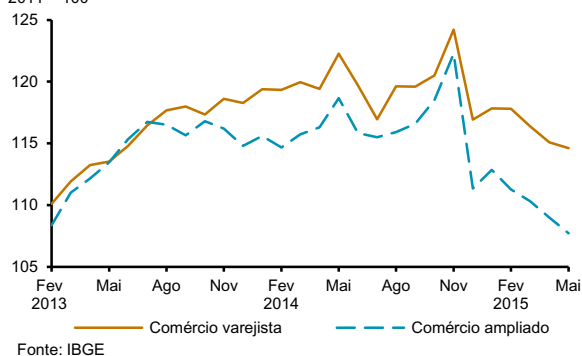
2002 = 100



**Gráfico 2.2 – Comércio varejista – Nordeste**

Dados dessazonalizados

2011 = 100



**Tabela 2.1 – Comércio varejista – Nordeste**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2015		
	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-3,2	-1,8	-0,2
Combustíveis e lubrificantes	-1,4	-4,0	0,8
Híper e supermercados	0,0	-1,6	-1,2
Móveis e eletrodomésticos	-10,5	-1,9	-5,9
Equip. e mat. para esc., inf. e comunicação	-9,5	-6,7	-16,6
Comércio ampliado	-6,1	-2,5	-2,1
Automóveis e motocicletas	-6,1	-7,3	-7,4
Material de construção	-1,8	0,6	-1,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O ritmo da atividade econômica no Nordeste seguiu moderado no trimestre encerrado em maio, sensibilizado pelo desempenho negativo do comércio e pela recuperação modesta da atividade agropecuária, ainda prejudicada por condições meteorológicas irregulares. Ressalte-se que o crescimento da indústria da região repercutiu, em grande parte, o efeito da base de comparação deprimida, em função da paralisação, na Bahia, da produção de derivados de petróleo e biocombustíveis em janeiro e fevereiro. Nesse cenário, o IBCR-NE decresceu 0,4% no trimestre, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia crescido 0,1%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados. O indicador cresceu 2,6% no período de doze meses encerrado em maio e 3,5% no terminado em fevereiro.

As vendas do comércio ampliado recuaram 2,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam decrescido 6,1%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve redução em oito dos dez segmentos pesquisados, com destaque para veículos, motos, partes e peças (7,3%), combustíveis e lubrificantes (4,0%) e tecidos, vestuário e calçados (3,0%). Excluídas as variações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças, e de material de construção (0,6%), o comércio varejista do Nordeste retraiu 1,8% no período (3,2% no trimestre terminado em fevereiro).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 2,1% em maio (-0,2% em fevereiro), destacando-se as retrações nas atividades veículos, motocicletas, partes e peças (7,4%) e móveis e eletrodomésticos (5,9%). As vendas do comércio varejista variaram -0,2% e 2,0% nas mesmas bases de comparação.

A receita nominal do setor de serviços no Nordeste cresceu 3,8% no trimestre encerrado em maio, em relação a igual período de 2014, segundo a Pesquisa Mensal de

**Tabela 2.2 – Receita nominal de serviços – Nordeste**

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

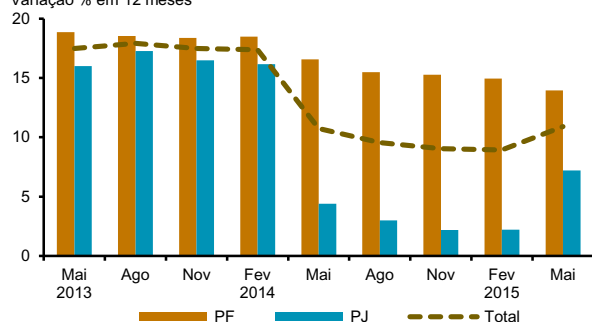
Segmentos	Variação %		
	2015		
	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	6,1	3,8	5,6
Serviços prestados às famílias	11,9	4,6	10,8
Serviços de informação e comunicação	-3,5	-3,8	-3,8
Serviços profissionais e administrativos	13,4	5,7	10,8
Transportes e correio	6,1	7,4	7,6
Outros serviços	11,6	9,7	11,3

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 2.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Nordeste<sup>1/</sup>**

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 2.3 – Evolução do emprego formal – Nordeste**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-49,9	48,9	82,9	-110,6	-98,4
Indústria de transformação	-53,0	13,5	40,5	-24,2	-53,8
Serviços industriais de util. pública	0,3	1,3	0,1	0,5	1,4
Construção civil	-11,2	0,5	-9,7	-47,1	-26,1
Comércio	-3,9	4,5	37,3	-20,6	-5,6
Serviços	21,7	18,7	18,0	-5,1	-7,9
Agropecuária	-3,4	17,2	-2,2	-12,8	-6,6
Outros <sup>2/</sup>	-0,4	-0,2	-1,2	-1,3	0,2

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

**Tabela 2.4 – Necessidades de financiamento – Nordeste<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-3 550	-7 621	474	1 121
Governos estaduais	-2 600	-4 788	464	1 127
Capitais	-607	-472	17	19
Demais municípios	-343	-2 362	-6	-25

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

Serviços (PMS) do IBGE, com ênfase no desempenho dos segmentos outros serviços, 9,7%, e transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, 7,4%. A análise em doze meses revela que a receita nominal de serviços aumentou 5,6% em maio, em relação a igual período de 2014 (outros serviços, 11,3% e serviços profissionais, administrativos e complementares e serviços prestados às famílias, ambos com alta de 10,8%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil atingiu R\$391,7 bilhões em maio, elevando-se 1,2% no trimestre e 10,9% em doze meses. As operações com recursos livres totalizaram R\$216,2 bilhões, com aumentos de 0,4% no trimestre e de 6,4% em doze meses, e as com recursos direcionados somaram R\$175,5 bilhões, expandindo-se 2,1% e 17%, respectivamente, nos períodos considerados.

As operações contratadas no segmento de pessoas jurídicas somaram R\$170,5 bilhões, variando -0,7% no trimestre e 7,2% em doze meses, com destaque para as atividades indústria de transformação e administração pública. O total do crédito para pessoas físicas totalizou R\$221,2 bilhões, elevando-se 2,6% e 13,9% nas mesmas bases de comparação, com destaque para as modalidades empréstimos habitacionais e crédito consignado.

A inadimplência atingiu 3,8% no trimestre encerrado em maio, crescendo 0,31 p.p. em relação a fevereiro e 0,15 p.p. em doze meses. Ocorreram aumentos trimestrais de 0,06 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,61 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de 4,3% e 3,1%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o Nordeste totalizaram R\$5,7 bilhões no trimestre finalizado em maio – dos quais 26,0% destinados às micro, pequenas e médias empresas -, elevando-se 17,3% em relação a igual período de 2014. Os desembolsos somaram R\$24,4 bilhões no período de doze meses encerrados em maio, com aumento de 4,9% em relação a igual intervalo em 2014, contrastando com o recuo de 6,6% observado em nível nacional, na mesma base de comparação.

A economia nordestina eliminou 98,4mil empregos formais no trimestre encerrado em maio de 2015 (-49,9 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE, destacando-se os cortes na indústria de transformação (53,8 mil) e na construção civil (26,1 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal decresceu 0,3%

**Tabela 2.5 – Dívida líquida – Nordeste<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões		
	2013	2014	2015
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	16 524	20 726	20 960
Renegociação <sup>2/</sup>	20 123	20 053	20 134
Dívida externa	16 150	20 917	25 193
Outras dívidas junto à União	248	240	37
Dívida reestruturada	893	924	1 116
Disponibilidades líquidas	-16 898	-15 841	-22 455
<b>Total (A)</b>	<b>37 040</b>	<b>47 019</b>	<b>44 984</b>
<b>Brasil<sup>3/</sup> (B)</b>	<b>578 634</b>	<b>655 704</b>	<b>668 489</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>6,4</b>	<b>7,2</b>	<b>6,7</b>

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

**Tabela 2.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	
		2014	Nominal	Outros <sup>4/</sup>		
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>	Mar	
Total	47 019	-7 621	1 121	-6 500	4 465	44 984
Governos estaduais	48 492	-4 788	1 127	-3 661	4 357	49 189
Capitais	151	-472	19	-452	143	-159
Demais municípios	-1 625	-2 362	-25	-2 387	-35	-4 046

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

**Tabela 2.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Nordeste<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Maio de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida <sup>2/</sup>	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal <sup>3/</sup>		Primário	Nominal <sup>3/</sup>	
AL	7 707	-300	483	8 118	-579	222
BA	13 202	696	1 555	13 475	479	1366
CE	5 118	741	1 111	5 011	-123	297
MA	3 113	278	521	3 255	450	733
PB	2 879	110	250	2 208	-178	-25
PE	9 623	1 428	2 188	9 576	-242	595
PI	2 440	278	397	2 149	-47	83
RN	36	26	81	-367	-184	-129
SE	2 901	-87	101	2 449	-680	-491
<b>Total (A)</b>	<b>47 019</b>	<b>3 170</b>	<b>6 687</b>	<b>45 875</b>	<b>-1 104</b>	<b>2 651</b>
<b>Brasil<sup>4/</sup> (B)</b>	<b>655 704</b>	<b>10 713</b>	<b>67 433</b>	<b>680 094</b>	<b>3 618</b>	<b>62 697</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>7,2</b>	<b>29,6</b>	<b>9,9</b>	<b>6,7</b>	<b>-30,5</b>	<b>4,2</b>

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, com destaque para o decréscimo de 4,3% na construção civil.

A taxa de desemprego do Nordeste, considerados dados do IBGE para as Regiões Metropolitanas de Recife (RMR) e de Salvador (RMS), atingiu 10,0% no trimestre terminado em maio (7,9% em igual período de 2014), reflexo de aumento de 1,3% na População Economicamente Ativa (PEA) e redução de 1% na população ocupada. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real decresceram, na ordem, 3,8% e 4,8% no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 9,6% no trimestre finalizado em maio (8,5% no encerrado em fevereiro).

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Nordeste somou R\$7,6 bilhões no primeiro trimestre de 2015, com crescimento de 114,7% em relação a igual período do ano anterior. Os *superavits* dos governos estaduais e dos demais municípios aumentaram 84,2% e 588%, respectivamente, e o das capitais recuou 22,3%, no período.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$1,1 bilhão no trimestre (crescimento de 136,4% em relação a igual período de 2014) e o resultado nominal foi superavitário em R\$6,5 bilhões (aumento de 111,3% na mesma base de comparação). Ocorreram elevações respectivas de 71,4% e 582,6% nos *superavits* dos governos estaduais e dos demais municípios, e recuo de 23,4% no dos governos das capitais.

A dívida líquida dos estados, capitais e principais municípios do Nordeste totalizou R\$45 bilhões em março de 2015 (6,7% da dívida dessas entidades no país), reduzindo-se 4,3% em relação a dezembro de 2014. As dívidas junto à União representaram 47,3% do total; a dívida bancária, 46,6%; a dívida externa, 56,0%; e a posição credora em disponibilidades líquidas, 49,9%, no período.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Nordeste atingiu R\$1,1 bilhão no período de doze meses finalizado em maio (*deficit* de R\$3,2 bilhões em 2014). Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$3,8 bilhões e o *deficit* nominal, R\$2,7 bilhões, no período (R\$3,5 bilhões e R\$6,7 bilhões, na ordem, em 2014). O endividamento líquido dos três segmentos totalizou R\$45,9 bilhões em maio (recuo de 2,4% em relação a dezembro de 2014), representando

**Tabela 2.8 – Produção agrícola – Nordeste**

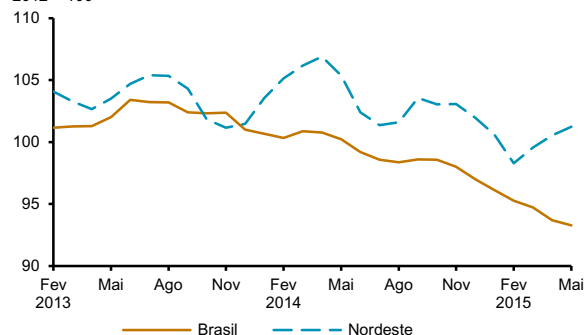
Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup> (%)	Em mil toneladas		Var. % 2015/2014
		Produção <sup>2/</sup>		
		2014	2015	
Produção de grãos		15 742	18 054	14,7
Soja	15,8	6 571	8 380	27,5
Caroço de algodão (herbáceo)	9,3	782	811	3,7
Milho	7,9	6 711	7 766	15,7
Feijão	3,6	675	861	27,6
Outras lavouras selecionadas				
Cana-de-açúcar	15,9	69 261	65 653	-5,2
Mandioca	7,1	5 657	6 077	7,4
Banana	6,1	2 454	2 415	-1,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

**Gráfico 2.4 – Produção industrial – Nordeste**Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2012 = 100

Fonte: IBGE

**Tabela 2.9 – Produção industrial – Nordeste**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2015		
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	-4,6	3,0	-3,1
Indústrias extrativas	9,0	-1,5	-1,2	-3,1
Indústrias de transformação	91,0	-5,2	3,4	-3,1
Produtos alimentícios	16,2	5,9	0,2	3,6
Deriv. petróleo e biocombustíveis	15,8	-30,6	33,9	-5,7
Outros produtos químicos	9,9	-6,2	-0,7	2,6
Artefatos couro e calçados	6,9	-2,3	-7,5	-3,0

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

6,7% da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país (7,2% em dezembro de 2014).

A safra de grãos do Nordeste deverá atingir 18,1 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, representando 8,8% da produção nacional. A projeção de aumento anual de 14,7% incorpora expansões para as colheitas de milho (4,1%), feijão (27,6%) e soja (27,5%), destacando-se, nessa cultura, o aumento de 40,5% projetado para a safra da Bahia, principal estado produtor da região. Em relação às demais lavouras, estimam-se variações respectivas de -5,2%, -1,6% e 7,4% para as culturas de cana-de-açúcar, banana e mandioca.

A produção industrial da região cresceu 3,0% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 4,6%, no mesmo tipo de comparação, considerados dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE. Destacaram-se os aumentos nas atividades coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (33,9%), celulose, papel e produtos de papel (3,8%) e produtos alimentícios (0,2%).

A análise em doze meses mostra que a produção industrial recuou 3,1% em maio de 2015 (retração de 1,5% em fevereiro), resultado de reduções de 3,1% nas indústrias extrativa e de transformação, com destaque para as retrações nos segmentos metalurgia, 15,8%; produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos, 12,2%; e produtos têxteis, 8,9%.

A balança comercial do Nordeste registrou *deficit* de US\$5,9 bilhões no primeiro semestre de 2015 (*deficit* de US\$6,2 bilhões em igual período de 2014). As importações atingiram US\$12,5 bilhões e as exportações, US\$6,6 bilhões, recuando 8,6% e 11,7%, respectivamente, no período.

A evolução das exportações, decorrente de retração de 17,6% nos preços e de aumento de 7,1% no *quantum*, repercutiu, em especial, o recuo de 28,8% nas vendas de produtos manufaturados (óleos, -70,3%; hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, -49,6%). As exportações de semimanufaturados aumentaram 7,0% (catodos de cobre, 110,0%; pasta química de madeira, 10,1%) e as de produtos básicos, 6,1% (milho em grãos, 820,6%). As exportações da região para a China, cuja participação no total das vendas da região aumentou 7,2 p.p. no período, EUA, Argentina, Holanda e Canadá representaram, em conjunto, 52,2% do total exportado pelo Nordeste no período.



**Tabela 2.10 – Exportação por fator agregado – FOB**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	7 506	6 626	-11,7	-14,7
Básicos	1 571	1 667	6,1	-21,6
Industrializados	5 936	4 959	-16,4	-7,5
Semimanufaturados	2 054	2 197	7,0	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	3 882	2 763	-28,8	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 2.11 – Importação por categoria de uso – FOB**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Nordeste		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	13 734	12 556	-8,6	-18,5
Bens de capital	1 866	1 785	-4,3	-15,8
Matérias-primas	5 523	4 923	-10,8	-15,0
Bens de consumo	1 306	1 206	-7,6	-13,7
Duráveis	897	753	-16,1	-20,5
Não duráveis	409	453	10,9	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	5 040	4 641	-7,9	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 2.12 – IPCA – Nordeste**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %			
		2014	2015		
		Ano	I Tri	II Tri	Ano
IPCA	100,0	6,01	3,26	2,75	6,11
Livres	78,5	6,01	2,68	2,23	4,97
Comercializáveis	38,9	5,65	1,05	2,21	3,28
Não comercializáveis	39,5	6,39	4,36	2,25	6,71
Monitorados	21,5	6,02	5,44	4,68	10,37
Principais itens					
Alimentação	28,8	6,80	4,08	3,43	7,65
Habituação	14,6	10,26	5,05	4,17	9,43
Artigos de residência	4,7	5,44	0,98	0,62	1,61
Vestuário	7,1	2,96	-0,91	1,44	0,51
Transportes	16,9	2,61	4,31	1,55	5,93
Saúde	10,7	6,96	1,49	3,28	4,82
Despesas pessoais	9,0	7,54	2,33	3,89	6,30
Educação	4,5	7,81	7,10	0,43	7,56
Comunicação	3,7	-0,36	-0,40	1,46	1,05

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

O desempenho das importações resultou de redução de 18,3% nos preços e elevação de 11,9% no *quantum*, destacando-se os recuos de 10,8% nas aquisições de matérias-primas (naftas, -13,5%; hidrocarbonetos e seus derivados halogenados, -55,8%), de 7,9% nas de combustíveis e lubrificantes (óleos combustíveis, -38,2%), de 16,1% nas de bens de consumo duráveis (automóveis, -25,5%) e de 4,3% na de bens de capital (turbinas a vapor e suas partes, -98,6% e veículos de carga, -15,2%). Em sentido contrário, as importações de bens de consumo não-duráveis aumentaram 10,9% (medicamentos para medicina humana e veterinária, 324,3%). As importações provenientes dos EUA, China, Argentina, Índia, Holanda e Argélia – representaram 52,3% do total das compras do Nordeste no semestre.

A variação do IPCA do Nordeste<sup>1</sup> atingiu 2,75% no segundo trimestre do ano (3,26% no primeiro trimestre), refletindo desacelerações dos preços livres, de 2,68% para 2,23%, e dos monitorados, de 5,44% para 4,68% (energia elétrica residencial, 12,64%; gás veicular, 8,10%; taxa de água e esgoto, 5,73%). No âmbito dos preços livres, houve aceleração, de 1,05% para 2,21%, dos preços dos bens não comercializáveis (tubérculos, raízes e legumes, 30,65%, hortaliças e verduras, 12,86%; e passagens aéreas, 17,33%) e desaceleração, de 4,36% para 2,25%, dos preços dos bens comercializáveis (panificados, 5,41%; carnes, 3,96%). O índice de difusão atingiu 65,20% no segundo trimestre do ano (63,18% no primeiro).

O IPCA do Nordeste variou 8,17% no período de doze meses encerrado em junho (7,63% em março), ocorrendo acelerações de 6,64% para 6,92% dos preços livres e de 11,41% para 12,86% dos monitorados.

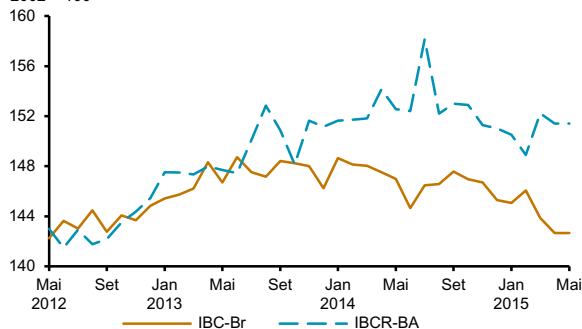
O processo de ajuste macroeconômico em curso na economia brasileira tem impactado o dinamismo da atividade no Nordeste, não obstante a região se beneficie pela maior participação da indústria alimentícia na estrutura produtiva local e detenha participação expressiva como receptora das transferências governamentais no âmbito de programas sociais. A perspectiva de evolução moderada do ritmo de atividade deverá se manter nos próximos trimestres, em ambiente de reduzidos níveis de confiança de consumidores e empresários e distensão do mercado de trabalho.

1/ Calculado com base nas variações e pesos das regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador.

**Gráfico 2.5 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Bahia**

Dados dessazonalizados

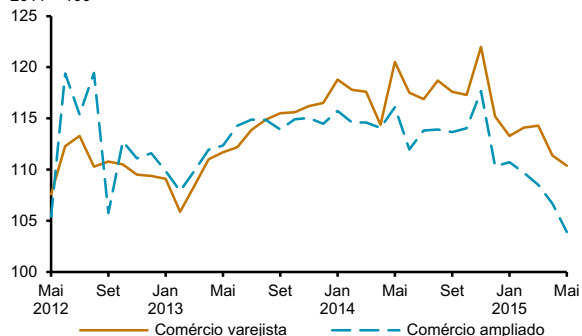
2002 = 100



**Gráfico 2.6 – Comércio varejista – Bahia**

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 2.13 – Comércio varejista – Bahia**

Geral e setores selecionados

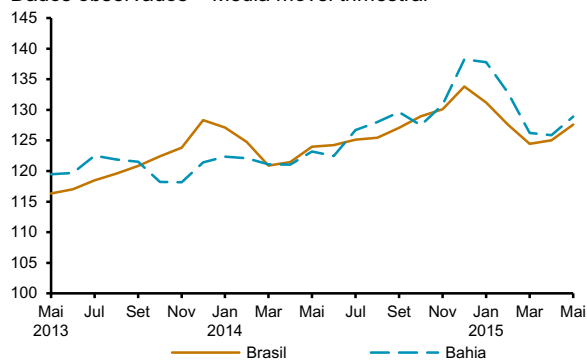
Setores	Variação % no período			
	2014		2015	
	Nov <sup>1/</sup>	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	1,1	-4,0	-1,9	-0,5
Combustíveis e lubrificantes	-1,0	-2,8	-4,0	-0,1
Hiper, supermercados	-1,0	1,0	-1,7	0,4
Tecidos, vestuário e calçados	4,5	-11,7	0,7	-4,9
Móveis e eletrodomésticos	5,1	-15,4	1,2	-8,3
Comércio ampliado	1,7	-4,2	-3,5	-3,3
Automóveis e motocicletas	6,5	-4,9	-8,1	-9,7
Material de construção	3,4	-3,4	-0,4	-3,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 2.7 – Receita nominal de serviços**

Dados observados – Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

## Bahia

O Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia decresceu 1,0% no primeiro trimestre de 2015, em relação a igual período do ano anterior, de acordo com a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI). A retração refletiu recuos na indústria (3,0%) – decorrente de resultados negativos na construção civil (6,0%), e nas indústrias extrativa (4,0%) e de transformação (3,5%) – e no setor de serviços (1,1%), e crescimento de 6,9% na agropecuária. Considerados dados dessazonalizados, o PIB retraiu 0,6% em relação ao quarto trimestre de 2014. Dados mais recentes indicam a continuidade da moderação da atividade econômica do estado. Nesse sentido, influenciado pela expansão da indústria, decorrente da base de comparação deprimida, o IBCR-BA variou 0,7% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando decrescera 1,4%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

As vendas do comércio ampliado recuaram 3,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam decrescido 4,2%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve redução em oito dos dez segmentos pesquisados, com destaque para veículos, motocicletas, partes e peças (8,1%), equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (6,2%) e combustíveis e lubrificantes (4,0%). Excluídas as variações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças, e de material de construção (-0,4%), o comércio varejista da Bahia retraiu 1,9% no período (-4,0% no trimestre terminado em fevereiro).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 3,3% em maio (-1,9% em fevereiro), destacando-se as retrações nas atividades equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (19,3%) e veículos, motocicletas, partes e peças (9,7%). As vendas do comércio varejista variaram -0,5% e 1,0%, nas mesmas bases de comparação.

A receita nominal do setor de serviços da Bahia cresceu 4,6% no trimestre finalizado em maio, em relação a igual período de 2014 (serviços prestados às famílias, 6,4%; transportes e correio, 10,1%; e serviços de informação e comunicação, -3,8%), de acordo com a PMS do IBGE. Considerados intervalos de doze meses, o indicador aumentou 7,2% em maio, ante 6,9% em fevereiro (serviços profissionais e administrativos, 16,3%; transportes e correio, 11,6%).

**Tabela 2.14 – Receita nominal de serviços – Bahia**

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

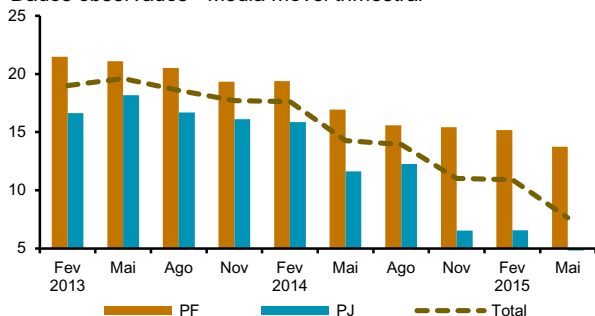
Segmentos	Variação % no período			
	2014		2015	
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	7,0	8,8	4,6	7,2
Serviços prestados às famílias	10,9	13,0	6,4	11,5
Serviços de informação e comunicação	-6,8	-3,6	-3,8	-5,5
Serviços profissionais e administrativos	17,5	20,9	6,2	16,3
Transportes e correio	11,4	11,5	10,1	11,6
Outros serviços	8,4	1,0	2,5	3,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 2.8 – Evolução do saldo das operações de crédito – Bahia<sup>1/</sup>**

Dados observados - Média móvel trimestral



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 2.15 – Evolução do emprego formal – Bahia**

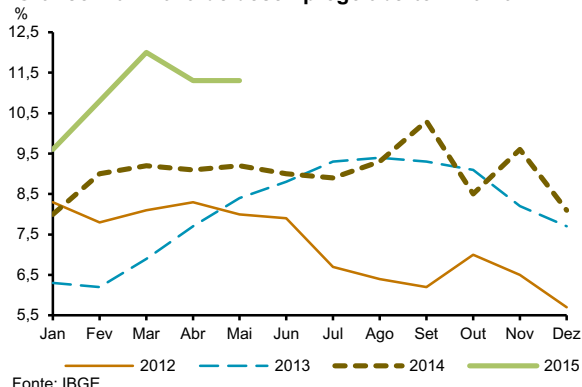
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	9,7	1,4	-0,1	-30,4	-9,5
Indústria de transformação	2,1	-0,3	-3,3	-3,1	0,3
Comércio	-1,3	-0,7	7,4	-4,6	-2,4
Serviços	5,8	2,1	1,4	-5,6	-3,9
Construção civil	-3,7	-0,4	1,1	-13,4	-9,5
Agropecuária	7,0	1,0	-6,6	-3,3	5,6
SIUP	-0,3	-0,1	0,5	-0,2	-0,1
Outros <sup>2/</sup>	0,2	-0,3	-0,6	-0,2	0,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

**Gráfico 2.9 – Taxa de desemprego aberto – Bahia**

Fonte: IBGE

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas na Bahia totalizou R\$111,8 bilhões em maio, variando -0,4% no trimestre e 7,6% em doze meses. Os empréstimos com recursos livres totalizaram R\$61,1 bilhões no período, com estabilidade no trimestre e aumento de 8,2% em doze meses, e os contratados com recursos direcionados somaram R\$50,7 bilhões, variando -0,9% e 7,0%, respectivamente, nos períodos considerados.

O estoque de crédito no segmento de pessoas físicas totalizou R\$60,2 bilhões, com aumentos de 2,1% no trimestre e de 13,7% em doze meses, destacando-se as operações de financiamento imobiliário. A carteira de crédito no segmento para pessoas jurídicas somou R\$51,6 bilhões (variações respectivas de -3,3% e 1,3%, nas mesmas bases de comparação), com destaque para as modalidades financiamentos à exportação e financiamentos rurais.

A inadimplência dessas operações atingiu 3,91% em maio (2,88% no país), elevando-se 0,52 p.p. no trimestre e 0,47 p.p. em doze meses. A evolução trimestral refletiu crescimentos respectivos de 0,10 p.p. e 0,95 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais as taxas de inadimplência situaram-se, na ordem, em 4,43% e 3,30%.

A economia do estado eliminou 9,5 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (geração de 9,7 mil vagas em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE, ocorrendo cortes de 14 mil postos na RMS e criação de 4,5 mil vagas no interior do estado. Destacaram-se as eliminações de vagas na construção civil (9,5 mil) e no setor de serviços (3,9 mil), e a geração de 5,6 mil empregos na agricultura, em ambiente de expansão da safra de grãos no estado. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 0,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro (construção civil, -5,2%).

A taxa de desemprego na RMS atingiu 11,5% no trimestre encerrado em maio (9,2% em igual período de 2014), de acordo com a PME do IBGE, reflexo de recuo de 1,0% na população ocupada e aumento de 1,6% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego situou-se em 11,1% no trimestre terminado em maio, ante 10,1% no finalizado em fevereiro. O rendimento médio real habitual e a massa salarial real recuaram, na ordem, 6,0% e 7,0% no período.

**Tabela 2.16 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Bahia<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					Dívida <sup>2/</sup> 2015 Dez
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros <sup>3/</sup>	
	2014	Nominal	Juros	Total <sup>4/</sup>		
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>4/</sup>		
Estado da Bahia	13 202	-3 004	267	-2 737	1 430	11 895
Governo estadual	11 843	-1 939	246	-1 693	1 454	11 604
Capital	715	-397	15	-382	2	336
Demais municípios	644	-668	6	-662	-27	-45

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

**Tabela 2.17 – Necessidades de financiamento – Bahia<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado da Bahia	-1 137	-3 004	263	267
Governo estadual	-850	-1 939	233	246
Capital	-218	-397	21	15
Demais municípios	-69	-668	9	6

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

**Tabela 2.18 – Produção agrícola – Bahia**

Itens selecionados

Discriminação	Peso <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2014	2015 <sup>2/</sup>	2014/2015
<b>Grãos</b>				
Algodão herbáceo	19,4	1 164	1 197	2,8
Soja	18,6	3 206	4 504	40,5
Milho	7,1	2 917	2 888	-1,0
Feijão	3,7	357	374	4,7
Outros grãos <sup>3/</sup>	0,4	172	271	57,0
<b>Outras lavouras</b>				
Banana	6,5	1 089	1 071	-1,6
Cacau	6,3	179	141	-21,2
Café	5,6	202	223	10,8
Mandioca	4,5	2 134	2 096	-1,8
Cana-de-açúcar	3,4	6 693	6 129	-8,4

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Segundo o LSPA de junho de 2015.

3/ Amendoim, arroz, mamona e sorgo.

Os governos do estado, da capital e dos principais municípios da Bahia registraram *superavit* primário de R\$3,0 bilhões no primeiro trimestre de 2015. O aumento de 164,1% em relação a igual período de 2014 refletiu, em especial, a elevações de 864,7% no âmbito dos demais municípios.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$267,0 milhões, no trimestre, com aumento de 1,5% em relação ao mesmo período de 2014, e o *superavit* nominal atingiu R\$2,7 bilhões, resultado 213 % superior ao obtido no primeiro trimestre de 2014.

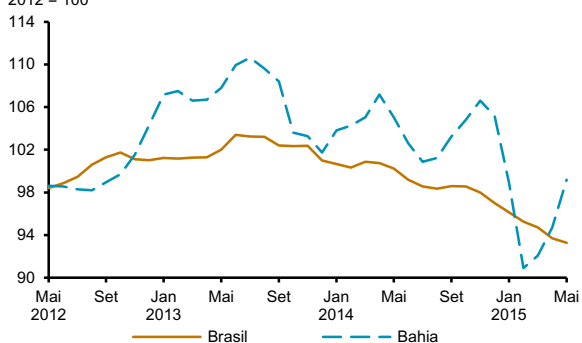
A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios baianos somou R\$11,9 bilhões no primeiro trimestre de 2015 (26,4% do endividamento do Nordeste). A retração de 9,9% em relação a dezembro de 2014 repercutiu reduções nas dívidas nos três segmentos de governo do estado.

A produção de grãos da Bahia deverá totalizar 9,2 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. O aumento anual, projetado em 18,1%, reflete, em grande parte, a estimativa de aumento de 40,5% para a colheita de soja. Estão projetadas, ainda, variações respectivas de 4,7%, 2,8% e -1,0% para as safras de feijão, algodão e milho. Em relação às demais lavouras, estão estimados aumento de 10,8% para a produção de café e recuos para as de cacau (21,2%), banana (1,6%), mandioca (1,8%) e cana-de-açúcar (8,4%).

A produção industrial baiana cresceu 9,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando recuara 14,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com os dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Ocorreram aumentos na produção da indústria extrativa mineral (1,4%) e na da indústria de transformação (9,5%), com ênfase nas expansões nas atividades coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (40,0%), influenciada pelo retorno da produção de importante unidade produtiva que esteve paralisada em janeiro e fevereiro. Em sentido inverso, destacaram-se as reduções nas atividades produtos alimentícios (8,3%), outros produtos químicos (4,6%) e veículos automotores (2,7%).

Considerados intervalos de doze meses, a indústria do estado recuou 6,0% em maio, em relação a igual período de 2014 (-4,7% em fevereiro). Houve reduções nas indústrias extrativa (2,3%) e de transformação (6,2%), com destaque para os resultados negativos nas atividades equipamentos

**Gráfico 2.10 – Produção industrial – Bahia**  
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2012 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 2.19 – Produção industrial – Bahia**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	Pesos <sup>1/</sup> 2015	Acumulado		em 12 meses
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	
Indústria geral	100,0	-14,7	9,1	-6,0
Indústrias extrativas	5,9	-0,2	1,4	-2,2
Indústrias de transformação	94,1	-15,6	9,5	-6,2
Deriv. petróleo e biocomb.	28,5	-37,7	40,0	-9,5
Outros produtos químicos	16,1	-5,8	-4,6	2,7
Veículos, reb. e carrocerias	10,7	-3,2	-2,7	-3,1
Metalurgia	8,2	-12,6	-2,5	-18,4
Produtos alimentícios	8,1	-1,3	-8,3	-1,9
Celulose e prod. papel	7,4	0,5	0,6	1,7

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 2.20 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	4 429	3 527	-20,4	-14,7
Básicos	981	869	-11,3	-21,6
Industrializados	3 448	2 658	-22,9	-7,5
Semimanufaturados	1 173	1 210	3,1	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	2 275	1 448	-36,4	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

de informática, produtos eletrônicos e ópticos (51,9%), metalurgia (18,4%) e coque, produtos derivados de petróleo e biocombustíveis (9,5%).

O Indicador de Confiança do Empresariado Baiano (Iceb)<sup>2</sup>, divulgado pela SEI, atingiu -397 pontos em maio (-340 pontos em fevereiro e -198 pontos em maio de 2014), situando-se na área de pessimismo. A evolução trimestral do Iceb repercutiu retrações nos indicadores setoriais da indústria (18 pontos), de serviços e comércio (67 pontos) e da agropecuária (102 pontos).

A balança comercial da Bahia registrou *deficit* de US\$1,1 bilhão no primeiro semestre do ano (*superavit* de US\$206 milhões no mesmo período de 2014), refletindo recuo de 20,4% nas exportações e aumento de 9,4% nas importações, que somaram US\$3,5 bilhões e US\$4,6 bilhões, respectivamente.

A redução nas exportações repercutiu recuo de 21,9% nos preços e aumento de 2,0% no *quantum*. As vendas de produtos manufaturados, que representaram 41,0% do total, decresceram 36,4% (óleos combustíveis, -76,5%; hidrocarbonetos, -49,7%); as de produtos básicos recuaram 11,3% (soja mesmo triturada, -28,7%; cravo-da-índia, -90,7%) e as de semimanufaturados aumentaram 3,1% (catodos de cobre, 110,0%; pastas químicas de madeira, -13,5%, destacando-se que a participação desse item nas vendas da categoria atingiu 54,3% no semestre). As vendas direcionadas à China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 47,4% do total exportado pelo estado no semestre, ressaltando-se que as exportações para a China aumentaram 20,0% no período.

O crescimento das importações refletiu variações de -16,3% nos preços e de 30,7% no *quantum*<sup>3</sup>. Destacaram-se os aumentos de 312,4% nas aquisições de combustíveis e lubrificantes, que representaram 20,0% da pauta, e de 15,9% nas de bens de capital (motores e geradores elétricos, 131,9%; veículos de carga, -13,6%). As compras de bens de consumo recuaram 22,4% (automóveis, -25,6%) e as de matérias-primas, 9,8% (nafta, -17,4%). Argentina, Argélia, Chile e EUA foram os mercados de origem de 39,2% das aquisições baianas no período.

O IPCA na RMS variou 2,34% no segundo trimestre de 2015 (3,45% no primeiro), de acordo com o IBGE. Houve

2/ O indicador varia de -1000 a 1000, com o zero como ponto de indiferença.

3/ O aumento no *quantum* repercutiu, fundamentalmente, as importações de combustíveis e lubrificantes para suprir a demanda interna em face de paralização da produção de importante unidade produtiva em janeiro e fevereiro.



**Tabela 2.21 – Importação por categoria de uso – FOB**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Bahia		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	4 222	4 621	9,4	-18,5
Bens de capital	683	791	15,9	-15,8
Matérias-primas	2 655	2 394	-9,8	-15,0
Bens de consumo	661	514	-22,4	-13,7
Duráveis	619	474	-23,4	-20,5
Não duráveis	43	39	-7,7	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	224	922	312,4	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 2.22 – IPCA – Salvador**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %			
		2014	2015		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,00	5,76	3,45	2,34	7,85
Livres	77,64	5,75	2,97	1,82	6,74
Comercializáveis	37,55	6,45	1,01	2,18	6,21
Não comercializáveis	40,09	5,09	4,86	1,48	7,25
Monitorados	22,36	5,79	5,18	4,19	11,85
Principais itens					
Alimentação	28,05	6,43	4,64	3,01	10,99
Habitação	14,54	9,39	4,45	3,56	9,75
Artigos de residência	4,69	7,99	1,10	0,09	5,34
Vestuário	6,82	2,62	-0,86	1,47	2,13
Transportes	19,02	1,95	4,48	0,77	6,68
Saúde	10,12	7,59	1,57	3,12	7,76
Despesas pessoais	8,30	7,62	2,25	4,25	6,05
Educação	4,51	8,77	8,07	0,34	9,18
Comunicação	3,96	-0,23	-0,44	1,44	1,18

Fonte: IBGE

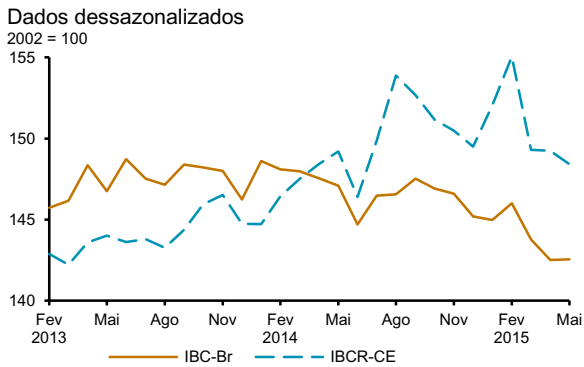
<sup>1/</sup> Referentes a junho de 2015.

desaceleração dos preços livres, de 2,97% para 1,82%, e dos monitorados, de 5,18% para 4,19%, destacando-se, nesse segmento, os aumentos nos itens taxa de água e esgoto (7,26%), energia elétrica residencial (14,80%) e jogos de azar (47,29%). A trajetória dos preços livres repercutiu a aceleração dos preços dos bens comercializáveis (de 1,01% para 2,18%) e a desaceleração dos não comercializáveis (de 4,86% para 1,48%), destacando-se os aumentos de preços nos itens tubérculos, raízes e legumes (34,08%), empregados domésticos (3,40%) e pão francês (6,07%), e as retrações nos preços dos itens farinha de mandioca (24,95%) e mão-de-obra (8,50%). O índice de difusão situou-se em 68,50% no segundo trimestre (72,4% no primeiro trimestre do ano e 59,1% no último trimestre de 2014).

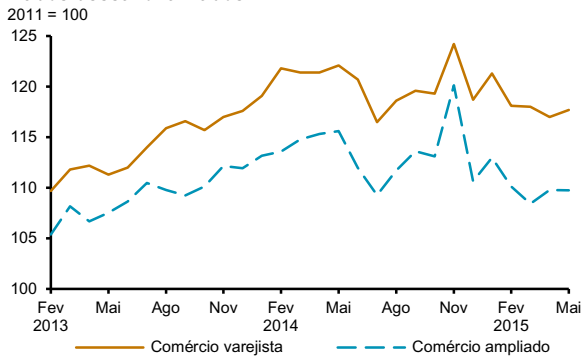
Considerados períodos de doze meses, o IPCA da RMS aumentou 7,85% em junho (7,35% em março). Os preços livres cresceram 6,74%, reflexo de aumentos nos segmentos de bens comercializáveis (6,21%) e não comercializáveis (7,25%), destacando-se as elevações nos itens alimentação fora do domicílio (13,02%), tubérculos, raízes e legumes (57,98%) e carnes (23,41%). Os preços monitorados variaram 11,85% no período, com destaque para as elevações nos itens jogos de azar (47,49%), energia elétrica residencial (26,44%), gasolina (18,04%) e plano de saúde (9,63%).

A evolução dos principais indicadores econômicos da Bahia evidencia o arrefecimento da atividade econômica do estado. Essa trajetória, em ambiente de menor dinamismo dos mercados de trabalho e de crédito, tende a se manter nos próximos meses, apesar da expansão registrada no setor agrícola.

**Gráfico 2.11 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Ceará**



**Gráfico 2.12 – Comércio varejista – Ceará**



Fonte: IBGE

**Tabela 2.23 – Comércio varejista – Ceará**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período		
	2015		
	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	-1,4	-1,5	1,0
Combustíveis e lubrificantes	-2,5	-2,9	3,6
Hiper e supermercados	-1,5	-1,1	-1,8
Móveis e eletrodomésticos	-3,3	-3,8	-1,7
Equip.e mat. para esc.,inf. e comunicação	-12,7	6,0	-12,9
Comércio ampliado	-3,8	-1,7	-0,4
Automóveis e motocicletas	-10,3	-4,0	-5,5
Material de construção	0,6	0,8	7,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 2.24 – Receita nominal de serviços – Ceará**

Serviços empres. não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação %		
	2015		
	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	7,3	4,0	6,5
Serviços prestados às famílias	18,3	6,7	17,4
Serviços de informação e comunicação	-5,1	-2,4	-3,5
Serviços profissionais e administrativos	10,3	4,1	6,9
Transportes e correio	2,8	2,4	4,5
Outros serviços	32,5	23,5	28,0

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

## Ceará

O PIB do Ceará decresceu 0,4% no primeiro trimestre de 2014, em relação ao quarto trimestre do ano anterior, segundo estatísticas dessazonalizadas do Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará (Ipece). Ocorreram variações respectivas de 2,2%, -0,5% e -0,7% na agropecuária, no setor de serviços e na indústria. Dados mais recentes mostram a continuidade de resultados desfavoráveis no comércio e na indústria, em ambiente de menor dinamismo dos mercados de trabalho e de crédito. Nesse cenário, o IBCR-CE recuou 2,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando se elevava 0,5%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados.

As vendas do comércio ampliado recuaram 1,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam decrescido 3,8%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve redução em seis dos dez segmentos pesquisados (livros, jornais, revistas e papelaria, 5,2%; veículos, motos, partes e peças, 4,0%; móveis e eletrodomésticos, 3,8%). Excluídas as variações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças, e de material de construção (0,8%), o comércio varejista do Ceará retraiu 1,5% no período e 1,4% no trimestre terminado em fevereiro.

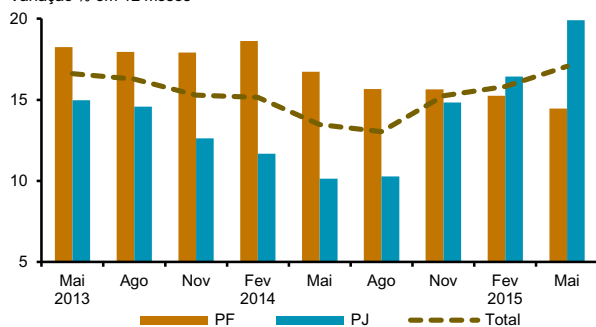
Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 0,4% em maio (aumento de 1,6% em fevereiro), destacando-se as retrações nas atividades veículos, motocicletas, partes e peças (5,5%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (1,8%). As vendas do comércio varejista variaram 1,0% e 3,6%, nas mesmas bases de comparação.

A receita nominal do setor de serviços cearense cresceu 4,0% no trimestre encerrado em maio, em relação a igual período de 2014, segundo a PMS do IBGE (outros serviços, 23,5%; serviços prestados às famílias, 6,7%). Considerados períodos de doze meses, a receita nominal aumentou 6,5% em maio, em relação em relação a igual intervalo de 2014 (outros serviços, 28,0%; serviços prestados às famílias, 17,4%).

As operações de crédito superiores a R\$1 mil somaram R\$61,3 bilhões em maio, elevando-se 3,8% no trimestre e 17,1% em doze meses. As operações com recursos livres totalizaram R\$33,1 bilhões no período, com aumentos de 1,1% no trimestre e de 6,1% em doze meses,

**Gráfico 2.13 – Evolução do saldo das operações de crédito – Ceará<sup>1/</sup>**

Variação % em 12 meses



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 2.25 – Evolução do emprego formal – Ceará**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014		2015		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	5,6	12,1	25,5	-12,8	-5,6
Indústria de transformação	0,6	0,2	2,1	-4,2	-4,3
Serviços industriais de utilidade pública	0,3	0,1	0,0	0,7	0,1
Construção civil	1,0	2,7	3,8	-4,6	-0,4
Comércio	-0,6	1,7	10,0	-2,1	-0,2
Serviços	4,7	4,6	8,6	0,0	-0,1
Agropecuária	-0,4	2,7	1,0	-2,6	-0,7
Outros <sup>2/</sup>	0,0	0,1	0,0	0,0	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

**Tabela 2.26 – Necessidades de financiamento – Ceará<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
CE	-409	-906	93	122
Governo estadual	-275	-387	98	129
Capital	-75	-23	2	4
Demais municípios	-59	-497	-6	-11

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

**Tabela 2.27 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Ceará<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida <sup>2/</sup>
		2014	2015			
	Dez	Nominal	Outros <sup>4/</sup>	Total <sup>3/</sup>		Mar
		Primário	Juros			
CE	5 118	-906	122	-785	759	5 092
Governo estadual	5 719	-387	129	-257	684	6 145
Capital	255	-23	4	-19	75	311
Demais municípios	-856	-497	-11	-508	0	-1 364

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

e as realizadas com recursos direcionados somaram R\$28,2 bilhões, elevando-se 7,3% e 33,2%, respectivamente, nos períodos considerados.

A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$30,1 bilhões, com aumentos de 4,8% no trimestre e de 19,9% em doze meses, destacando-se as contratações nos setores geração e transmissão de energia elétrica, serviços públicos (exceto educação e saúde), e construção civil. A carteira de pessoas físicas atingiu R\$31,2 bilhões, elevando-se 2,9% e 14,5%, respectivamente, com destaque para as modalidades financiamentos habitacionais e crédito consignado.

A inadimplência atingiu 3,0% em maio, variando 0,03 p.p. em relação a fevereiro e -0,73 p.p. em doze meses. O comportamento no trimestre repercutiu aumento de 0,11 p.p. no segmento de pessoas físicas e redução de 0,03 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu 4,0% e 1,9%, respectivamente.

A economia cearense eliminou 5,6 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (criação de 5,6 mil postos em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE, destacando-se o corte de 4,3 mil vagas na indústria de transformação. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal no Ceará aumentou 0,1%, no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro. Dentre as oito atividades pesquisadas, cinco apresentaram elevação no nível de emprego, destacando-se os aumentos de 4,4% em serviços industriais de utilidade pública e de 0,8% em serviços, e os recuos respectivos de 1,4% e 0,9% nas indústrias extrativa e de transformação.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Ceará somou R\$906 milhões no primeiro trimestre de 2015, elevando-se 121,4% em relação ao mesmo período de 2014. O *superavit* do governo do estado cresceu 40,3% e o dos demais municípios, 743,4%, enquanto o do governo da capital recuou 68,9%.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$122 milhões no trimestre e o resultado nominal foi superavitário em R\$785 milhões, aumentos respectivos de 30,5% e de 148,3% em relação a igual período de 2014.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios atingiu R\$5,1 bilhões em março de 2015, recuando 0,5% em relação a dezembro de 2014. A

participação do Ceará no endividamento regional alcançou 11,3%, ante 10,9% em dezembro de 2014.

**Tabela 2.28 – Produção agrícola – Ceará**  
Itens selecionados

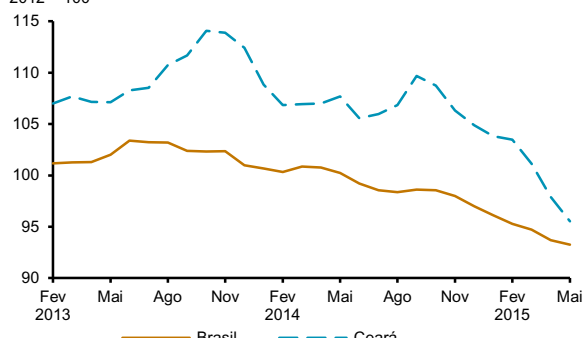
Discriminação	Peso <sup>1/</sup> (%)	Em mil toneladas		Var. % 2015/2014
		Produção <sup>2/</sup> 2014	2015	
Produção de grãos		502	615	22,4
Feijão	6,9	109	205	87,5
Milho	3,9	348	355	2,0
Arroz (em casca)	1,7	40	49	24,3
Outras lavouras selecionadas				
Banana	15,1	453	446	-1,3
Mandioca	6,8	478	550	14,9
Castanha-de-caju	4,5	51	149	190,9

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

**Gráfico 2.14 – Produção industrial – Ceará**  
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2012 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 2.29 – Produção industrial – Ceará**  
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup> 2015	Variação % no período		
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	-2,7	-7,7	-6,0
Artefatos de couro e calçados	26,7	0,4	-14,9	-2,1
Produtos alimentícios	16,9	0,0	-1,3	2,3
Art. vestuário e acessórios	11,8	-7,6	1,5	-7,8
Bebidas	11,0	9,4	-10,4	-10,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VT1, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A safra de grãos do Ceará deverá totalizar 614,9 mil toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, destacando-se que o aumento anual, projetado em 22,4%<sup>4</sup>, reflete estimativas de aumentos de 87,5% para a safra de feijão, impulsionado por elevação de 20,6% no rendimento médio; de 24,3% para a de arroz e de 2,0% para a de milho. Em relação às outras lavouras, estão projetadas variações anuais de -1,3% para a produção de bananas, de 14,9% para a de mandioca e de 190,9% para a de castanha-de-caju.

A produção industrial do Ceará recuou 7,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 2,7%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. Destacaram-se as retrações nos segmentos preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados (14,9%), fabricação de produtos têxteis (12,2%) e bebidas (10,4%).

A análise em doze meses indica que a produção industrial do estado decresceu 6,0% em maio (-4,2% em fevereiro), com destaque para os recuos nos segmentos produtos têxteis (31,1%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (14,2%) e produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (11,3%).

O faturamento real da indústria de transformação cearense cresceu 1,0% no período de doze meses encerrado em maio (retração de 0,6% no finalizado em fevereiro), de acordo com o Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará (Indi) da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec). Na mesma base de comparação, houve reduções no pessoal empregado (5,0%), na remuneração real (1,4%) e nas horas trabalhadas (19,1%). O Nuci médio atingiu 81,4% no período de doze meses finalizado em maio de 2015 (81,4% no terminado em fevereiro de 2015 e 83,2% no encerrado em maio de 2014).

A balança comercial do Ceará apresentou *deficit* de US\$1153,6 milhões nos seis primeiros meses do ano (US\$668,7 milhões em igual período de 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$480,2 milhões e as importações, US\$1633,8 milhões, variando -36,1% e 15,0%, respectivamente, no período.

4/ Ressalte-se que a redução da projeção do LSPA de junho, em relação à do LSPA de maio (-38,8%), reflete o impacto da má distribuição espacial e temporal das chuvas nas principais áreas produtoras.

**Tabela 2.30 – Exportação por fator agregado – FOB**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	752	480	-36,1	-14,7
Básicos	103	95	-7,6	-21,6
Industrializados	649	385	-40,6	-7,5
Semimanufaturados	144	132	-8,3	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	505	253	-49,8	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 2.31 – Importação por categoria de uso – FOB**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Ceará		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	1 420	1 634	15,0	-18,5
Bens de capital	317	174	-45,2	-15,8
Matérias-primas	727	632	-13,1	-15,0
Bens de consumo	92	85	-8,3	-13,7
Duráveis	34	41	20,4	-20,5
Não duráveis	59	44	-25,0	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	284	744	162,0	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 2.32 – IPCA – Fortaleza**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %			
		2014	2015		
		Ano	I Tri	II Tri	Ano
IPCA	100,0	6,04	3,51	2,83	6,43
Livres	79,4	5,78	2,71	2,44	5,22
Comercializáveis	42,0	4,70	1,27	1,94	3,24
Não comercializáveis	37,4	7,13	4,40	3,01	7,54
Monitorados	20,6	7,06	6,71	4,32	11,32
Principais itens					
Alimentação	32,5	7,03	3,90	3,25	7,28
Habitação	14,5	10,43	7,49	3,44	11,19
Artigos de residência	4,3	2,59	1,01	1,49	2,51
Vestuário	7,0	0,60	-0,31	0,37	0,06
Transportes	15,5	3,69	4,08	1,38	5,52
Saúde	9,5	5,98	1,21	3,24	4,49
Despesas pessoais	9,1	8,02	2,58	6,37	9,11
Educação	4,4	9,45	5,42	0,96	6,43
Comunicação	3,2	-1,19	-1,04	1,50	0,44

Fonte: IBGE

1/ Pesos relativos ao trimestre encerrado no período t-3.

A evolução das exportações, resultante de reduções de 20,2% nos preços e de 19,9% no *quantum*, repercutiu recuos nas vendas em todas as categorias de fator agregado, com destaque para a retração de 49,8% nos embarques de produtos manufaturados (óleos combustíveis, 94,0%). As exportações de semimanufaturados recuaram 8,3% (couros e peles, -13,8%; ferro-ligas, -60,8%) e as de produtos básicos, 7,6% (castanha-de-caju, -9,6%; melões frescos, -14,1%). As vendas direcionadas aos EUA, China, Argentina, Itália, Alemanha e Holanda representaram, em conjunto, 51,2% dos embarques do estado no primeiro semestre de 2015.

O aumento das importações repercutiu variações de 36,7% no *quantum* e de -15,8% nos preços. As aquisições de combustíveis aumentaram 162% (gás natural liquefeito – GNL, 267,9%) e as de bens de consumo duráveis, 20,4% (utensílios domésticos, 161,6%). Em sentido oposto, ocorreram reduções nas compras de bens de capital, 45,2% (aviões, -67,3%); de bens intermediários, 13,1% (construções e suas partes, de ferro fundido, ferro ou aço, -68,8%); e de bens de consumo não duráveis, 25,0% (medicamentos para medicina humana e veterinária, -65,9%). As importações provenientes da China, Trinidad e Tobago, Noruega, Colômbia e Espanha responderam por 53% do total das compras do estado no semestre.

A variação do IPCA na Região Metropolitana de Fortaleza (RMF) atingiu 2,83% no segundo trimestre do ano (3,51% no primeiro), segundo o IBGE, com desacelerações dos preços livres, de 2,71% para 2,44%, e dos monitorados, de 6,71% para 4,32% (energia elétrica residencial, 9,90%, ônibus interestadual, 4,21%). No âmbito dos preços livres, a variação dos preços dos bens comercializáveis aumentou 0,66 p.p., para 1,94% (panificados, 6,40%; produtos óticos, 2,91%), e a dos preços dos itens não comercializáveis recuou 1,39 p.p., para 3,01% (feijão carioca, -8,95%; farinha de mandioca, -6,29%). O índice de difusão do IPCA atingiu 62,92% no trimestre (59,58% no primeiro trimestre do ano).

Considerados períodos de doze meses o IPCA da RMF variou 8,76% em junho (8,31% em março), com a inflação dos preços livres se deslocando de 6,97% para 7,27%, e a dos monitorados, de 13,73% para 14,75%.

A evolução recente de importantes indicadores da economia cearense evidencia a continuidade da desaceleração da atividade no estado. Em ambiente de curto prazo, as perspectivas são de redução do dinamismo do mercado interno, decorrente da menor geração de empregos e do menor crescimento da renda real. A perspectiva de

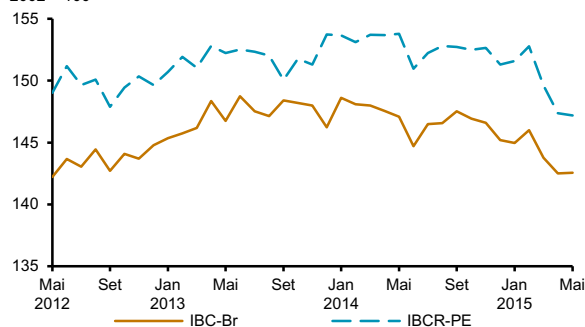


recuperação da atividade agropecuária foi prejudicada pela irregularidade espacial e temporal das chuvas, minimizando os efeitos positivos sobre a cadeia produtiva local. Em relação à atividade da indústria, o processo de ajuste continua, com redução da produção tanto em segmentos tradicionais quanto nos mais dinâmicos.

### Gráfico 2.15 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Pernambuco

Dados dessazonalizados

2002 = 100



### Tabela 2.33 – Comércio varejista – Pernambuco

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	2,8	-2,6	-3,5	-1,3
Combustíveis e lubrificantes	2,8	2,2	-7,1	-0,3
Hiper e supermercados	-1,3	0,6	-2,1	-4,3
Tecidos, vestuário e calçados	2,5	-4,0	-7,9	-1,0
Móveis e eletrodomésticos	4,7	-10,3	-4,3	-4,8
Comércio ampliado	1,4	-3,4	-4,4	-2,9
Automóveis e motocicletas	-2,6	-6,1	-7,4	-6,4
Material de construção	4,2	1,6	2,3	-3,9

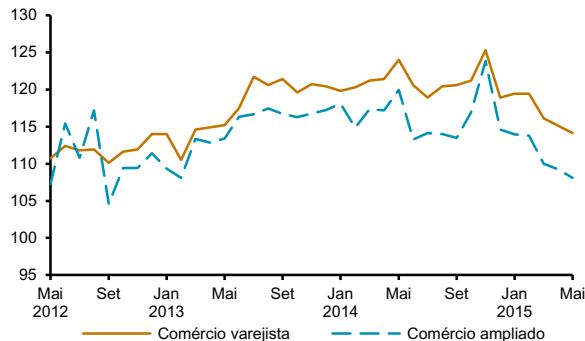
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

### Gráfico 2.16 – Comércio varejista – Pernambuco

Dados dessazonalizados

2011 = 100

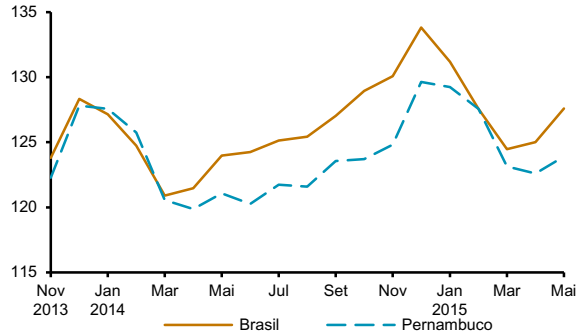


Fonte: IBGE

### Gráfico 2.17 – Receita nominal de serviços

Dados observados – Média móvel trimestral

2011 = 100



Fonte: IBGE

## Pernambuco

O PIB de Pernambuco, repercutindo variações de 1,5% na agropecuária, 2,4% na indústria e de -0,8% nos serviços, registrou estabilidade no primeiro trimestre de 2015, em relação ao quarto trimestre de 2014, de acordo com dados dessazonalizados da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco (Condepe/Fidem). A evolução mais recente das vendas do comércio e da indústria, em cenário de ajustes no mercado de trabalho e nas condições do mercado de crédito, se refletiu na trajetória do IBCR-PE, que, considerados dados dessazonalizados, recuou 2,5% no trimestre finalizado em maio, em relação ao findo em fevereiro, quando decrescera 0,5% nas mesmas bases de comparação.

As vendas do comércio ampliado de Pernambuco recuaram 4,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando haviam decrescido 3,4%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve redução em sete dos dez segmentos pesquisados, com destaque para tecidos, vestuário e calçados (-7,9%) e combustíveis e lubrificantes (-7,1%). Excluídas as variações nas vendas de veículos, motocicletas, partes e peças (-7,4%) e de material de construção (2,3%), o comércio varejista de Pernambuco retraiu 3,5% no período (2,6% no trimestre terminado em fevereiro).

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 2,9% em maio (-1,0% em fevereiro), destacando-se as retrações nas atividades veículos, motocicletas, partes e peças (6,4%) e móveis e eletrodomésticos (4,8%). As vendas do comércio varejista variaram -1,3% e 1,2%, nas mesmas bases de comparação.

A receita nominal do setor de serviços aumentou 2,3% no trimestre finalizado em maio, em relação a igual período de 2014, de acordo com a PMS/IBGE (outros serviços, 7,4%; serviços profissionais, administrativos e complementares, 6,2%). O indicador variou 2,5% no período de doze meses até maio (outros serviços, 8,7%; serviços profissionais, administrativos e complementares, 5,0%).

O Índice de Velocidade de Vendas (IVV) da RMR – razão entre as vendas e o total de imóveis ofertados no segmento residencial do mercado imobiliário – atingiu 5,1% no trimestre encerrado em abril (8,9% em igual período de 2014), de acordo com pesquisa da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe). Destaque para a retração de 36,5% na comercialização de imóveis. No período de

**Tabela 2.34 – Receita nominal de serviços – Pernambuco**  
Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

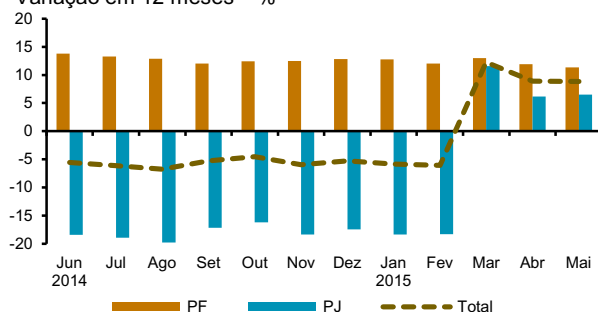
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	4,7	1,5	2,3	2,5
Serviços prestados às famílias	7,1	4,0	0,1	3,4
Serviços de informação e comunicação	1,0	-2,0	-4,8	-1,8
Serviços profissionais e administrativos	5,9	4,9	6,2	5,0
Transportes e correio	5,5	-0,4	6,1	3,3
Outros serviços	12,6	8,9	7,4	8,7

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 2.18 – Evolução do saldo das operações de crédito – Pernambuco**

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 2.35 – Evolução do emprego formal – Pernambuco**  
Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014	2015			
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	-28,8	6,2	14,1	-35,3	-39,3
Ind. de transformação	-18,5	4,3	16,2	-8,3	-18,9
Comércio	-0,9	0,6	6,0	-7,1	-2,3
Serviços	0,7	2,7	0,8	-4,6	-6,6
Construção civil	-7,5	-5,9	-8,6	-12,9	-8,0
Agropecuária	-2,7	4,5	-0,1	-2,0	-3,4
Serv. ind. de util. pública	0,2	0,2	-0,1	-0,2	-0,1
Outros <sup>1/</sup>	-0,1	0,0	0,0	-0,1	-0,1

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outras.

doze meses encerrado em maio, ocorreram diminuição de 27,8% nas vendas e aumento de 22,9% na oferta de imóveis residenciais na RMR.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado atingiu R\$72,6 bilhões em maio, elevando-se 0,4% no trimestre e 8,8% em doze meses. Os empréstimos com recursos livres somaram R\$39,3 bilhões, com variações respectivas de -0,4% e 2,7%, nas mesmas bases de comparação, e os pactuados com recursos direcionados atingiram R\$33,3 bilhões, aumentando 1,4% no trimestre e 17,1% em doze meses, destacando-se o crescimento trimestral de 5,6% dos financiamentos imobiliários.

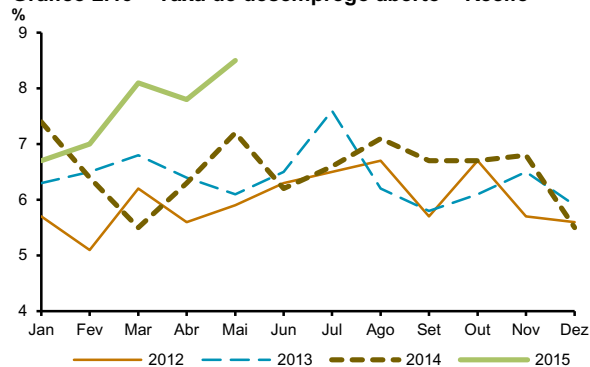
Os empréstimos para pessoas jurídicas recuaram 1,3% no trimestre, para R\$37 bilhões, destacando-se as retrações nas contratações da indústria de máquinas e equipamentos e do comércio. A carteira de pessoas físicas aumentou 2,1%, para R\$35,5 bilhões, no período.

A taxa de inadimplência atingiu 3,99% em maio, elevando-se 0,39 p.p. no trimestre e 0,64 p.p. em doze meses. A variação trimestral repercutiu aumentos de 0,03 p.p. e 0,70 p.p. nas taxas relativas aos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, que situaram-se em 4,62% e 3,39%, respectivamente.

O mercado de trabalho pernambucano eliminou 39,3 mil postos de trabalho formais no trimestre finalizado em maio (-28,8 mil em igual período de 2014), conforme o Caged/MTE. Destacaram-se os cortes de 18,9 mil vagas na indústria de transformação (17,3 mil na atividade alimentos e bebidas, em função do ciclo da produção sucroalcooleira), de 8,0 mil na construção civil (sexto corte trimestral consecutivo) e de 6,6 mil no setor de serviços. Considerados dados dessazonalizados, o nível do emprego formal recuou 1,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando retraíra 1,1%, nesse tipo de comparação.

A taxa de desemprego da RMR, divulgada pela PME/IBGE, atingiu 8,1% no trimestre encerrado em maio, ante 6,3% em igual período do ano anterior. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 7,6%, ante 6,8% no trimestre finalizado em fevereiro, reflexo de redução de 0,7% na População Ocupada (PO) e aumento de 0,1% na PEA. No mesmo período, ocorreram recuos de 3,0% no rendimento real médio habitual e de 5,0% na massa salarial real.

**Gráfico 2.19 – Taxa de desemprego aberto – Recife**



Fonte: IBGE

**Tabela 2.36 – Necessidades de financiamento – Pernambuco<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
PE	-443	-1 011	85	248
Governo estadual	-141	-340	91	252
Capital	-147	-69	1	6
Demais municípios	-155	-601	-7	-10

<sup>1/</sup> Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

**Tabela 2.37 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Pernambuco<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	Dívida <sup>2/</sup>
		2014	Nominal	Outros <sup>4/</sup>		
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>	Mar	Mar
PE	9 623	-1 011	248	-763	1 077	9 937
Governo estadual	10 160	-340	252	-89	1 052	11 123
Capital	101	-69	6	-63	33	71
Demais municípios	-638	-601	-10	-611	-8	-1 258

<sup>1/</sup> Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

<sup>2/</sup> A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

<sup>3/</sup> O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

<sup>4/</sup> Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

O resultado primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de Pernambuco foi superavitário em R\$1 bilhão no primeiro trimestre de 2015. O aumento de 128% em relação a igual período de 2014 repercutiu variações respectivas de 288,0%, 141,0% e -53,0% nos *superavits* dos governos dos principais municípios, do estado e da capital. Os juros nominais, apropriados por competência, aumentaram 192,0%, para R\$248 milhões, e o resultado nominal registrou *superavit* de R\$763 milhões, elevando-se 113,0% no período.

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios atingiu R\$9,9 bilhões em março de 2015, crescendo 3,3% em relação a dezembro de 2014. Sua participação na dívida do Nordeste aumentou de 20,5% para 22,1%, no período.

A produção de grãos do estado deverá recuar 7,0% em 2015, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, com destaque para as estimativas de variações para as colheitas de milho (-25,1%) e feijão (13,5%). Em relação às demais culturas, destacam-se as projeções de aumentos para as produções de mandioca (33,1%) e de cana-de-açúcar (4,2%).

A atividade industrial do estado recuou 1,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, período em que se elevou 2,1%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF/IBGE. Destacaram-se as reduções nas atividades bebidas (11,2%), outros equipamentos de transporte (7,9%) e produtos alimentícios (1,9%).

A produção da indústria recuou 2,4% no intervalo de doze meses até maio (estabilidade em fevereiro, no mesmo tipo de comparação). Destacaram-se as retrações nas atividades metalurgia (15,3%) e outros equipamentos de transporte (14,1%), refletindo a perda de dinamismo do polo naval; e o aumento de 9,0% na produção da indústria alimentícia.

O Índice de Confiança do Empresário Industrial atingiu 40,8 pontos em maio, ante 39,3 pontos fevereiro. Ressalte-se que o indicador – que registra média de 59,2 pontos desde sua criação, em janeiro de 2010 – havia atingido seu menor nível (37,8 pontos) em março de 2015.

O *deficit* da balança comercial pernambucana totalizou US\$2,5 bilhões no primeiro semestre de 2015, de acordo com dados do MDIC. O recuo de 24,1% em relação a igual período de 2014 repercutiu reduções de 27,3% nas

**Tabela 2.38 – Produção agrícola – Pernambuco**  
Itens selecionados

Discriminação	Peso <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2014	2015 <sup>2/</sup>	
<b>Grãos</b>				
Feijão	2,3	53	60	13,5
Milho	0,5	55	41	-25,1
<b>Outras lavouras</b>				
Cana-de-açúcar	31,0	15 417	16 063	4,2
Uva	21,7	237	237	0,3
Banana	7,4	396	370	-6,7
Mandioca	5,8	302	403	33,1
Cebola	5,0	48	29	-39,2

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

**Tabela 2.39 – Produção industrial – Pernambuco**  
Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2015		
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	Acum. 12 meses
Indústria geral	100,0	2,1	-1,9	-2,4
Produtos alimentícios	31,2	12,3	-1,9	9,0
Bebidas	10,9	5,0	-11,2	-2,6
Produtos minerais não-metálicos	9,4	0,6	5,5	-7,9
Outros produtos químicos	9,2	-4,7	2,4	-3,9
Metalurgia	7,2	-11,7	9,1	-15,3
Outros equip. de transporte	6,5	-3,9	-7,9	-14,1

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 2.40 – Exportação por fator agregado – FOB**  
Janeiro-março

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	512	372	-27,3	-14,7
Básicos	34	29	-16,0	-21,6
Industrializados	478	343	-28,1	-7,5
Semimanufaturados	43	36	-16,7	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	434	307	-29,3	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

exportações e de 24,5% nas importações, que somaram US\$372 milhões e US\$2,8 bilhões, respectivamente.

A trajetória das exportações refletiu retrações de 16,1% nos preços e de 13,3% no *quantum*. As vendas de manufaturados, com participação de 82,6% no total, recuaram 29,3% (motores e geradores, -100%, açúcar refinado, -20,7%), e as de semimanufaturados, 16,7%. Argentina, Antilhas Holandesas, EUA e Venezuela, adquiriram, em conjunto, 52,3% das exportações de Pernambuco no primeiro semestre de 2015.

A redução das importações resultou de recuo de 27,4% nos preços e de aumento de 2,7% no *quantum*. Houve diminuições de 49,4% nas compras de combustíveis e lubrificantes (óleo diesel, -56,7%) e de 15,9% nas de matérias-primas, e aumento de 13,1% nas de bens de capital. As aquisições provenientes dos EUA, Itália, China e Argentina representaram, em conjunto, 56,5% das importações do estado no semestre.

O nível de preços na RMR, medido pelo IPCA, aumentou 3,30% no segundo trimestre de 2015 (2,79% no trimestre anterior). A variação dos preços livres passou de 2,21% para 2,67% e a dos monitorados, de 5,00% para 5,67%, com destaque para as elevações nos itens energia elétrica residencial (12,14%), gasolina (8,60%) e produtos farmacêuticos (5,53%). A evolução dos preços livres repercutiu a aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 0,95% para 2,45% (carnes, 8,37%; vestuário, 2,09%; e panificados, 4,26%) e a desaceleração dos preços dos não comercializáveis, de 3,50% para 2,89% (tubérculos raízes e legumes, 24,72%; alimentação fora do domicílio, 1,69%; aluguel residencial, 3,07%; e condomínio, 5,03%). O índice de difusão aumentou 2,8 p.p., para 75,2%, no trimestre.

A inflação na RMR atingiu 8,13% no período de doze meses encerrado em junho (7,50% em março). Os preços livres aumentaram 6,82% (alimentação fora do domicílio, 11,58%; carnes, 22,77%; e aluguel residencial, 12,97%) e os monitorados, 13,14% (energia elétrica residencial, 29,51%; gasolina, 19,37%; e plano de saúde; 9,86%).

A retração registrada na economia pernambucana no decorrer do primeiro semestre de 2015 repercutiu, além do impacto da maior austeridade na condução da política macroeconômica do país, efeitos de cunho metodológico. Nesse sentido, ressaltem-se os impactos desfavoráveis sobre o resultado da indústria do estado pelo fato de ainda não estarem incluídas, na abrangência da PIM-PF/



**Tabela 2.41 – Importação por categoria de uso – FOB**  
Janeiro-dezembro

Discriminação	US\$ milhões			
	Pernambuco		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	3 733	2 817	-24,5	-18,5
Bens de capital	469	530	13,1	-15,8
Matérias-primas	1 197	1 007	-15,9	-15,0
Bens de consumo	350	412	17,7	-13,7
Duráveis	191	191	-0,2	-20,5
Não duráveis	159	221	39,3	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	1718	869	-49,4	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 2.42 – IPCA – Recife**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2014		2015	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,60	1,22	2,79	3,30
Livres	78,3	0,33	1,46	2,21	2,66
Comercializáveis	39,0	0,94	0,93	0,95	2,45
Não comercializáveis	39,3	-0,29	2,02	3,50	2,89
Monitorados	21,7	1,63	0,34	5,00	5,67
Principais itens					
Alimentação	27,4	0,42	1,49	3,41	4,20
Habitação	14,7	2,47	1,46	4,27	5,62
Artigos de residência	4,9	1,16	-0,26	0,80	0,82
Vestuário	7,6	0,44	2,12	-1,35	2,09
Transportes	14,8	0,70	0,67	4,13	3,17
Saúde	12,5	1,23	1,36	1,54	3,50
Despesas pessoais	9,9	-2,19	2,11	2,23	1,92
Educação	4,6	0,55	0,05	6,84	0,21
Comunicação	3,7	-0,10	-0,38	0,04	1,44

Fonte: IBGE

1/ Referentes a março de 2015.

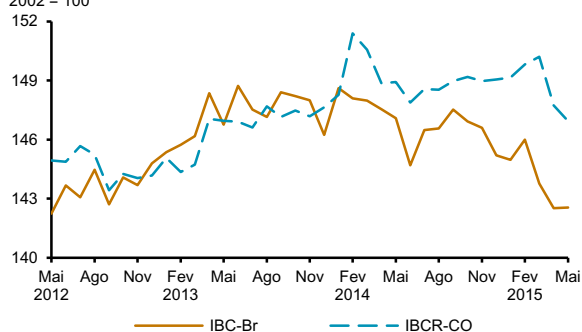
IBGE<sup>5</sup>, atividades de alto valor agregado da indústria local iniciadas recentemente em Pernambuco (refino de petróleo e fabricação de veículos automotores); e da base de comparação elevada decorrente de alteração temporal, do final de 2014 para o início de 2015, do pico da produção da agroindústria sucroalcooleira.

5/ De acordo com o IBGE, essas atividades ainda não estão incluídas na PIM-PF porque não se encontravam em operação quando foi realizada a última revisão da pesquisa.

## Região Centro-Oeste

**Gráfico 3.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Centro-Oeste**

Dados dessazonalizados  
2002 = 100

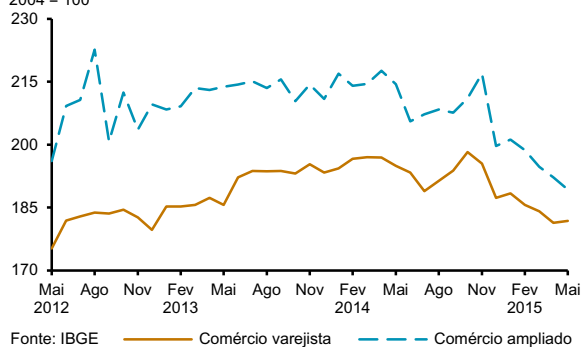


O ritmo da atividade econômica no Centro-Oeste segue em processo de acomodação, influenciado pelos impactos do processo de distensão no mercado de trabalho e da redução nos indicadores de confiança dos empresários sobre os desempenhos nas vendas do comércio e da atividade industrial. Nesse contexto, o IBCR-CO recuou 0,7% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando crescera 0,2%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador variou 0,4% em maio (1,0% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado na região contraíram 3,9% no trimestre encerrado em maio, relativamente ao finalizado em fevereiro, quando recuaram 5,7%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE (Goiás, -4,3%; Mato Grosso, -3,7%; Distrito Federal, -3,5%; Mato Grosso do Sul, -3,4%). As vendas do comércio varejista, que exclui os segmentos automóveis, motos, partes e peças, e materiais de construção, diminuíram 2,5% (Mato Grosso, -3,5%; Goiás, -3,0%; Mato Grosso do Sul, -0,6%; Distrito Federal, 0,3%), ante recuo de 4,5% no trimestre encerrado em fevereiro.

**Gráfico 3.2 – Comércio varejista – Centro-Oeste**

Dados dessazonalizados  
2004 = 100



Fonte: IBGE

As vendas do comércio ampliado decresceram 5,6% no intervalo de doze meses até maio (Goiás, -7,3%; Distrito Federal, -6,3%; Mato Grosso, -4,4%; Mato Grosso do Sul -2,1%), e as do comércio varejista, 2,7% (Goiás, -4,9%; Distrito Federal, -3,2%; Mato Grosso, -2,1%; Mato Grosso do Sul, 1,8%).

Considerando estatísticas agregadas do Distrito Federal e de Goiás, únicas unidades da federação da região para as quais são divulgadas vendas por ramo comercial, destacaram-se, no trimestre encerrado em maio, as retrações nas de veículos, motos, partes e peças (10,2%) e de móveis e eletrodomésticos (6,9%), e o aumento de 7,0% nas de outros artigos de uso pessoal e doméstico. Considerados períodos de doze meses, destacaram-se as retrações nas

**Tabela 3.1 – Índice de vendas no varejo – Agregação para GO e DF<sup>1/</sup>**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	12 meses
Comércio varejista	0,9	-6,6	-1,4	-4,3
Combustíveis e lubrificantes	3,2	-4,1	-2,9	2,2
Hiper e supermercados	-2,5	-5,2	-3,3	-8,3
Tecidos, vestuário e calçados	0,2	-2,9	-1,2	-4,3
Móveis e eletrodomésticos	-1,6	-10,7	-6,9	-10,7
Outros art. de uso pessoal/dom.	14,6	-4,6	7,0	14,1
Comércio varejista ampliado	-1,6	-6,4	-3,9	-6,9
Veículos e motos, partes e peças	-4,9	-8,1	-10,2	-11,8
Material de construção	-0,9	-3,2	-1,3	-3,0

Fonte: IBGE

1/ GO e DF são os únicos entes federados da região estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 3.2 – Receita nominal de serviços – Agregação para GO e DF<sup>1/</sup>**

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	12 meses
Total	12,6	1,3	0,2	5,7
Serviços prestados às famílias	8,0	5,3	4,4	6,0
Serviços de informação e comunicação	12,6	-1,5	-3,9	2,9
Serviços profissionais e administrativos	8,0	-1,2	-4,5	2,5
Transportes e correio	14,2	1,5	5,5	8,3
Outros serviços	21,7	17,6	7,9	16,2

Fonte: IBGE

1/ Goiás e DF são as unidades da região com dados estratificados pelo IBGE.

2/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

vendas de veículos, motos, partes e peças (11,8%) e de móveis e eletrodomésticos (10,7%) e o crescimento de 18,7% nas vendas de equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação e de 14,1% nas de outros artigos de uso pessoal e doméstico.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves na região, divulgados pela Fenabreve, decresceram 9,4% no trimestre finalizado em junho, em relação ao trimestre encerrado em março, quando recuaram 8,9%, na mesma base de comparação, dados dessazonalizados. Considerando períodos de doze meses, os emplacamentos recuaram 13,5% em junho (-12,2% em março).

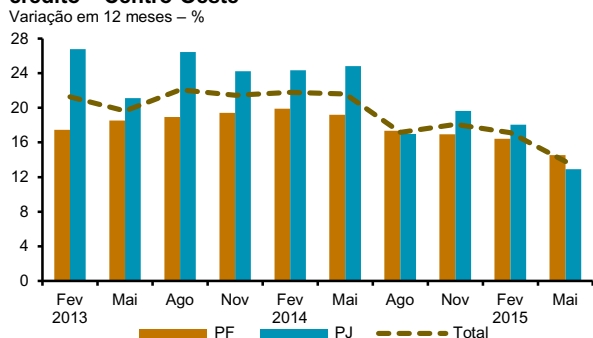
A receita nominal do setor de serviços na região variou -0,1% no trimestre finalizado em maio (0,3% no encerrado em fevereiro), relativamente ao mesmo período do ano anterior, conforme a PMS, do IBGE (Mato Grosso do Sul, 5,4%; Distrito Federal, 0,3%; Goiás, 0,2%; Mato Grosso, -4,5%). Considerando a receita agregada em Goiás e no Distrito Federal, unidades da federação na região com informações estratificadas por segmentos, destacaram-se as variações nos segmentos outros serviços (7,9%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (-4,5%). Considerando períodos de doze meses, a receita nominal da região cresceu 3,7% em maio (7,3% em fevereiro), com destaque para a expansão de 7,8% no Distrito Federal.

As operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no Centro-Oeste totalizaram R\$315,6 bilhões em maio, com crescimento de 1,7% no trimestre e de 13,8% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados somaram R\$183,8 bilhões (aumentos respectivos de 2,5% e 20,7%) e os com recursos livres, R\$131,8 bilhões, elevando-se 0,6% no trimestre e 5,5%, em doze meses.

A carteira de pessoas físicas atingiu R\$177,9 bilhões em maio, com aumentos de 2,0% no trimestre – destaque para as modalidades financiamento imobiliário, crédito pessoal consignado e crédito pessoal não consignado – e de 14,5% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$137,6 bilhões, elevando-se 1,3% no trimestre – com ênfase nas operações com empresas do setor elétrico, indústrias de alimentos e bebidas e com o setor público – e 12,9% em doze meses.

A taxa de inadimplência das operações de crédito superiores a R\$1 mil situou-se em 2,64% em maio, aumentando 0,06 p.p. no trimestre e 0,08 p.p. em doze meses. O desempenho trimestral repercutiu aumento de 0,18 p.p.

**Gráfico 3.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Centro-Oeste**



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 3.3 – Evolução do emprego formal – Centro-Oeste**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	22,8	21,9	-18,0	-57,8	3,9
Indústria de transformação	10,0	1,1	-8,7	-12,4	1,8
Comércio	-3,1	2,2	9,8	-10,4	-3,1
Serviços	12,7	13,5	6,5	-11,3	9,6
Construção civil	4,0	-2,4	-17,0	-21,7	-4,2
Agropecuária	-1,4	7,2	-8,3	-1,2	-0,7
Indústria extrativa mineral	0,5	0,1	-0,7	-0,7	0,1
Outros <sup>2/</sup>	0,1	0,1	0,3	-0,1	0,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais de utilidade pública e administração pública.

**Tabela 3.4 – Necessidades de financiamento – Centro-Oeste<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-1 957	-1 042	632	748
Governos estaduais	-1 512	-875	634	754
Capitais	-327	85	5	7
Demais municípios	-118	-252	-8	-14

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

**Tabela 3.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	
		2014	Nominal	Outros <sup>3/</sup>	2015	
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>4/</sup>	2015	Mar
	Total	28 596	-1 042	748	-294	747
Governos estaduais	30 086	-875	754	-120	706	30 672
Capitais	-209	85	7	92	29	-88
Demais municípios	-1 282	-252	-14	-266	12	-1 536

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

no segmento de pessoas jurídicas e redução de 0,05 p.p. no de pessoas físicas, nos quais a inadimplência atingiu 2,19% e 2,98%, respectivamente.

Os desembolsos do BNDES para o Centro-Oeste totalizaram R\$2,7 bilhões no trimestre encerrado em maio e R\$16,9 bilhões no período de doze meses (recuos respectivos de 47,8% e 20,9% em relação a iguais períodos de 2014).

A economia da região criou 3,9 mil novos empregos formais no trimestre finalizado em maio, ante 22,8 mil no mesmo trimestre em 2014, segundo o Caged/MTE (setor de serviços, 9,6 mil; indústria de transformação, 1,8 mil; construção civil -4,2 mil; comércio, -3,1 mil). O nível de emprego, considerados dados dessazonalizados, recuou 0,7%, ante queda de 0,6% no trimestre encerrado em fevereiro.

De acordo com a PNADC, do IBGE, a taxa de desemprego atingiu 7,3% no Centro-Oeste no primeiro trimestre de 2015 (5,9% em igual período de 2014). Ressalte-se que embora esse resultado seja melhor do que a média brasileira (7,9%), o aumento da taxa nacional foi menor (0,8 p.p.).

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Centro-Oeste somou R\$1 bilhão no primeiro trimestre de 2015. A redução de R\$914 milhões em relação ao mesmo período de 2014 repercutiu, em especial, o recuo de R\$637 milhões no *superavit* dos governos estaduais. A arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) variou 8,0%, no período.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$748 milhões e o *superavit* nominal, R\$294 milhões (R\$632 milhões e R\$1,3 bilhão, respectivamente, no primeiro trimestre de 2014).

A dívida líquida da região somou R\$29 bilhões no primeiro trimestre de 2015 (4,3% da dívida total das regiões), aumentando 1,6% em relação a dezembro de 2014. As dívidas renegociadas/reestruturadas pela União representaram 67,1% do endividamento líquido; as dívidas bancária e externa, 56,3%; e a posição credora em disponibilidades líquidas, 23,3%.

Os governos dos estados, capitais e principais municípios do Centro-Oeste acumularam *superavit* primário de R\$49 milhões no período de doze meses até maio de 2015,

**Tabela 3.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Centro-Oeste<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014		Maio de 2015			
	Dívida	Fluxos 12 meses	Dívida <sup>2/</sup>	Fluxos 12 meses		
	Primário Nominal <sup>3/</sup>			Primário Nominal <sup>3/</sup>		
DF	2 142	479	605	2 751	695	855
GO	16 021	-849	541	15 651	-1 396	9
MS	6 780	80	735	7 051	404	1 066
MT	3 653	104	498	3 648	248	675
<b>Total (A)</b>	<b>28 596</b>	<b>-185</b>	<b>2 380</b>	<b>29 101</b>	<b>-49</b>	<b>2 605</b>
<b>Brasil<sup>4/</sup> (B)</b>	<b>655 704</b>	<b>10 713</b>	<b>67 433</b>	<b>680 094</b>	<b>3 618</b>	<b>62 697</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>4,4</b>	<b>-1,7</b>	<b>3,5</b>	<b>4,3</b>	<b>-1,4</b>	<b>4,2</b>

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

**Tabela 3.7 – Produção agrícola – Centro-Oeste**

Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Variação %
		2014	2015	
Grãos	80,2	82 975	85 653	3,2
Algodão (caroço)	7,2	1 766	1 559	-11,7
Feijão	2,4	690	664	-3,8
Milho	16,4	36 156	37 214	2,9
Soja	52,6	41 864	43 748	4,5
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	13,8	132 093	138 677	5,0
Tomate	2,0	1 097	976	-11,0

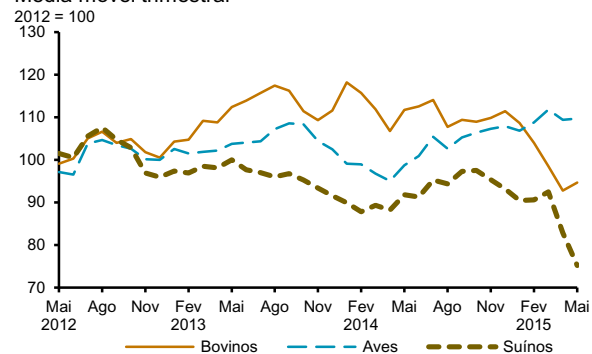
Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

**Gráfico 3.4 – Abates de animais – Centro-Oeste**

Média móvel trimestral



Fonte: Mapa

com destaque para o *superavit* de R\$1,4 bilhão em Goiás e o *deficit* de R\$695 milhões do Distrito Federal. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$2,7 bilhões e o *deficit* nominal, R\$2,6 bilhões. O endividamento líquido atingiu R\$29,1 bilhões em maio, elevando-se 1,8% em relação a dezembro de 2014. A participação da dívida dos estados, das capitais e principais municípios da região no total da dívida do país decresceu, de 4,4%, ao final de 2014, para 4,3%, em maio de 2015.

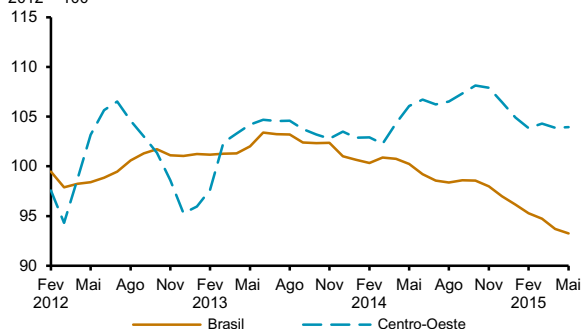
A safra de grãos da região Centro-Oeste deverá totalizar 85,7 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de junho do IBGE. O aumento anual de 3,2% reflete estimativas de crescimentos para as safras de soja (4,5%) e milho (2,9%), e recuos para as de feijão (3,8%) e algodão (11,7%). No âmbito das demais culturas, estão projetadas variações respectivas de 5,0%, -20,3% e -11,0% para as colheitas de cana-de-açúcar, banana e tomate.

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (cerca de 95% do total na região) recuaram 15,2% nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual intervalo de 2014, repercutindo contrações de 20,9% em Goiás, 16,6% no Mato Grosso e de 8,6% no Mato Grosso do Sul. Restrições do lado da oferta, especialmente associadas a fatores climáticos, pressionaram as cotações da arroba do boi gordo, que variaram 21,0% no período. Os abates de aves variaram 10,7% e os de suínos, -10,3%. As exportações de carne de frangos, suínos e de bovinos – estas impactadas influenciadas por contrações nas vendas para Rússia, Irã e Venezuela – recuaram 25,2%, 32,0% e 24,6%, respectivamente, no período.

A produção industrial no Centro-Oeste, considerando dados agregados de Goiás e Mato Grosso, únicos estados da região incluídos na PIM-PF do IBGE, cresceu 0,1% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia decrescido 3,7%, nesse tipo de comparação na série dessazonalizada. Destaque para o crescimento de 0,5% observado na indústria de transformação, mesmo com a retração de 2,8% na produção de alimentos.

A análise em doze meses indica que a indústria da região cresceu 1,5% em maio (estabilidade em fevereiro), reflexo de recuo de 3,0% na extrativa e de aumento de 1,7% na de transformação (coque e derivados de petróleo, 16,3%; alimentos, 3,2%; veículos automotores, 8,9%; produtos farmacêuticos, -23,2%; produtos de metal, -16,2%; minerais não-metálicos, -11,2%).



**Gráfico 3.5 – Indicador boi gordo**ESALQ/BM&FBovespa  
R\$/arroba – Valor à vista**Gráfico 3.6 – Produção industrial – Centro-Oeste**Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2012 = 100**Tabela 3.8 – Produção industrial – Agregação para GO e MT<sup>1/</sup>**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>2/</sup> 2015	Variação % trimestral		
		Fev <sup>3/</sup> 2015	Mai <sup>3/</sup> 2015	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-3,7	0,1	1,5
Indústrias de transformação	94,6	-4,1	0,5	1,7
Produtos alimentícios	56,4	-1,1	-2,8	3,2
Prod. miner. não-metálicos	4,1	-10,1	-0,6	-11,2
Metalurgia	2,7	0,6	-1,2	2,5

Fonte: IBGE

1/ GO e MT são os únicos entes federados da região estratificados pelo IBGE.

2/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

3/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 3.9 – Exportação por fator agregado**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	15 353	11 933	-22,3	-14,7
Básicos	13 309	10 058	-24,4	-21,6
Industrializados	2 044	1 875	-8,3	-7,5
Semimanufaturados	1 760	1 573	-10,6	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	285	301	5,8	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

O Icei/GO, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Goiás (Fieg), atingiu 42,4 pontos em junho (39,1 pontos em março de 2015, menor valor da série, e 50,4 pontos em junho de 2014), mantendo-se na zona indicativa de pessimismo pelo décimo primeiro mês consecutivo. A trajetória trimestral refletiu os acréscimos de 2,5 pontos no Índice de Condições Atuais e de 3,9 pontos no Indicador de Expectativas.

O Icei/MT, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso (FIEMT), situou-se em 37,6 pontos em junho de 2015 (36 pontos em março de 2015 e 49,1 pontos em junho de 2014) mantendo-se, nos quinze últimos meses, na zona de pessimismo. O desempenho no trimestre repercutiu expansão de 4,2 pontos no Indicador de Expectativas e redução de 1 ponto no Índice de Condições Atuais.

O indicador de expectativas de demanda da Sondagem Industrial da CNI para o Centro-Oeste atingiu 49,6 pontos, em junho (50,5 pontos em março e 59,7 pontos em junho de 2014), passando para a área de pessimismo. O Indicador de Estoques situou-se em 50,9 pontos em junho (48,9 pontos em março e 51,9 pontos em junho de 2014), evidenciando estoques em patamar acima do planejado pelos empresários.

O *superavit* da balança comercial do Centro-Oeste atingiu US\$6,1 bilhões no primeiro semestre de 2015, recuando 32,0% em relação a igual período de 2014, de acordo com o MDIC. As exportações somaram US\$11,9 bilhões e as importações, US\$5,9 bilhões, com recuos respectivos de 22,3% e de 8,8%.

O desempenho das exportações repercutiu reduções de 4,3% no *quantum* e de 18,8% nos preços. Houve recuo nas vendas de produtos básicos, 24,4% (soja, -31,3%; carne de bovino, -22,2%; farelo e resíduo de soja, -13,8%) e de semimanufaturados, 10,6% (óleo de soja em bruto, -34,0%; ferro-ligas, -24,5%; açúcar de cana em bruto, 27,0%), e aumento de 5,8% nas de manufaturados (papel e cartão para fins gráficos, 96,2%; açúcar refinado, 40,3%; óleo de soja refinado, 25,8%). As exportações do Centro-Oeste destinadas à China, Holanda, Indonésia, e Irã representaram, em conjunto, 52% do total, no período. Destaque para as reduções nas vendas de soja para a China, de farelo e resíduo de soja para a Holanda, e de carne de bovino para a Rússia.

A retração nas importações decorreu de decréscimos de 7,0% nos preços e de 1,9% no *quantum*. Ocorreram recuos

**Tabela 3.10 – Importação por categoria de uso**  
Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Centro-Oeste			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	6 433	5 866	-8,8	-18,5
Bens de capital	737	479	-35,0	-15,8
Matérias-primas	2 275	2 217	-2,5	-15,0
Bens de consumo	1 460	1 468	0,5	-13,7
Duráveis	401	294	-26,9	-20,5
Não duráveis	1 059	1 174	10,9	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	1 960	1 702	-13,2	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

nas aquisições de bens de capital, 35,0% (equipamentos móveis de transporte, -48,9%; maquinaria industrial, -48,8%), matérias-primas e produtos intermediários, 2,5% (acessórios de equipamentos de transporte, -14,2%; produtos minerais, -16,5%) e de combustíveis e lubrificantes, 13,2% (gás natural, -13,3%), e aumento de 0,5% nas de bens de consumo (produtos alimentícios, 18,3%; produtos farmacêuticos, 8,8%; veículos de passageiros, -43,8%). As importações provenientes da Bolívia, EUA, China, Alemanha, Japão e Coreia do Sul totalizaram 63,0% das compras da região no semestre. Sobressaíram as reduções nas aquisições de automóveis da Coreia do Sul e do Japão; de maquinaria industrial da Alemanha, China e Estados Unidos; e de gás natural da Bolívia.

**Tabela 3.11 – IPCA – Centro-Oeste**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2014		2015	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,00	0,82	2,57	3,53	1,73
Livres	75,98	0,80	2,55	1,91	1,93
Comercializáveis	33,89	1,28	1,95	1,64	1,70
Não comercializáveis	42,08	0,41	3,05	2,13	2,12
Monitorados	24,02	0,90	2,62	8,98	1,09
Principais itens					
Alimentos e bebidas	23,55	-0,04	4,17	3,53	3,34
Habitação	16,14	2,75	2,03	10,18	1,15
Artigos de residência	4,42	1,79	0,03	0,78	0,65
Vestuário	6,01	0,30	2,65	-0,16	1,42
Transportes	19,55	-0,29	4,45	2,31	-0,59
Saúde	10,30	1,40	0,96	1,18	3,34
Despesas pessoais	11,07	1,29	1,23	2,50	3,44
Educação	4,65	1,17	0,39	6,95	0,47
Comunicação	4,30	0,63	0,03	-1,01	0,69

Fonte: IBGE

<sup>1/</sup> Referentes a junho de 2015.

A variação do IPCA no Centro-Oeste, resultado da agregação dos indicadores de Brasília, Goiânia e Campo Grande, atingiu 1,73% no segundo trimestre de 2015, ante 3,53% no primeiro, reflexo de desaceleração dos preços monitorados, de 8,98% para 1,09%, e aceleração dos livres, de 1,91% para 1,93%. Destacaram-se as variações nos grupos despesas pessoais (3,44%), saúde e cuidados pessoais (3,34%) e alimentação e bebidas (3,34%).

A evolução dos preços livres refletiu o aumento na variação dos preços dos bens e serviços comercializáveis, de 1,64% para 1,70% (leite longa vida, 5,90%; pão francês, 5,30%; carnes, 3,54%) e o recuo na dos não comercializáveis, de 2,13% para 2,12% (tubérculos, raízes e legumes, 13,81%; alimentação fora do domicílio, 3,38%; empregado doméstico, 2,50%).

A desaceleração dos preços monitorados decorreu, em parte, do arrefecimento na variação dos preços dos itens energia elétrica residencial (de 38,92% para 0,69%), taxa de água e esgoto (de 9,06% para 0,23%) e gasolina (de 8,17% para -3,83%). Destacaram-se, ainda, as elevações nos itens jogos de azar (47,49%), produtos farmacêuticos (5,75%) e plano de saúde (2,33%). O índice de difusão atingiu 65,0% no segundo trimestre de 2015 (61,9% no primeiro).

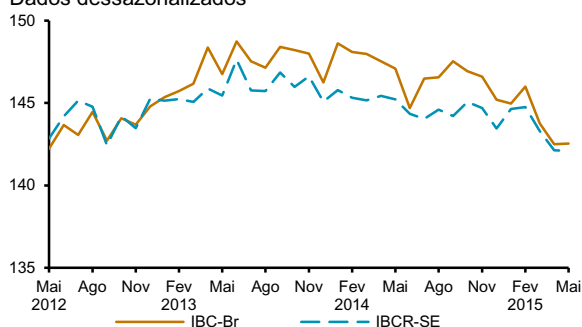
Considerados intervalos de doze meses, o IPCA do Centro-Oeste variou 8,91% em junho, ante 8,55% em março. Os preços livres aceleraram, de 6,80% para 7,38%, reflexo de aumentos nas variações dos preços dos produtos comercializáveis (de 6,53% para 6,73%) e dos preços dos não comercializáveis (de 7,01% para 7,91%). A variação nos itens monitorados recuou de 14,46% para 14,07% (energia elétrica residencial, 58,06%; plano de saúde 9,74%; gasolina, 7,86%; produtos farmacêuticos, 6,99%).

A dinâmica da atividade econômica no Centro-Oeste repercute, em grande parte, o desempenho da agropecuária, favorecido, nos últimos anos, pela trajetória dos preços de importantes *commodities*. Neste ano, o recuo nas cotações internacionais dos principais produtos agrícolas, ainda que contraposto ao aumento na produção de grãos e à depreciação cambial, indica possível moderação na renda agrícola em 2015, com desdobramentos na atividade regional.

## Região Sudeste

**Gráfico 4.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sudeste**

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

**Tabela 4.1 – Comércio varejista – Sudeste**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	1,8	-0,7	-2,5	-0,6
Combustíveis e lubrificantes	0,0	-3,6	-1,6	-3,6
Hiper e supermercados	1,8	0,0	-1,1	-0,6
Tecidos, vestuário e calçados	-3,5	-2,9	-4,4	-4,1
Móveis e eletrodomésticos	-1,4	-4,0	-8,9	-7,4
Comércio ampliado	-3,6	-2,3	-3,8	-6,1
Automóveis e motocicletas	-15,6	-7,0	-6,3	-18,7
Material de construção	-2,1	-0,9	-6,4	-6,2

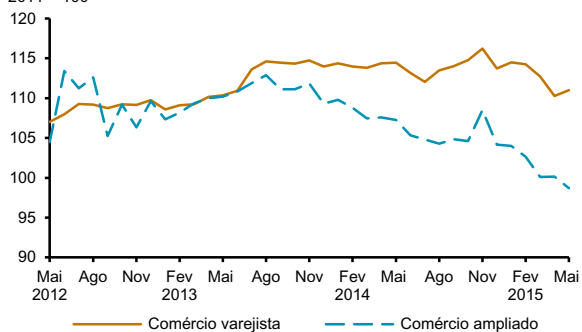
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 4.2 – Comércio varejista – Sudeste**

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

A atividade econômica do Sudeste, evidenciando retrações relevantes nas vendas do comércio e na produção da indústria, manteve-se em trajetória de retração no trimestre encerrado em maio, com desdobramentos sobre o mercado de trabalho. Nesse cenário, o IBCR-SE recuou 1,2% no período, em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando decrescera 0,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o IBCR-SE contraiu 1,4% em maio (-1,2% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado recuaram 3,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam diminuído 2,3%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções nas vendas em nove dos dez segmentos pesquisados (móveis e eletrodomésticos, -8,9%; material de construção, -6,4%; veículos, motos, partes e peças, -6,3%). Excluídas as atividades material de construção e veículos, as vendas do comércio restrito recuaram 2,5% e 0,7%, respectivamente, nos períodos mencionados.

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado diminuiriam 6,1% em maio (-5,5% em fevereiro). Destacaram-se as retrações nas vendas dos segmentos de veículos, motos, partes e peças (18,7%), livros, jornais, revistas e papelaria (9,0%), móveis e eletrodomésticos (7,4%) e o aumento de 7,4% nas de artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, perfumaria e cosméticos. O comércio varejista recuou 0,6% no período.

A receita nominal do setor de serviços no Sudeste cresceu 3,7% no trimestre encerrado em maio, em relação a igual período de 2014 (serviços profissionais, administrativos e complementares, 8,5%; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, 4,1%), de acordo com a PMS, do IBGE. Considerados períodos de doze meses, a receita do setor aumentou 3,8% em maio, ante 4,4% em fevereiro (serviços profissionais, administrativos

**Tabela 4.2 – Receita nominal de serviços – Sudeste**

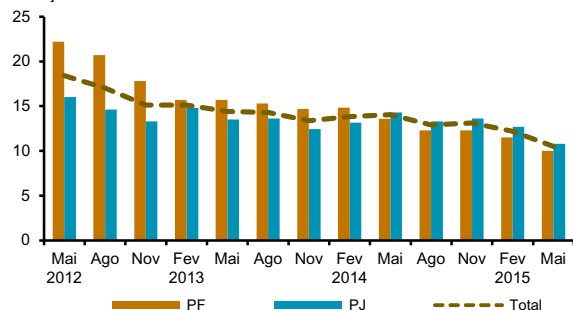
Segmentos	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	5,6	2,3	3,7	3,8
Serviços prestados às famílias	8,6	7,8	0,1	5,0
Serviços de informação e comunicação	2,8	-1,5	1,7	1,2
Serviços profissionais e administrativos	8,7	6,9	8,5	8,0
Transportes e correio	6,2	2,7	4,1	3,7
Outros serviços	4,7	-1,2	-0,6	2,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 4.3 – Evolução do saldo das operações de crédito<sup>1/</sup> – Sudeste**

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 4.3 – Desembolsos do BNDES – Sudeste**

Discriminação	Var. % acum. 12 meses				2015 <sup>1/</sup>	
	2012	2013	2014	2015 <sup>1/</sup>	R\$ milhões	Part. (%)
Sudeste	6,2	20,2	2,8	-8,5	82 028	47
Brasil	12,3	22,1	-1,4	-6,6	173 858	100

Fonte: BNDES

1/ Valores acumulados em doze meses até maio.

**Tabela 4.4 – Evolução do emprego formal – Sudeste**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014		2015		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	144,8	48,0	-11,2	-355,6	-66,1
Indústria de transformação	1,8	-43,6	-47,2	-74,1	-60,8
Comércio	-5,4	29,3	79,1	-83,2	-24,7
Serviços	74,3	58,8	45,3	-71,3	2,5
Construção civil	-5,3	-14,3	-30,3	-63,1	-30,2
Agropecuária	71,2	15,0	-57,5	-49,7	50,0
Serv. industr. de utilidade pública	1,6	-0,1	-0,3	-1,8	-1,0
Outros <sup>2/</sup>	6,6	2,9	-0,3	-12,5	-2,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

e complementares, 8,0%; de serviços prestados às famílias, 5,0%).

As operações de crédito superiores a R\$1 mil somaram R\$1.646,1 bilhões em maio, no Sudeste, com aumentos de 2,3% no trimestre e de 10,5% em doze meses. As contratações com recursos direcionados atingiram R\$777,1 bilhões (aumentos respectivos de 3,7% e 17,8%) e aquelas com recursos livres, R\$869,0 bilhões (elevações de 1,1% no trimestre e de 4,7% em doze meses).

A carteira de pessoas físicas somou R\$672 bilhões (elevações de 1,8% no trimestre e 10,0% em doze meses), com destaque para a modalidade financiamentos imobiliários, e a carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$974,1 bilhões (expansões respectivas de 2,7% e 10,8%), sobressaindo as operações do BNDES.

A inadimplência dessas operações de crédito atingiu 2,7% em maio, com variação de 0,1 p.p. no trimestre e estabilidade em doze meses. A evolução trimestral decorreu de estabilidade no segmento de pessoas físicas e de aumento de 0,2 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram inadimplência de 3,8% e 2,0%, respectivamente.

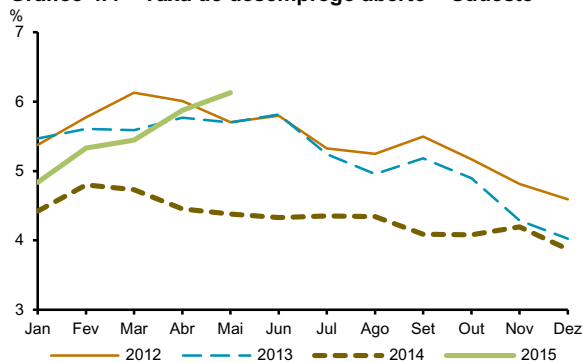
Os desembolsos do BNDES para o Sudeste totalizaram R\$17,7 bilhões no trimestre finalizado em maio e R\$82 bilhões em doze meses, com retrações respectivas de 9,9% e 8,5% em relação a iguais períodos de 2014.

A economia da região eliminou 66,1 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (criação de 144,8 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE, destacando-se os cortes na indústria de transformação (60,8 mil), na construção civil (30,2) e no comércio (24,7 mil), e a geração líquida de 50 mil postos na agropecuária. Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal do Sudeste recuou 0,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 0,3%, na mesma base de comparação.

A taxa média de desemprego do Sudeste, consideradas as Regiões Metropolitanas de São Paulo (RMSP), Rio de Janeiro (RMRJ) e Belo Horizonte (RMBH), atingiu 5,8% no trimestre finalizado em maio, de acordo com a PME do IBGE. O aumento de 1,3 p.p. em relação a igual período de 2014 refletiu redução de 1,0% na população ocupada e elevação de 0,4% na PEA. O rendimento real médio habitual e a massa salarial real declinaram 3,8% e 4,8%, respectivamente, no período. Considerados dados dessazonalizados, a taxa média



**Gráfico 4.4 – Taxa de desemprego aberto – Sudeste**



Fonte: IBGE

**Tabela 4.5 – Necessidades de financiamento – Sudeste<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-12 972	-12 764	14 150	13 914
Governos estaduais	-4 802	-5 772	11 359	11 166
Capitais	-5 024	-4 703	2 733	2 723
Demais municípios	-3 146	-2 289	59	25

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

**Tabela 4.6 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões				
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>
		2014	Nominal		
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>4/</sup>	Mar
Total	485 365	-12 764	13 914	1 150 9 827	496 343
Gov. estaduais	397 934	-5 772	11 166	5 394 8 525	411 853
Capitais	86 099	-4 703	2 723	-1 980 815	84 934
Demais municípios	1 332	-2 289	25	-2 264 487	-445

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

**Tabela 4.7 – Dívida líquida – Sudeste<sup>1/</sup>**

Composição

Região Sudeste	R\$ milhões		
	2013	2014	2015
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	28 686	50 130	54 799
Renegociação <sup>2/</sup>	380 342	394 794	400 528
Dívida externa	29 436	43 032	53 135
Outras dívidas junto à União	15 863	15 029	13 721
Dívida reestruturada	896	985	1187
Disponibilidades líquidas	-24 208	-18 605	-27 027
<b>Total (A)</b>	<b>431 014</b>	<b>485 365</b>	<b>496 343</b>
<b>Brasil<sup>3/</sup> (B)</b>	<b>578 634</b>	<b>655 704</b>	<b>668 489</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>74,5</b>	<b>74,0</b>	<b>74,2</b>

1/ Inclui inform. dos estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

de desemprego atingiu 5,4% no trimestre encerrado em maio (5,0% no finalizado em fevereiro).

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sudeste totalizou R\$12,8 bilhões no primeiro trimestre de 2015, (R\$13 bilhões no primeiro trimestre de 2014). O *superavit* dos estados aumentou 20,2%, e o das capitais e o dos principais municípios recuaram 6,4% e 27,2%, respectivamente.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$13,9 bilhões no período (R\$14,2 bilhões no primeiro trimestre de 2014), com retrações respectivas de 1,7%, 0,3% e 57,7% nos governos estaduais, das capitais e dos demais municípios. O *deficit* nominal atingiu R\$1,2 bilhão.

A dívida líquida dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sudeste totalizou R\$496,3 bilhões em março de 2015 (74,2% da dívida de todos os estados, capitais e principais municípios do país), elevando-se 2,3% em relação a dezembro de 2014.

O resultado primário consolidado para os três segmentos subnacionais do Sudeste foi deficitário em R\$6,3 bilhões no período de doze meses até maio de 2015. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$44,1 bilhões e o *deficit* nominal, R\$50,4 bilhões, mesmo patamar de dezembro de 2014. O endividamento líquido dos três segmentos totalizou R\$507,3 bilhões em maio, elevando-se 4,5% em relação a dezembro de 2014 e representando 74,6% da dívida dos estados, capitais e principais municípios do país.

A safra de grãos do Sudeste deverá totalizar 18,7 milhões de toneladas em 2015 (9,1% da produção nacional) de acordo com o LSPA de junho, do IBGE. O aumento anual de 4,0% repercutiu, em especial, a projeção de elevação de 14,7% para a colheita de soja. Em relação às demais culturas, destacaram-se as estimativas de recuos para as produções de café (7,2%), laranja (8,4%) e cana-de-açúcar (3,0%), repercutindo ainda o clima quente e seco na região em 2014. O prognóstico para a safra de café evidencia a perspectiva de retração de 23,8% da produção da espécie canephora, cultivada principalmente no Espírito Santo, mitigada, parcialmente, pelo efeito do aumento nos investimentos na cultura em Minas Gerais.

Os abates de suínos, aves e bovinos, realizados em estabelecimentos do Sudeste inspecionados pelo SIF,

**Tabela 4.8 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sudeste<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Maio de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida <sup>2/</sup>	Fluxos 12 meses	
	Primário	Nominal <sup>3/</sup>		Primário	Nominal <sup>3/</sup>	
ES	1 394	504	684	825	203	410
MG	89 370	-3 140	5 647	94 806	-2 994	5 965
RJ	96 738	7 182	14 939	104 504	7 375	15 854
SP	297 864	3 447	29 094	307 175	1 704	28 194
<b>Total (A)</b>	<b>485 365</b>	<b>7 994</b>	<b>50 364</b>	<b>507 311</b>	<b>6 288</b>	<b>50 423</b>
<b>Brasil<sup>4/</sup> (B)</b>	<b>655 704</b>	<b>10 713</b>	<b>67 433</b>	<b>680 094</b>	<b>3 618</b>	<b>62 697</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>74,0</b>	<b>74,6</b>	<b>74,7</b>	<b>74,6</b>	<b>173,8</b>	<b>80,4</b>

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

**Tabela 4.9 – Produção agrícola – Sudeste**

Itens selecionados

Discriminação	Peso <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Var. %
		2014	2015	
Grãos		17 931	18 658	4,0
Arroz (em casca)	0,1	86	60	-30,0
Feijão	3,1	787	715	-9,1
Milho	7,2	10 640	10 754	1,1
Soja	6,9	4 973	5 703	14,7
Outras lavouras				
Café	16,8	2 357	2 188	-7,2
Banana	2,7	2 271	2 438	7,3
Cana-de-açúcar	40,9	433 158	419 982	-3,0
Laranja	5,1	11 248	10 299	-8,4

Fonte: IBGE

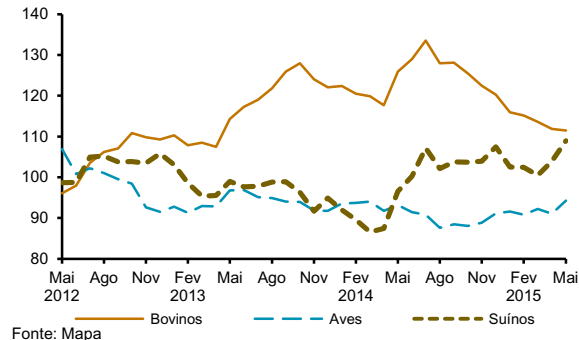
1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

**Gráfico 4.5 – Abates de animais – Sudeste**

Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: Mapa

variaram 12,7%, -2,2% e -9,7%, respectivamente, nos cinco primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com o Mapa. A expansão dos abates de suínos na região foi condicionada pelos preços mais vantajosos em relação às demais principais áreas produtoras do país; o recuo nos de aves refletiu, em parte, o impacto da greve de caminhoneiros em fevereiro; e a retração no de bovinos repercutiu restrições de oferta e diminuição da demanda doméstica.

A produção industrial do Sudeste diminuiu 1,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando recuara 3,2%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional, do IBGE. A produção da indústria extrativa variou 1,9% e a da indústria de transformação, -2,0% (equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, -12,4%; veículos automotores, reboques e carrocerias, -8,4%; máquinas e equipamentos, -7,6%; produtos farmoquímicos e farmacêuticos, -5,4%; produtos alimentícios, 5,7%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial da região contraiu 5,9% em maio, em relação a igual período de 2014 (-5,4% em fevereiro), ressaltando-se as reduções de 20,2% na produção de veículos automotores, reboques e carrocerias e de 13,9% na de máquinas e equipamentos.

O Ipei do Sudeste, calculado pela CNI, atingiu 35,4 pontos em junho, ante 34,8 pontos em março e 43,5 pontos em junho de 2014. O aumento trimestral – o primeiro nessa base de comparação desde novembro de 2013 – refletiu variações respectivas de -0,7 ponto e 1,3 ponto nos componentes que avaliam as condições atuais e as expectativas.

O indicador de expectativas da Sondagem Industrial da CNI para o Sudeste atingiu 39,1 pontos em maio (37,5 pontos em fevereiro e 46,9 pontos em maio de 2014). O indicador de estoques, indicando patamar superior ao considerado adequado, se posicionou em 52,9 pontos (52,4 pontos em fevereiro e 51,4 pontos em maio de 2014).

O déficit da balança comercial do Sudeste totalizou US\$2,2 bilhões no primeiro semestre de 2015 (US\$6,9 bilhões em igual período de 2014), ocorrendo declínios de 13,7% nas exportações e de 19,8% nas importações, que atingiram US\$47,3 bilhões e US\$49,5 bilhões, respectivamente.

**Tabela 4.10 – Produção industrial – Sudeste**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2015		
		2014	2015	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,2	-1,7	-5,9
Indústrias extrativas	13,6	2,4	1,9	6,6
Indústrias de transformação	86,4	-4,3	-2,0	-7,5
Veículos, reb. e carrocerias	12,8	-10,8	-8,4	-20,2
Produtos alimentícios	12,7	-3,1	5,7	-7,0
Deriv. petróleo e biocombustíveis	12,0	-1,0	-3,3	1,0
Metalurgia	7,1	-0,9	-3,1	-5,4
Outros produtos químicos	5,8	-3,0	-1,6	-7,2

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 4.11 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	54 854	47 346	-13,7	-14,7
Básicos	22 590	17 339	-23,2	-21,6
Industrializados	32 264	30 006	-7,0	-7,5
Semimanufaturados	7 108	6 786	-4,5	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	25 155	23 220	-7,7	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 4.12 – Importação por categoria de uso – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sudeste			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	61 713	49 519	-19,8	-18,5
Bens de capital	14 893	12 654	-15,0	-15,8
Matérias-primas	27 079	23 319	-13,9	-15,0
Bens de consumo	10 068	8 939	-11,2	-13,7
Duráveis	4 576	3 895	-14,9	-20,5
Não duráveis	5 491	5 044	-8,1	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	9 673	4 608	-52,4	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

O comportamento das exportações, decorrente de variações de -23,3% nos preços e de 12,5% no *quantum*, refletiu retrações nas vendas de produtos básicos, 23,2% (minérios de ferro, -45,7%; óleos brutos de petróleo, -6,1%), de manufaturados, 7,7% (óleos combustíveis, -49,5%; máquinas e aparelhos para terraplanagem, perfuração, etc., -28,2%) e de semimanufaturados, 4,5% (açúcar de cana em bruto, -21,0%; pastas químicas de madeira, -7,6%). As exportações da região para os EUA, China, Argentina, Holanda e Alemanha representaram, em conjunto, 48,5% do total no período, destacando-se as reduções nas direcionadas para a Holanda (27,4%) e para a China (17,7%).

O desempenho das importações, resultante de reduções de 8,2% nos preços e de 12,6% no *quantum*, repercutiu diminuição nas compras em todas as categorias de uso, com destaque para combustíveis e lubrificantes, 52,4%; bens de capital, 15,0% (máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração, -39,2%) e bens de consumo duráveis (artigos e aparelhos de prótese, de ortopedia e suas partes, -14,6%). As importações originadas da China, EUA, Alemanha, Argentina e Coreia do Sul representaram, em conjunto, 51,4% do total adquirido pela região no semestre, com destaque para as retrações nas provenientes da Argentina (23,5%) e Alemanha (21,3%).

A inflação no Sudeste, considerada a média ponderada das variações do IPCA nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e de Vitória (RMV), variou 2,01% no segundo trimestre do ano (4,06% no primeiro), com desacelerações dos preços livres (de 2,50% para 1,75%) e dos monitorados (de 9,11% para 2,81%). Neste segmento, destacaram-se as elevações nos preços de jogos de azar (47,49%), na taxa de água e esgoto (10,18%), nos produtos farmacêuticos (4,95%), na tarifa de energia elétrica residencial (3,46%) e nos planos de saúde (2,33%).

No âmbito dos preços livres, houve desaceleração, de 3,40% para 1,63%, nos dos não comercializáveis (tubérculos, 17,20%; alimentação fora do domicílio, 2,40%; serviços pessoais, 1,35%), e aceleração, de 1,33% para 1,90%, nos dos comercializáveis (leites e derivados, 5,30%; carnes, 3,05%; vestuário, 2,14%). O índice de difusão médio atingiu 64,4% no segundo trimestre do ano (67,8% no primeiro).

O IPCA do Sudeste variou 8,85% no período de doze meses finalizado em junho (8,02% em março), com acelerações dos preços monitorados, de 12,82% para 14,77%, e dos preços livres, de 6,54% para 7,02%.

**Tabela 4.13 – IPCA – Sudeste**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período			
		2014	2015		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,37	4,06	2,01	8,85
Livres	75,2	6,97	2,50	1,75	7,02
Comercializáveis	32,5	6,18	1,33	1,90	5,75
Não comercializáveis	42,7	7,59	3,40	1,63	8,01
Monitorados	24,8	4,48	9,11	2,81	14,77
Principais itens					
Alimentação	23,5	8,27	3,23	2,78	9,09
Habitação	16,0	7,53	9,75	3,15	18,53
Artigos de residência	4,1	5,53	0,89	1,87	4,87
Vestuário	5,6	4,20	-1,10	2,14	3,04
Transportes	19,0	4,01	5,15	-0,01	7,26
Saúde	11,4	7,06	1,75	3,07	7,65
Despesas pessoais	11,4	8,53	3,26	2,33	8,48
Educação	4,9	8,53	7,25	0,56	8,83
Comunicação	4,1	-2,12	-1,13	0,65	-1,68

Fonte: IBGE

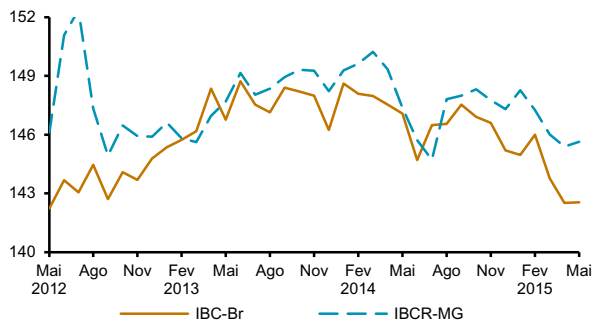
1/ Referentes a junho de 2015.

A desaceleração da atividade econômica da região no trimestre encerrado em maio repercutiu, em especial, o ambiente de retração das vendas do comércio e da atividade industrial. Esse cenário tende a ser revertido no médio prazo, refletindo efeitos da reorientação da política econômica sobre o cenário macroeconômico e desdobramentos sobre indicadores de confiança e ambiente de negócios.

## Minas Gerais

**Gráfico 4.6 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Minas Gerais**

Dados dessazonalizados  
2002 = 100



O PIB de Minas Gerais recuou 0,7% no primeiro trimestre de 2015, em relação ao quarto trimestre de 2014, quando se manteve estável, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da Fundação João Pinheiro (FJP). Considerados períodos de doze meses, o PIB do estado retraiu 2,9% no primeiro trimestre de 2015 (-1,1% em 2014), ante redução de 0,9% do PIB nacional. Estatísticas mais recentes mostram continuidade da trajetória de retração da atividade econômica no estado, destacando-se os recuos na produção da indústria de transformação, da agricultura e da construção civil. Nesse contexto, o IBCR-MG decresceu 1,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando recuara 0,3%, neste tipo de análise, dados dessazonalizados. O indicador recuou 1,5% no intervalo de doze meses encerrado em maio, ante 0,8% até fevereiro.

As vendas do comércio ampliado em Minas Gerais recuaram 1,9% no trimestre finalizado em maio, relativamente ao encerrado em fevereiro, quando diminuíram 3,1%, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve redução em seis dos dez ramos pesquisados (móveis e eletrodomésticos, -9,4%; veículos, motos, partes e peças, -3,4%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 3,0%). As vendas do comércio varejista, excluídas as variações nas de veículos e de materiais de construção (1,2%), recuaram 1,4% no trimestre (-2,1% no trimestre encerrado em fevereiro).

**Tabela 4.14 – Índice de vendas no varejo – Minas Gerais**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014 Ano	2015		
		Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	2,6	-2,1	-1,4	0,0
Combustíveis e lubrificantes	3,2	-2,1	-2,4	-0,4
Hiper, supermercados	2,7	-0,5	-0,2	1,3
Tecidos, vestuário e calçados	-2,9	-1,7	-2,4	-4,8
Móveis e eletrodomésticos	1,0	-9,3	-9,4	-5,3
Outros art. de uso pessoal e dom.	9,3	1,6	-2,2	5,4
Comércio ampliado	-0,2	-3,1	-1,9	-2,1
Veículos e motos, partes e peças	-5,5	-6,3	-3,4	-5,4
Material de construção	0,5	-5,9	1,2	-5,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

Considerados períodos de doze meses, as vendas do comércio ampliado variaram -2,1% em maio, em relação ao mesmo período anterior, ante -2,0% em fevereiro (material de construção, -5,6%; veículos, motos, partes e peças, -5,4%; outros artigos de uso pessoal e doméstico, 5,4%; artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos, 5,3%). As vendas do comércio varejista registraram estabilidade e aumento de 1,1%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

Os emplacamentos de automóveis e comerciais leves no estado diminuíram 9,0% no trimestre finalizado em junho, em relação ao encerrado em março, quando decresceram 21,3%, na mesma base de comparação, segundo dados dessazonalizados da Fenabreve. Considerando períodos de doze meses, os emplacamentos recuaram 9,0% em junho (-5,3% em março).



**Tabela 4.15 – Receita nominal de serviços – Minas Gerais**

Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	2,4	1,9	1,6	1,6
Serviços prestados às famílias	5,7	2,3	-5,8	1,3
Serviços de informação e comunicação	-2,2	4,1	6,7	1,0
Serviços profissionais e administrativos	3,5	1,4	-0,8	2,2
Transportes e correio	5,0	0,8	0,7	1,9
Outros serviços	2,2	-4,5	-5,3	-1,3

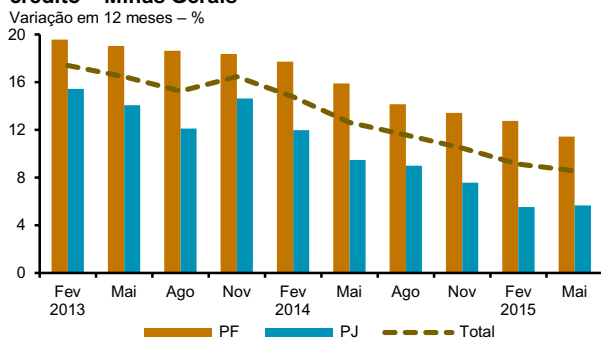
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

A receita nominal dos serviços em Minas Gerais aumentou 1,6% no trimestre finalizado em maio, em relação ao mesmo período em 2014, segundo a PMS, do IBGE (serviços de informação e comunicação, 6,7%; serviços prestados às famílias, -5,8%). A receita acumulada em doze meses até maio aumentou 1,6%, em relação ao mesmo período anterior (serviços profissionais, administrativos e complementares, 2,2%; transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, 1,9%).

As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Minas Gerais totalizaram R\$271,2 bilhões em maio, com aumentos de 1,5% no trimestre e de 8,6% em doze meses. O saldo das contratações com recursos direcionados atingiu R\$125,4 bilhões, elevando-se 1,2% e 12,1%, respectivamente, e o das operações com recursos livres, R\$145,8 bilhões, aumentando 1,8% no trimestre e 5,7% em doze meses.

**Gráfico 4.7 – Evolução do saldo das operações de crédito – Minas Gerais<sup>1/</sup>**

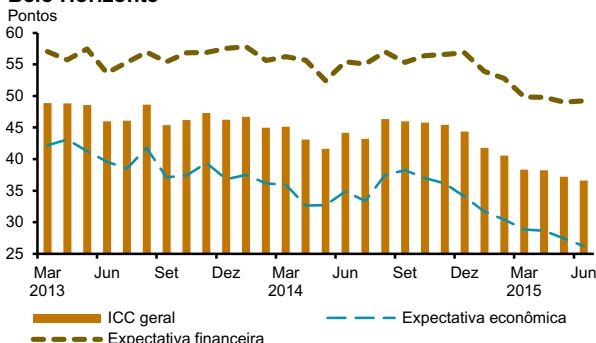


1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

A carteira de pessoas físicas somou R\$140,4 bilhões, elevando-se 2,1% no trimestre, com destaque para as modalidades de financiamento imobiliário, crédito consignado e cartão de crédito à vista, e 11,4% em doze meses. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$130,9 bilhões, com crescimentos de 0,9% no trimestre, impulsionado por financiamentos ao setor elétrico, à administração pública e à indústria siderúrgica, e de 5,7% em doze meses.

A taxa de inadimplência dessas operações atingiu 3,13% em maio (redução de 0,02 p.p. no trimestre e aumento de 0,09 p.p. em doze meses). O recuo trimestral repercutiu retração de 0,07 p.p. no segmento de pessoas físicas e aumento de 0,03 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de inadimplência de 3,52% e 2,70%, respectivamente.

**Gráfico 4.8 – Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte**



O Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte (ICCBH), divulgado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais (Ipead), atingiu 36,6 pontos em junho (38,3 pontos em março e 44,2 pontos em junho de 2014). Assinale-se que o indicador, em trajetória descendente desde setembro de 2014, registrou o menor patamar da série iniciada em maio de 2004. A retração trimestral repercutiu recuos de 2,6 pontos, para 26,2 pontos, no componente Expectativa Econômica, com destaque para a piora na avaliação sobre emprego e situação econômica do país; e de 0,6 pontos, para 49,2 pontos, no componente expectativa financeira, com destaque para a retração na expectativa sobre situação financeira da família.

**Tabela 4.16 – Evolução do emprego formal – Minas Gerais**  
Novos postos de trabalho

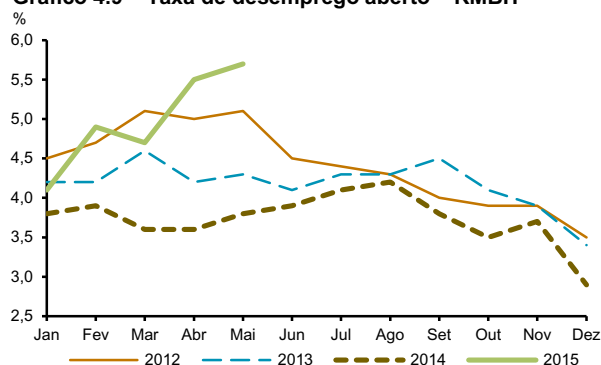
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014		2015		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	41,8	0,9	-14,7	-76,7	-20,5
Indústria de transformação	3,9	-5,4	-7,0	-16,6	-16,3
Comércio	0,9	3,1	17,7	-13,3	-4,9
Serviços	6,9	8,2	10,2	-16,5	-0,7
Construção civil	-2,3	-2,1	-10,4	-17,9	-15,6
Agropecuária	31,0	-3,7	-24,8	-9,3	18,6
Indústria extrativa mineral	0,4	0,2	-0,6	-2,2	-1,7
Outros <sup>2/</sup>	1,0	0,5	0,2	-0,9	0,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui serviços industriais de utilidade pública e administração pública.

**Gráfico 4.9 – Taxa de desemprego aberto – RMBH**



Fonte: IBGE

**Tabela 4.17 – Necessidades de financiamento – Minas Gerais<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado de Minas Gerais	-2 271	-2 827	2 808	2 692
Governo estadual	-1 612	-1 873	2 747	2 635
Capital	-173	-335	40	43
Demais municípios	-486	-619	21	14

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

**Tabela 4.18 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Minas Gerais<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	2015
		2014	Nominal	Outros <sup>4/</sup>		
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>	Mar	
	Est. de Minas Gerais	89 370	-2 827	2 692	-135	3 009
Governo estadual	87 544	-1 873	2 635	762	2 736	91 042
Capital	2 405	-335	43	-291	140	2 253
Demais municípios	-579	-619	14	-605	133	-1 051

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

O mercado de trabalho de Minas Gerais registrou eliminação de 20,5 mil empregos formais no trimestre finalizado em maio (criação de 41,8 mil novos empregos em igual período de 2014), segundo o Caged/MTE. Destacaram-se os cortes na indústria de transformação (16,3 mil) e na construção civil (15,6 mil), e a criação de 18,6 mil vagas na agropecuária (31 mil no mesmo período de 2014). O nível de emprego recuou 1,2% em relação ao trimestre encerrado em fevereiro, quando recuara 0,4%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados.

As horas trabalhadas na indústria do estado diminuíram 2,6% no trimestre finalizado em maio, comparativamente ao terminado em fevereiro, quando haviam retraído 3,0%, na mesma base de comparação, de acordo com estatísticas dessazonalizadas da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg). No mesmo período, a massa salarial real variou 2,8%; o rendimento médio, 9,6%; e o emprego, -2,2%.

A taxa média de desemprego na RMBH atingiu 5,3% no trimestre encerrado em maio (3,7% no mesmo trimestre em 2014), conforme a PME, do IBGE, refletindo redução de 1,5% no número de ocupados e aumento de 0,2% na PEA. A massa de rendimentos real média diminuiu 4,0% em relação ao mesmo trimestre em 2014, reflexo de recuos de 2,4% no rendimento real médio e de 1,7% na população ocupada remunerada. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego aumentou 0,9 p.p. em relação ao trimestre encerrado em fevereiro.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de Minas Gerais atingiu R\$2,8 bilhões no primeiro trimestre de 2015 (R\$2,3 bilhões no mesmo período de 2014). Houve aumentos do *superavit* dos governos do estado (16,2%), da capital (93,3%) e dos principais municípios (27,5%).

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$2,7 bilhões no trimestre e o *superavit* nominal, R\$135 milhões (R\$2,3 bilhões e *deficit* de R\$538 milhões, na ordem, no primeiro trimestre de 2014).

A dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios mineiros somou R\$92,2 bilhões em março, variando 3,2% em relação a dezembro de 2014. A dívida do governo estadual cresceu 4,0%, a da capital recuou 6,3% e o saldo credor líquido dos governos dos principais municípios aumentou 81,6%.

**Tabela 4.19 – Produção agrícola – Minas Gerais**

Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Variação %
		2014	2015	
Grãos	32,4	11 707	11 667	-0,3
Feijão	6,3	573	527	-8,1
Milho	12,5	6 967	6 825	-2,0
Soja	12,0	3 346	3 506	4,8
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	16,1	71 087	69 004	-2,9
Café	29,6	1 364	1 407	3,1

Fonte: IBGE

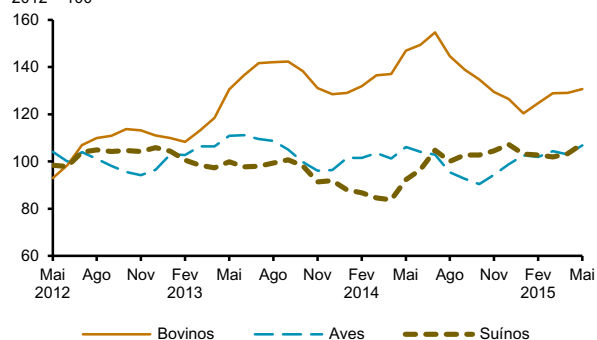
1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

**Gráfico 4.10 – Abates de animais – Minas Gerais**

Média móvel trimestral

2012 = 100

**Tabela 4.20 – Produção industrial – Minas Gerais**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral		
		2015		Ac. 12 meses
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	
Indústria geral	100,0	-2,6	-2,7	-5,8
Indústrias extrativas	24,6	1,6	1,5	-1,1
Indústrias de transformação	75,4	-3,9	-4,4	-7,3
Metalurgia	16,5	0,6	0,7	-2,0
Veículos, reb. e carrocerias	13,9	-5,5	-25,6	-24,1
Deriv. petróleo e biocomb.	6,7	-4,5	-4,1	3,9
Prod. miner. não-metálicos	4,5	-5,7	-6,6	-7,4
Outros produtos químicos	3,3	-4,7	-3,6	-0,2

Fonte: IBGE

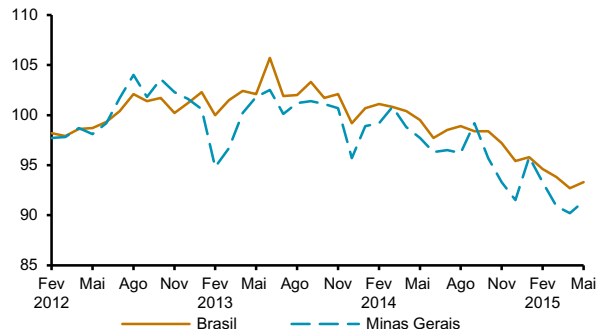
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 4.11 – Produção industrial – Minas Gerais**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



A safra de grãos do estado de Minas deverá atingir 11,7 milhões de toneladas em 2015, de acordo com o LSPA de junho do IBGE. O recuo anual, projetado em 0,3%, reflete, em especial, a decisão de parte dos produtores no sentido de intensificar a produção de soja, cuja produtividade atinge cerca de 50% da relativa ao milho. Nesse cenário, estão estimadas reduções para as colheitas de milho (2,0%) – principal cultura do estado – e de feijão (8,1%), impactadas por reduções de 3,8% e 8,8% nas respectivas áreas plantadas; e aumento de 4,8% para a colheita de soja, em área plantada 6,2% superior à de 2014. No âmbito das demais culturas, destacam-se as estimativas de aumento de 3,1% para a produção de café e de recuos respectivos de 2,9% e 2,2% para as de cana-de-açúcar e de batata inglesa.

Os abates de bovinos em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF (75,0% do total no estado) recuaram 9,2% nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2014, enquanto os de aves e de suínos variaram, na ordem, -0,4% e 16,1%. As exportações de carnes de bovinos, sensibilizadas por reduções nos embarques para o Irã, Hong Kong e Chile, recuaram 23,3% no período; as de suínos, refletindo recuo nas vendas para a Rússia, decresceram 79,8%; e as de carnes de aves, em cenário de aumento das compras da Arábia Saudita e Catar, elevaram-se 0,6%.

A produção industrial de Minas Gerais recuou 2,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando havia contraído 2,6%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A indústria extrativa cresceu 3,6% e de transformação retraiu 5,3% (veículos automotores, -25,6%; bebidas, -12,0%; minerais não-metálicos, -6,6%; coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, -4,1%).

Considerados períodos de doze meses, a produção industrial mineira recuou 5,8% em maio, em relação a igual período de 2014 (-4,3% em fevereiro). A indústria extrativa contraiu 1,1% e a indústria de transformação, 7,3% (indústria automobilística, -24,1%; máquinas e equipamentos, -24,5%; produtos de metal, -13,8%; minerais não-metálicos, -7,4%; coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, 3,9%).

Indicadores da Fiemg também indicam retração na atividade industrial. Nesse sentido, considerando dados dessazonalizados, o faturamento real recuou 9,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, e o Nuci diminuiu 1,3 p.p. no período, atingindo 83,6%.

O Icei/MG, divulgado pela Fiemg, situou-se em 34,7 pontos em junho (33,4 pontos em março e 41,9 pontos em junho de 2014), mantendo-se pelo décimo quinto mês consecutivo na zona de pessimismo. A trajetória trimestral refletiu elevações de 1,6 pontos no Índice de Expectativas para os próximos seis meses e de 0,3 ponto no Índice de Condições Atuais.

O *superavit* da balança comercial do estado somou US\$6,4 bilhões no primeiro semestre de 2015, de acordo com o MDIC (US\$9,7 bilhões em igual período de 2014). Ocorreram contrações de 26,6% nas exportações e de 13,4% nas importações, que totalizaram, na ordem, US\$11 bilhões e US\$4,6 bilhões.

O recuo das exportações repercutiu contração de 27,5% nos preços e aumento de 1,1% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos decresceram 38,2% (minérios de alumínio, -98,1%; carne de suíno, -88,2%; minério de ferro, -54,4%) e os de produtos manufaturados, 11,1% (automóveis, -49,4%; medicamentos, -43,2%; silício, -38,0%;), contrastando com o aumento de 2,6% nas vendas de semimanufaturados (produtos semimanufaturados, de ferro ou aço, 140%; zinco em bruto, 100%; ferro fundido bruto e ferro *spiegel*, 17,7%). As exportações para a China, EUA, Argentina, Holanda, Japão, e Alemanha representaram 57,0% das vendas externas de Minas Gerais no semestre, destacando-se as reduções nos embarques de minérios de ferro para China, Japão e Holanda, e nos de automóveis para a Argentina; e os aumentos das exportações de café, produtos semimanufaturados de ferro e aço e de medicamentos, para os EUA.

A redução nas importações refletiu decréscimos respectivos de 7,4% e 6,4% no *quantum* e nos preços. Houve contração nas compras em todas as categorias de uso: bens de capital, 12,5% (equipamento móvel de transporte, -47,7%; maquinaria industrial, -13,6%); matérias-primas, 14,8% (acessórios de equipamentos de transporte, -33,8%; produtos químicos e farmacêuticos, -11,4%); bens de consumo duráveis, 15,8% (automóveis, -17,9%); bens de consumo não duráveis, 10,2% (produtos farmacêuticos, -57,7%; produtos de tocador, -13,1%); e combustíveis e lubrificantes, -6,5%, evidenciando a redução no consumo de carvão mineral pelas indústrias metalúrgicas. As importações provenientes da China, EUA, Argentina e Itália corresponderam, em conjunto, a 56,0% das compras do estado no período. Destacaram-se as reduções nas compras de equipamento móvel de transporte e acessórios de equipamentos de transporte, da Argentina e Itália; de maquinaria industrial, da

**Tabela 4.21 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	15 007	11 009	-26,6	-14,7
Básicos	9 861	6 090	-38,2	-21,6
Industrializados	5 146	4 919	-4,4	-7,5
Semimanufaturados	2 509	2 575	2,6	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	2 637	2 344	-11,1	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 4.22 – Importação por categoria de uso – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Minas Gerais		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	5 281	4 575	-13,4	-18,5
Bens de capital	1 624	1 420	-12,5	-15,8
Matérias-primas	2 259	1 926	-14,8	-15,0
Bens de consumo	1 026	881	-14,1	-13,7
Duráveis	718	604	-15,8	-20,5
Não duráveis	308	277	-10,2	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	372	348	-6,5	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 4.23 – IPCA – Belo Horizonte**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2014		2015	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,47	1,22	3,67	2,09
Livres	76,2	0,57	1,21	2,47	1,51
Comercializáveis	35,2	1,42	0,92	0,87	1,71
Não comercializáveis	41,0	-0,17	1,47	3,88	1,34
Monitorados	23,8	0,10	1,26	7,83	4,01
Principais itens					
Alimentos e bebidas	22,2	0,56	1,76	3,35	2,27
Habitação	16,5	0,93	0,94	7,78	4,66
Artigos de residência	5,1	2,06	0,90	0,21	2,75
Vestuário	6,6	0,10	0,57	-0,56	1,55
Transportes	18,0	-0,50	1,45	4,66	-0,16
Saúde	10,8	1,26	1,35	1,30	3,36
Despesas pessoais	12,1	0,06	1,44	3,76	1,58
Educação	4,7	0,33	0,47	7,70	0,63
Comunicação	4,1	0,36	-0,05	-0,98	1,15

Fonte: IBGE

<sup>1/</sup> Referentes a junho de 2015

China e EUA; e de automóveis, da Argentina; e os aumentos nas aquisições de equipamento fixo de transporte, da China; e de partes e peças para equipamentos de transporte, dos EUA.

O IPCA da RMBH variou 2,09% no segundo trimestre de 2015 (3,67% no primeiro), com desacelerações nos preços livres (de 2,47% para 1,51%) e nos monitorados (de 7,83% para 4,01%). Sobressaíram as variações de preços nos grupos habitação (4,66%), saúde e cuidados pessoais (3,36%), artigos de residência (2,75%) e alimentação e bebidas (2,27%).

A evolução dos preços livres repercutiu a aceleração, de 0,87% para 1,71%, dos preços dos itens comercializáveis (leite longa vida, 6,69%; pão francês 5,31%; mobiliário, 4,33%) e a desaceleração, de 3,88% para 1,34%, dos preços dos itens não comercializáveis (tubérculos, raízes e legumes, 13,82%; aluguel residencial, 2,52%; e alimentação fora do domicílio, 2,00%). A desaceleração dos preços monitorados repercutiu, em grande parte, as reduções nos aumentos de preços dos itens energia elétrica residencial (de 33,79% para 8,47%), gasolina (de 12,04% para -0,08%) e ônibus urbanos (de 8,39% para 0,00%). O índice de difusão atingiu 64,6% no trimestre encerrado em junho (62,8% no finalizado em março).

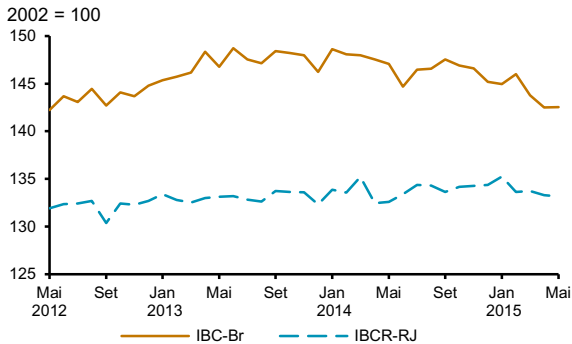
O IPCA da RMBH variou 7,65% no período de doze meses encerrado em junho (7,39% em março), com as maiores altas ocorrendo nos grupos habitação (14,92%), educação (9,25%) e alimentação e bebidas (8,15%). A variação nos preços monitorados atingiu 13,69% (energia elétrica residencial, 43,16%; taxa de água e esgoto, 15,04% e gasolina, 14,06%) e a dos preços livres, 5,87% (bens comercializáveis, 5,01%; bens não comercializáveis, 6,63%).

A desaceleração do ritmo da atividade na economia mineira repercute, em grande parte, os resultados negativos da construção civil e da indústria automobilística, setores que detêm participação no Valor Adicionado Bruto de Minas Gerais superior à média nacional e exercem, portanto, função relevante na sustentação da cadeia produtiva e do mercado de trabalho regional.



## Rio de Janeiro

**Gráfico 4.12 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio de Janeiro**  
Dados dessazonalizados



**Tabela 4.24 – Índice de vendas no varejo – Rio de Janeiro**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014	2015		
		Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>
Comércio varejista	3,2	-1,2	-2,5	1,7
Combustíveis e lubrificantes	3,3	-2,4	-1,7	-0,9
Hiper e supermercados	3,5	-1,0	-1,3	0,9
Tecidos, vestuário e calçados	-0,3	-5,3	-3,4	-1,6
Móveis e eletrodomésticos	-3,8	-4,5	-11,2	-8,7
Comércio ampliado	1,7	-3,1	-4,3	-0,9
Veículos e motos, partes e peças	-1,0	-8,7	-11,4	-6,5
Material de construção	0,7	4,1	-13,1	-1,4

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 4.25 – Receita nominal de serviços –**

**Rio de Janeiro**

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
		Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>
Total	7,4	1,8	1,9	4,1
Serviços prestados às famílias	6,8	3,5	-2,6	3,1
Serviços de informação e comunicação	5,8	0,7	1,0	2,9
Serviços profissionais e administrativos	7,0	0,3	-0,3	3,8
Transportes e correio	9,8	3,1	6,5	6,4
Outros serviços	7,2	2,9	-1,9	2,1

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

A retração recente observada na atividade econômica do Rio de Janeiro é compatível com o processo de ajuste macroeconômico em curso na economia brasileira. Nesse cenário, em que a ocorrência de eventos não econômicos interfere negativamente nas expectativas e decisões dos agentes, a indústria de transformação vem adequando níveis de estoques compatíveis com a retração da demanda, o setor de serviços mostra menor dinamismo e a trajetória das vendas varejistas repercute o ambiente de distensão do mercado de trabalho e de condições de crédito menos favoráveis. Nesse contexto, o IBCR-RJ recuou 0,8% no trimestre finalizado em maio, em relação ao período terminado em fevereiro, quando aumentara 0,3%, de acordo com dados dessazonalizados. Considerados intervalos de doze meses, o indicador expandiu 0,4% em maio (0,3% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado contraíram 4,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando recuaram 3,1%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Dos dez segmentos pesquisados, nove registraram recuo nas vendas (material de construção, -13,1%; veículos, motos, partes e peças, -11,4%; móveis e eletrodomésticos, -11,2%). Excluídas as atividades veículos e material de construção, as vendas do comércio varejista contraíram 2,5% no período (recuo de 1,2% no trimestre encerrado em fevereiro).

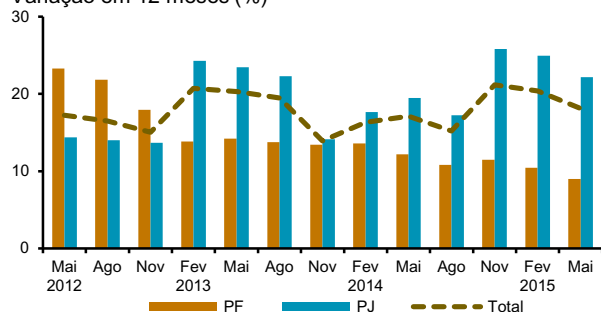
Considerados intervalos de doze meses, o comércio ampliado decresceu 0,9% em maio, ante aumento de 0,3% em fevereiro (veículos, motos, partes e peças, -6,5%; móveis e eletrodomésticos, -8,7%). As vendas do comércio varejista variaram 1,7% e 2,5%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

Os emplacements de automóveis e comerciais leves realizados no Rio de Janeiro somaram 47,1 mil unidades no segundo trimestre do ano, recuo de 10,0% em relação ao trimestre anterior, segundo dados dessazonalizados da Fenabreve. Considerados períodos de doze meses, os emplacements diminuíram 11,2% em junho (-8,7% em março).

A receita nominal dos serviços não financeiros do estado cresceu 1,9% no trimestre encerrado em maio, em relação a igual período de 2014 (transportes e correio, 6,5%; serviços de informação e comunicação, 1,0%),

segundo a PMS do IBGE. Considerados períodos de doze meses, a receita do setor elevou-se 4,1% em maio (5,8% em fevereiro), com ênfase no crescimento do segmento transportes e correio (6,4%).

**Gráfico 4.13 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio de Janeiro<sup>1/</sup>**  
Variação em 12 meses (%)



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil contratadas no estado somou R\$413,2 bilhões em maio, aumentando 3,4% no trimestre e 18,1% em doze meses. As contratações com recursos direcionados atingiram R\$225,2 bilhões, com expansões respectivas de 6,4% e 26,4%, nas mesmas bases de comparação, e os empréstimos com recursos livres totalizaram R\$188,0 bilhões, com estabilidade no trimestre e aumento de 9,5% em doze meses.

A carteira de crédito de pessoas físicas somou R\$117,6 bilhões, com aumentos de 1,4% no trimestre, sobressaindo as modalidades crédito consignado e financiamentos imobiliários, e de 9,0% em doze meses. O estoque da carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$295,6 bilhões, elevando 4,2% no trimestre – com destaque para os empréstimos destinados ao comércio atacadista (com exceção de veículos e motocicletas), às indústrias de refino de petróleo, coque e álcool e à administração pública – e 22,2% em doze meses.

A inadimplência atingiu 2,40% em maio, aumentando 0,23 p.p. no trimestre e 0,05 p.p. em doze meses. A evolução trimestral resultou de acréscimos respectivos de 0,02 p.p. e 0,35 p.p. nos segmentos de pessoas físicas e de pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu, na ordem, 4,66% e 1,51%.

A economia do estado eliminou 19,6 mil postos formais de trabalho no trimestre encerrado em maio (criação de 15,5 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE, destacando-se os cortes na indústria de transformação (9,8 mil) e no setor de serviços (5,2 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 0,8% no trimestre terminado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 0,4%, na mesma base de comparação.

A taxa média de desemprego na RMRJ atingiu 5,0% no trimestre encerrado em maio (3,5% no mesmo período de 2014), de acordo com a PME do IBGE, evolução decorrente de decréscimos de 2,1% na população ocupada e de 0,5% na PEA. O rendimento médio real habitualmente recebido pelas pessoas ocupadas e a massa de rendimentos recuaram, na ordem, 3,8% e 5,9%, no trimestre. Considerados dados

**Tabela 4.26 – Evolução do emprego formal – Rio de Janeiro**  
Novos postos

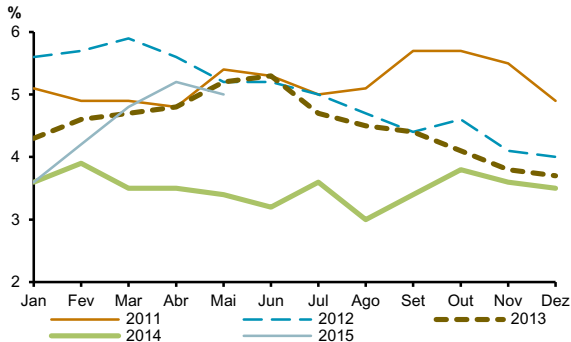
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	15,5	9,3	26,8	-72,9	-19,6
Indústria de transformação	2,2	-2,8	-0,8	-9,0	-9,8
Comércio	-2,8	4,3	21,2	-21,7	-2,2
Serviços	13,8	9,5	12,2	-22,5	-5,2
Construção civil	0,6	-3,3	-3,7	-17,1	-1,7
Agropecuária	1,6	1,5	-2,5	-0,7	-0,1
Serviços ind. utilidade pública	0,2	0,2	-0,1	-0,7	-0,2
Outros <sup>2/</sup>	-0,0	-0,1	0,4	-1,3	-0,4

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

**Gráfico 4.14 – Taxa de desemprego aberto – Rio de Janeiro**



Fonte: IBGE

**Tabela 4.27 – Necessidades de financiamento – Rio de Janeiro<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado do Rio de Janeiro	-2 035	345	2 621	2 745
Governo estadual	240	-80	2 392	2 500
Capital	-1 680	-320	247	269
Demais municípios	-595	746	-18	-24

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

**Tabela 4.28 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio de Janeiro<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	
		2014	Nominal	Outros <sup>3/</sup>		2015
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>4/</sup>	Mar	
Est. do Rio de Janeiro	96 738	345	2 745	3 090	4 535	104 364
Governo estadual	89 785	-80	2 500	2 420	3 982	96 186
Capital	8 739	-320	269	-51	700	9 388
Demais municípios	-1 785	746	-24	722	-147	-1 211

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

**Tabela 4.29 – Produção agrícola – Rio de Janeiro**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção		Variação %
		2014	2015 <sup>2/</sup>	
<b>Grãos</b>				
Milho	0,6	11,1	4,8	-56,5
Feijão	0,5	2,5	1,7	-31,2
<b>Outras lavouras</b>				
Tomate	21,3	207,4	188,5	-9,1
Cana-de-açúcar	18,5	4 783,1	4 068,3	-14,9
Abacaxi (mil frutos)	14,5	109,8	93,2	-15,1
Mandioca	12,0	193,4	154,9	-19,9
Banana	8,8	131,7	147,5	12,0
Café	6,1	17,5	18,6	6,5

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

dessazonalizados, a taxa de desemprego aumentou 0,8 p.p. em relação ao trimestre finalizado em fevereiro.

A taxa de desemprego no estado, consideradas estatísticas da PNAD Contínua, do IBGE, atingiu 6,5% no primeiro trimestre do ano (6,7% no período equivalente de 2014). O rendimento médio real habitualmente recebido pelos ocupados e a massa salarial real decresceram, na ordem, 3,6% e 3,9% em relação ao primeiro trimestre de 2014.

O *deficit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio de Janeiro atingiu R\$345 milhões no primeiro trimestre de 2015, ante *superavit* de R\$2,0 bilhões em igual período de 2014. Essa evolução repercutiu a redução, de R\$1,7 bilhão para R\$320 milhões, do *superavit* da capital; e as reversões, de *superavit* de R\$595 milhões para *deficit* de R\$746 milhões no resultado dos demais municípios, e de *deficit* de R\$240 milhões para *superavit* de R\$80 milhões, no do governo estadual.

Os juros nominais, apropriados por competência, totalizaram R\$2,7 bilhões no trimestre (aumento de 4,7% em relação ao primeiro trimestre de 2014) e o *deficit* nominal somou R\$3,1 bilhões (R\$586 milhões em igual período de 2014).

A dívida líquida dos entes governamentais considerados atingiu R\$104,4 bilhões em março, elevando-se 7,9% em relação a dezembro de 2014. As dívidas do governo estadual e da capital cresceram 7,1% e 7,4%, respectivamente, no período.

A arrecadação de ICMS no estado somou R\$13,3 bilhões nos cinco primeiros meses de 2015, de acordo com a Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro (Sefaz-RJ). O recuo real de 5,3% relativamente a igual período de 2014 (deflacionado pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna – IGP-DI) refletiu, principalmente, a diminuição nos recursos da tributação sobre petróleo, combustíveis e lubrificantes. As transferências da União (exceto Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb) somaram R\$2,0 bilhões, com retração real de 6,4% no período, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN).

A safra de cana-de-açúcar, cultura relevante do estado, deverá recuar 14,9% em 2015, de acordo com o LSPA de junho do IBGE, reflexo de reduções respectivas de 12,4%

**Tabela 4.30 – Produção industrial – Rio de Janeiro**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup> 2014	Variação % no período		
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	Ac. 12 meses
Indústria geral	100,0	-0,2	-0,5	-3,4
Indústrias extrativas	28,1	3,4	2,5	6,1
Indústrias de transformação	71,9	-0,6	-2,8	-6,9
Deriv. petróleo e biocomb.	25,9	0,4	-3,1	-2,4
Metalurgia	10,4	1,9	-3,7	-7,7
Veículos, reb. e carrocerias	5,8	-15,9	-8,7	-30,4
Bebidas	3,9	2,9	-5,0	-8,5

Fonte: IBGE

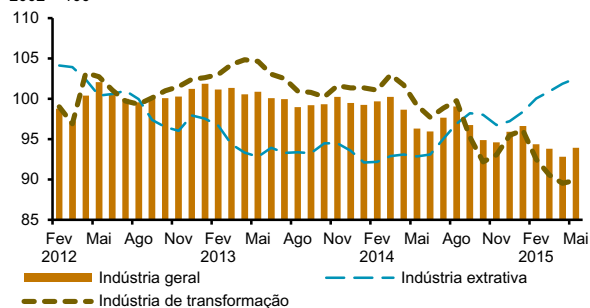
1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 4.15 – Produção industrial – Rio de Janeiro**

Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

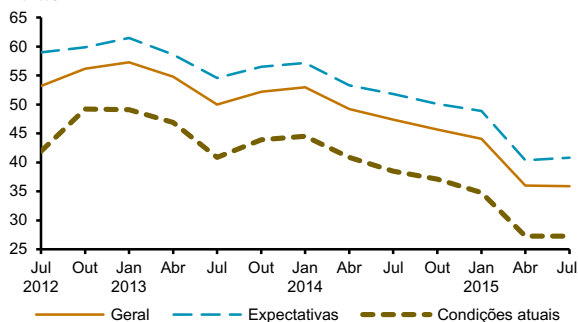
2002 = 100



Fonte: IBGE

**Gráfico 4.16 – Índice de Confiança do Empresário Industrial – Rio de Janeiro**

Pontos



Fonte: Firjan

**Tabela 4.31 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	9 017	8 751	-2,9	-14,7
Básicos	5 521	4 887	-11,5	-21,6
Industrializados	3 496	3 864	10,5	-7,5
Semimanufaturados	980	689	-29,7	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	2 516	3 175	26,2	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

e 2,9% na área colhida e na produtividade. Dentre as demais culturas, estão projetados decréscimos para as produções de laranja (20,9%), mandioca (19,9%), abacaxi (15,1%) e tomate (9,1%), e aumentos para as de banana (12,0%) e café (6,5%). A estimativa para a safra de grãos atinge retração anual de 53,9%, decorrente de recuos de 47,4% na área colhida e de 12,2% na produtividade.

A produção industrial fluminense decresceu 0,5% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando recuara 0,2%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PIM-PF do IBGE. A atividade extrativa, impulsionada pela produção petrolífera, aumentou 2,5% e a indústria de transformação contraiu 2,8% (coque, derivados de petróleo e biocombustíveis, -3,1%, em parte devido a parada para manutenção em unidade de refinaria; veículos automotores, -8,7%, em contexto de redução do número de empregados, concessões de férias coletivas e lay-off).

Considerados períodos de doze meses, a atividade industrial do estado contraiu 3,4% em maio (-3,8% em fevereiro), reflexo de variações respectivas de 6,1% e -6,9% nas indústrias extrativa e de transformação, que registrou retrações em dez dos treze segmentos pesquisados (veículos automotores, -30,4%; metalurgia, -7,7%; coque, derivados de petróleo e combustíveis, -2,4%).

O Icei, divulgado pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan), registrou 35,9 pontos em julho (36,0 pontos em abril e 47,4 pontos em igual período de 2014), menor patamar da série iniciada em abril de 2005. A trajetória trimestral refletiu estabilidade no componente que avalia as condições atuais e elevação de 0,4 ponto no que considera as expectativas.

Os desembolsos do BNDES para o estado totalizaram R\$7,0 bilhões nos cinco primeiros meses do ano (R\$10,7 bilhões em período equivalente de 2014).

A balança comercial do estado acumulou *superavit* de US\$441,7 milhões no primeiro semestre de 2015 (*deficit* de US\$1,9 bilhão no mesmo período de 2014), de acordo com o MDIC. As exportações recuaram 2,9% e as importações, 24,1%, totalizando US\$8,7 bilhões e US\$8,3 bilhões, respectivamente. As vendas e as compras externas de óleos brutos de petróleo, que representaram 55,5% e 8,6% do total exportado e importado pelo estado no semestre, recuaram 10,5% e 65,4%, respectivamente.

A evolução das exportações repercutiu redução de 39,3% nos preços, em parte devido ao declínio das cotações internacionais do petróleo, e acréscimo de 60,0% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos recuaram 11,5% (óleos brutos de petróleo, -10,5%) e os de semimanufaturados, 29,7% (semimanufaturados de ferro ou aço, -31,0%), enquanto os manufaturados aumentaram 26,2%, influenciados por operação de *sale and lease back* de plataforma de US\$690 milhões, sem correspondência em 2014. As vendas externas direcionadas à China, EUA e Cingapura representaram, em conjunto, 54,1% das exportações do estado no semestre.

O decréscimo das importações repercutiu reduções de 10,4% nos preços e de 15,2% no *quantum*. Houve recuos das aquisições em todas as categorias de uso, com destaque para a contração de 53,6% em combustíveis e lubrificantes (óleos brutos de petróleo, -65,4%, principalmente da Arábia Saudita e Iraque, e gás natural liquefeito, -54,5%, em sua maioria da Guiné Equatorial, Noruega, Espanha e Portugal). As importações provenientes dos EUA, China, Arábia Saudita e Alemanha representaram, em conjunto, 44,4% das compras do estado no semestre.

A inflação na RMRJ, medida pelo IPCA, atingiu 1,82% no segundo trimestre de 2015 (4,31% no primeiro). Os preços monitorados desaceleraram, de 8,54% para 2,55%, evolução associada, em especial, ao menor impacto dos reajustes nos itens energia elétrica, transportes públicos e combustíveis, concentrado no primeiro trimestre. Destacaram-se, no período, as elevações de preços nos itens jogos de azar (47,50%), medicamentos (4,08%), planos de saúde (2,34%) e taxa de água e esgoto (4,50%). A variação dos preços livres recuou de 2,76% para 1,54%, reflexo de aceleração nos preços dos itens comercializáveis, de 1,31% para 1,88% (leite e derivados, 6,16%; vestuário, 1,70%; carnes, 2,91%), e desaceleração dos não comercializáveis, de 3,66% para 1,33%, destacando-se o esgotamento do efeito dos aumentos sazonais de educação e a redução nas variações de preços nos itens alimentos in natura (de 18,20% para 5,48%) e alimentação fora do domicílio (de 2,97% para 2,19%). O índice de difusão médio atingiu 57,4% no segundo trimestre (60,6% no anterior).

A inflação na RMRJ acumulou 9,58% no período de doze meses encerrado em junho (9,10% em março), segunda taxa mais elevada entre as regiões abrangidas pelo IPCA. Os itens monitorados variaram 14,93% (energia elétrica, 53,77%) e os livres, 7,62% (comercializáveis, 6,13%; não comercializáveis, 8,56%).

**Tabela 4.32 – Importação por categoria de uso – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio de Janeiro		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	10 950	8 309	-24,1	-18,5
Bens de capital	2 072	1 964	-5,2	-15,8
Matérias-primas	3 588	3 327	-7,3	-15,0
Bens de consumo	1 454	1 241	-14,7	-13,7
Duráveis	756	561	-25,9	-20,5
Não duráveis	698	680	-2,6	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	3 835	1 778	-53,6	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 4.33 – IPCA – Rio de Janeiro**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2014		2015	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,70	2,46	4,31	1,82
Livres	71,9	0,73	2,41	2,76	1,54
Comercializáveis	27,3	1,13	1,67	1,31	1,88
Não comercializáveis	44,6	0,47	2,87	3,66	1,33
Monitorados	28,1	0,63	2,60	8,54	2,55
Principais itens					
Alimentação	24,0	0,58	2,85	3,57	2,40
Habitação	17,7	1,50	4,40	9,44	3,14
Artigos de residência	3,6	2,56	0,27	0,44	0,51
Vestuário	4,7	0,26	2,47	-0,69	1,70
Transportes	17,4	-0,91	2,61	5,10	0,93
Saúde	11,7	1,44	1,29	2,22	2,81
Despesas pessoais	11,2	1,43	2,48	4,08	0,62
Educação	5,0	0,25	0,40	7,53	0,43
Comunicação	4,7	0,54	0,13	-1,68	0,43

Fonte: IBGE

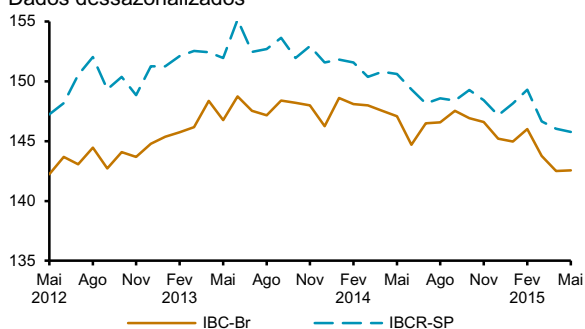
<sup>1/</sup> Referente a junho de 2015.



A evolução dos principais indicadores da economia fluminense indica arrefecimento da atividade, em cenário de índices de confiança em patamar reduzido, distensão no mercado de trabalho, limitações no crédito e inflação elevada. Embora esse processo deva persistir nos próximos meses, os efeitos da consolidação dos ajustes macroeconômicos em curso concorrem para a normalização do ambiente econômico no médio prazo.

**Gráfico 4.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e São Paulo**

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

**Tabela 4.34 – Comércio varejista – São Paulo**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014 Ano	2015		
		Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	1,2	0,0	-2,1	-1,4
Combustíveis e lubrificantes	-2,3	-4,2	-1,2	-5,3
Hiper e supermercados	1,4	0,6	-0,9	-1,4
Tecidos, vestuário e calçados	-5,3	-1,5	-6,1	-4,9
Móveis e eletrodomésticos	-2,6	-1,5	-8,7	-8,9
Comércio ampliado	-6,2	-1,3	-2,9	-8,7
Automóveis e motocicletas	-22,4	-5,4	-1,5	-25,7
Material de construção	-3,7	-1,5	-6,4	-7,9

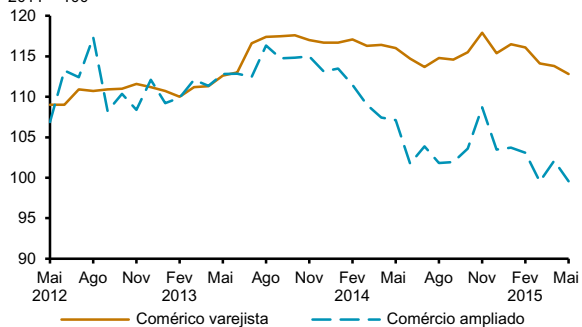
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 4.18 – Comércio varejista – São Paulo**

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 4.35 – Receita nominal de serviços – São Paulo**

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

Segmentos	Variação % no período			
	2014 Ano	2015		
		Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	5,7	2,5	4,9	4,3
Serviços prestados às famílias	9,6	10,1	2,3	6,3
Serv. de informação e comunicação	2,7	-2,9	1,4	0,9
Serv. profissionais e administrativos	10,3	9,6	13,0	10,4
Transportes e correio	5,3	3,0	4,2	3,3
Outros serviços	4,1	-2,7	0,4	2,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

## São Paulo

O PIB de São Paulo, estimado pela Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade), recuou 1,0% no primeiro trimestre de 2015, em relação ao quarto trimestre de 2014, quando havia diminuído 0,2%, no mesmo tipo de análise, considerados dados com ajuste sazonal. A avaliação de dados mais recentes aponta continuidade do cenário de desaquecimento da atividade produtiva do estado, expresso em recuos importantes nas vendas do comércio e na indústria, com desdobramentos negativos sobre o mercado de trabalho. Nesse contexto, o IBCR-SP retraiu 1,4% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando decrescera 0,3%, na mesma base de comparação, considerados dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 2,8% em maio (-2,7% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado diminuíram 2,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando haviam recuado 1,3%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Destacaram-se as contrações nas vendas de móveis e eletrodomésticos (8,7%), material de construção (6,4%) e tecidos, vestuário e calçados (6,1%). As vendas do comércio restrito, excluídas as reduções nas de veículos (1,5%) e material de construção, recuaram 2,1% no período (estabilidade no trimestre encerrado em fevereiro).

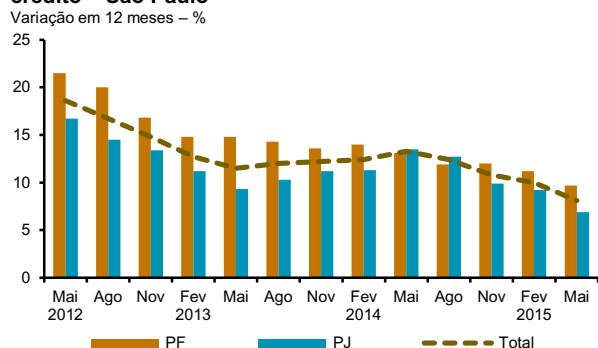
Considerados períodos de doze meses, o comércio ampliado recuou 8,7% em maio, ante 8,5% em fevereiro (veículos, motos, partes e peças, -25,7%; móveis e eletrodomésticos, -8,9%; material de construção, -7,9%). O comércio varejista recuou 1,4% no período (estabilidade em fevereiro).

A receita nominal do setor de serviços de São Paulo aumentou 4,9% no trimestre finalizado em maio, em relação a igual período de 2014, de acordo com a PMS do IBGE (serviços profissionais, administrativos e complementares, 13,0%; transportes, serviços auxiliares aos transportes e correios, 4,2%). Considerados períodos de doze meses, a receita do setor expandiu 4,3% em maio, ante 4,5% em fevereiro (serviços profissionais, administrativos e complementares, 10,4%; serviços prestados às famílias, 6,3%).

O estoque de operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado atingiu R\$911,6 bilhões em maio, com elevação de 2,2% no trimestre e de 8,1% em doze

meses. As operações com recursos direcionados somaram R\$402,5 bilhões (aumentos respectivos de 3,2% e 15,5%) e as efetuadas com recursos livres, R\$509,1 bilhões, elevando-se 1,4% no trimestre e 2,8% em doze meses.

**Gráfico 4.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – São Paulo<sup>1/</sup>**



A carteira de pessoas físicas totalizou R\$387,7 bilhões, com aumentos de 1,9% no trimestre e de 9,7% em doze meses, destacando-se a modalidade financiamento imobiliário. A carteira de pessoas jurídicas, com ênfase nos financiamentos com recursos do BNDES, atingiram R\$523,9 bilhões, expandindo 2,4% no trimestre e 6,9% em doze meses.

A inadimplência relativa a estas operações de crédito atingiu 2,7% em maio, mantendo-se estável em relação a fevereiro e a igual período de 2014. A evolução trimestral refletiu estabilidade na taxa do segmento de pessoas físicas (3,6%) e aumento de 0,1 p.p. na do segmento de pessoas jurídicas (2%).

**Tabela 4.36 – Evolução do emprego formal – São Paulo**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	76,8	40,8	-28,9	-192,9	-21,2
Indústria de transformação	-4,8	-36,7	-41,2	-46,7	-33,6
Comércio	-4,0	20,6	35,7	-44,8	-15,5
Serviços	50,8	38,9	20,4	-30,2	13,4
Construção civil	-2,4	-8,4	-14,5	-23,6	-10,5
Agropecuária	30,9	24,4	-28,9	-39,0	25,6
Serv. industr. de utilidade pública	1,0	-0,3	-0,2	-0,8	-0,5
Outros <sup>2/</sup>	5,2	2,3	-0,1	-7,8	-0,0

Fonte: MTE

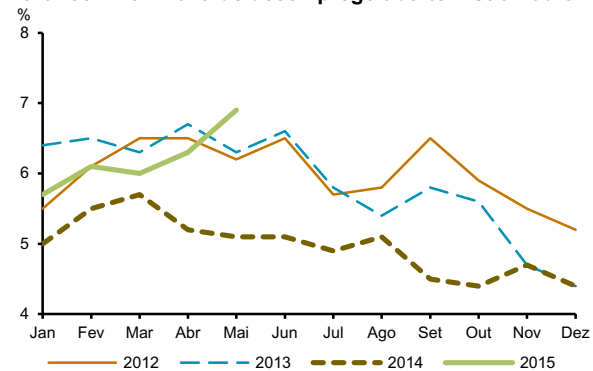
1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), divulgado pela Federação do Comércio do Estado de São Paulo (Fecomercio SP), atingiu 100,1 pontos em maio (112,9 pontos em fevereiro e 118,5 pontos em maio de 2014). A evolução trimestral decorreu de reduções de 10,4 pontos no componente que avalia as expectativas e de 16,4 pontos no relativo às condições econômicas atuais.

O mercado de trabalho de São Paulo eliminou 21,2 mil vagas no trimestre encerrado em maio (criação de 76,8 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE. Destacaram-se os cortes na indústria de transformação (33,6 mil) e no comércio (15,5 mil), e a geração de postos na agropecuária (25,6 mil) e no setor de serviços (13,4 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 0,8% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, quando havia declinado 0,3%, no mesmo tipo de comparação.

**Gráfico 4.20 – Taxa de desemprego aberto – São Paulo**



A taxa de desemprego da RMS, mensurada pela PME do IBGE, atingiu 6,4% no trimestre encerrado em maio (5,3% em igual período de 2014), resultado de retração de 0,2% na população ocupada e expansão de 0,9% na PEA. O rendimento real médio habitual recuou 3,8% e a massa salarial real, 4,0%, no período. Na margem, considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego permaneceu estável em 5,7%, em relação ao trimestre finalizado em fevereiro.

De acordo com a PNADC, do IBGE, a taxa de desemprego no estado de São Paulo atingiu 8,5% no

**Tabela 4.37 – Necessidades de financiamento – São Paulo<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado de São Paulo	-8 444	-9 702	8 669	8 408
Governo estadual	-3 274	-3 509	6 166	5 953
Capital	-3 166	-4 061	2 442	2 408
Demais municípios	-2 004	-2 132	61	47

1/ Inclui inform. do Estados e de seus principais municípios. Dados preliminares.

**Tabela 4.38 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – São Paulo<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	
		2014	Nominal			2015
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>	Mar	
Est. de São Paulo	297 864	-9 702	8 408	-1 294	2 598	299 168
Governo estadual	218 107	-3 509	5 953	2 444	2 139	222 691
Capital	74 954	-4 061	2 408	-1 653	-42	73 258
Demais municípios	4 803	-2 132	47	-2 085	500	3 219

1/ Inclui inform. do Estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

**Tabela 4.39 – Produção agrícola – São Paulo**

Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas			Var. %
		Produção <sup>2/</sup>		2014/2013	
		2013	2014		
Produção de grãos		6 132	6 945	13,2	
Arroz (em casca)	0,1	43	33	-23,1	
Feijão	1,4	198	173	-12,4	
Milho	4,6	3 601	3 900	8,3	
Soja	4,5	1 627	2 197	35,0	
Outras lavouras selecionadas					
Café	3,2	200	165	-17,4	
Cana-de-açúcar	62,1	353 212	343 345	-2,8	
Laranja	7,7	10 194	9 208	-9,7	

Fonte: IBGE

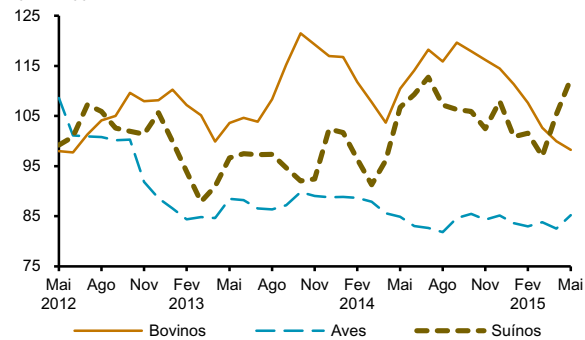
1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

**Gráfico 4.21 – Abates de animais – São Paulo**

Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: Mapa

trimestre encerrado em março, ante 7,2% em igual período de 2014, com elevação de 1,2% da ocupação e de 2,5% da força de trabalho. O rendimento real médio habitual aumentou 2,2% e a massa salarial, 3,4%, no período.

As horas trabalhadas na indústria paulista diminuíram 3,2% no trimestre, de acordo com dados dessazonalizadas da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). O indicador recuou 9,7% no período de doze meses até maio.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios de São Paulo somou R\$9,7 bilhões no primeiro trimestre de 2015. O aumento de 14,9% em relação a igual período de 2014 refletiu elevações de 7,2%, 28,3% e 6,4% nos resultados das respectivas esferas governamentais.

Os juros nominais, apropriados por competência, acumularam R\$8,4 bilhões no primeiro trimestre de 2015 (R\$8,7 bilhões em igual período de 2014), resultado de retrações respectivas de 3,4%, 1,4% e 22,3% nas esferas mencionadas. O *superavit* nominal totalizou R\$1,3 bilhão, ante *deficit* de R\$225 milhões no primeiro trimestre de 2014.

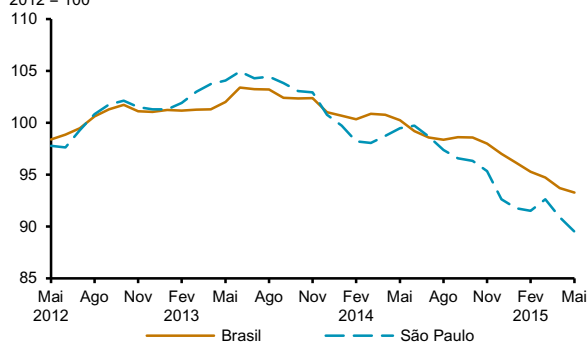
O estoque da dívida líquida do estado, da capital e dos principais municípios atingiu R\$299,2 bilhões em março de 2015 (60,3% da dívida do Sudeste), elevando-se 0,4% em relação a dezembro de 2014.

A produção de grãos do estado está projetada em 6,9 milhões de toneladas, para 2015, de acordo com o LSPA/IBGE de junho. O aumento anual de 13,2% na produção de grãos reflete, em especial, as projeções de crescimentos nas safras de soja (35,0%) e de milho (8,3%). As colheitas de café, laranja e cana-de-açúcar – mais relevantes no estado do que a produção de grãos, mas impactadas por condições climáticas desfavoráveis – deverão recuar 17,4%, 9,7% e 2,8%, respectivamente, no ano.

Os abates de suínos, aves e bovinos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram 5,4%, -4,4% e -9,7%, respectivamente, nos cinco primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com o Mapa. Os abates de suínos foram favorecidos pela recuperação das cotações no estado. Ressalte-se que a retração das margens de lucro do setor atacadista impactou o resultado de bovinos.

A produção da indústria paulista recuou 2,2% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando diminuía 4,0%, nesse tipo de comparação,

**Gráfico 4.22 – Produção industrial – São Paulo**  
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2012 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 4.40 – Produção industrial – São Paulo**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2015		
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	-4,0	-2,2	-7,8
Veículos, reboques e carrocerias	16,2	-11,1	-4,2	-18,0
Produtos alimentícios	14,8	-7,7	10,1	-8,5
Deriv. petróleo e biocombustíveis	10,9	-1,4	-3,3	2,6
Máquinas e equipamentos	7,9	-3,0	-6,1	-12,6
Outros produtos químicos	7,2	-2,1	-0,5	-8,2
Produtos de borracha e plástico	5,4	-1,9	-2,4	-5,9

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados em t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 4.41 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	24 899	22 263	-10,6	-14,7
Básicos	3 267	3 091	-5,4	-21,6
Industrializados	21 633	19 172	-11,4	-7,5
Semimanufaturados	2 866	2 466	-13,9	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	18 767	16 706	-11,0	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 4.42 – Importação por categoria de uso – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	São Paulo		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	41 861	33 850	-19,1	-18,5
Bens de capital	10 006	8 606	-14,0	-15,8
Matérias-primas	20 210	17 227	-14,8	-15,0
Bens de consumo	6 531	5 950	-8,9	-13,7
Duráveis	2 403	2 180	-9,3	-20,5
Não duráveis	4 128	3 770	-8,7	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	5 115	2 068	-59,6	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Destacaram-se as reduções nas atividades equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos (12,4%), metalurgia (9,0%), máquinas e equipamentos, (6,1%) e veículos automotores, reboques e carrocerias (4,2%), e a elevação 10,1% na indústria de produtos alimentícios.

A análise em doze meses mostra que a produção industrial do estado recuou 7,8% em maio, ante 7,0% em fevereiro (veículos automotores, reboques e carrocerias, -18,0%; metalurgia, -12,7%; máquinas e equipamentos, -12,6%; produtos alimentícios, -8,5%; coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, 2,6%).

As vendas reais da indústria paulista recuaram 0,5% no trimestre encerrado em maio, em comparação ao encerrado em fevereiro, quando declinaram 0,4%, neste tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Fiesp. O Nuci diminuiu 0,1 p.p. no trimestre, para 78,9%.

O Icei de São Paulo, calculado pela CNI, atingiu 32,8 pontos em junho (33,8 pontos em março e 41,6 pontos em junho de 2014), destacando-se que o indicador registrou o menor patamar da série, iniciada em janeiro de 2007, e permanece abaixo da linha de neutralidade pelo vigésimo primeiro mês. O desempenho no trimestre repercutiu reduções nos componentes que avaliam as condições atuais (-1,9 ponto) e as expectativas (-0,5 ponto).

O *deficit* da balança comercial de São Paulo atingiu US\$11,6 bilhões no primeiro semestre do ano, resultado 31,7% inferior ao de igual período de 2014. As exportações declinaram 10,6% e as importações, 19,1%, totalizando US\$22,3 bilhões e US\$33,9 bilhões, respectivamente.

A redução das exportações, evidenciando retrações de 10,4% nos preços e de 0,2% no *quantum*, refletiu recuos nas vendas de semimanufaturados, 13,9% (açúcar de cana em bruto, -23,1%), manufaturados, 11,0% (óleos combustíveis, -69,6%; máquinas e aparelhos de terraplanagem, perfuração, etc., -28,8%), e de produtos básicos, 5,4% (carne bovina, -34,8%; soja mesmo triturada, -16,6%). As vendas para os EUA, Argentina, China, Holanda e México responderam, em conjunto, por 45,9% das exportações do estado no semestre, com destaque para as reduções respectivas de 33,9% e 12,6% nas direcionadas à Holanda e ao México.

A trajetória das importações, resultante de recuos de 8,1% nos preços e de 12,1% no *quantum*, foi influenciada, em especial, pelos decréscimos de 59,6% nas compras de



combustíveis e lubrificantes e de 14,8% nas de matérias-primas e produtos intermediários (circuitos integrados e micro conjuntos eletrônicos, -85,1%; partes e peças para veículos automóveis e tratores, -24,6%). As aquisições provenientes dos EUA, China, Alemanha, Coreia do Sul e Japão representaram, em conjunto, 52,8% do total importado pelo estado no semestre, com ênfase para os recuos nas importações originárias da Alemanha (18,5%), dos EUA (14,1%) e da Coreia do Sul (12,9%).

**Tabela 4.43 – IPCA – São Paulo**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período			
		2014	2015		
		Ano	I Tri	II Tri	12 meses
IPCA	100,0	6,10	4,13	2,07	9,02
Livres	76,2	7,11	2,43	1,93	7,27
Comercializáveis	33,5	6,28	1,49	2,03	5,97
Não comercializáveis	42,7	7,78	3,18	1,85	8,31
Monitorados	23,8	2,75	9,95	2,51	14,98
Principais itens					
Alimentação	23,8	8,12	2,99	3,12	9,20
Habitação	15,0	6,51	10,82	2,56	19,45
Artigos de residência	3,8	4,98	1,41	1,95	4,87
Vestuário	5,6	3,91	-1,51	2,73	3,46
Transportes	19,9	3,79	5,49	-0,24	7,79
Saúde	11,6	7,49	1,74	3,12	7,62
Despesas pessoais	11,3	8,86	2,76	3,27	8,82
Educação	5,1	8,05	7,01	0,56	8,73
Comunicação	3,9	-3,64	-0,98	0,54	-3,10

Fonte: IBGE

1/ Referente a junho de 2015.

O IPCA da RMSP variou 2,07% no segundo trimestre do ano (4,13% no primeiro). Houve desacelerações dos preços livres (de 2,43% para 1,93%) e dos monitorados (9,95% para 2,51%), destacando-se, neste segmento, as elevações de preços nos itens jogos de azar (47,49%), taxa de água e esgoto (10,66%), produtos farmacêuticos (5,34%) e planos de saúde (2,33%).

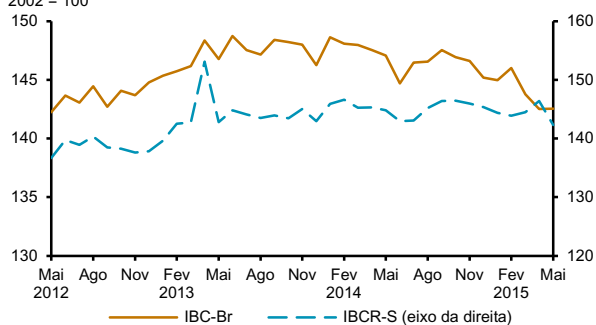
A trajetória dos preços livres repercutiu a desaceleração dos preços dos bens não comercializáveis, de 3,18% para 1,85% (destaque para as reduções nos itens cursos, de 7,56% para 0,00%, e hortaliças e verduras, de 28,28% para -15,67%), e a aceleração dos preços dos bens comercializáveis, de 1,49% para 2,03% (leites e derivados, 6,41%; carnes, 4,63%; vestuário, 2,73%). O índice de difusão médio atingiu 61,0% no segundo trimestre do ano (61,9% no primeiro trimestre).

A variação do IPCA da RMSP atingiu 9,02% no período de doze meses encerrados em junho, ante 7,83% no finalizado em março, evolução decorrente de acelerações dos preços monitorados, de 12,13% para 14,98%, e dos preços livres, de 6,56% para 7,27%.

A atividade produtiva do estado manteve dinâmica desfavorável no trimestre encerrado em maio, condicionada, sobretudo, pelo frágil desempenho da indústria automobilística, pela acomodação no ritmo das concessões de crédito, pela menor geração de emprego da economia, e pela retração nas vendas do comércio. Vale ressaltar que esse cenário, compatível com a maior austeridade na condução da política econômica do país, tende a ser atenuado diante da recuperação das exportações do estado, especialmente de produtos industrializados, favorecidas pela trajetória do câmbio e pelo maior dinamismo da economia norte-americana.

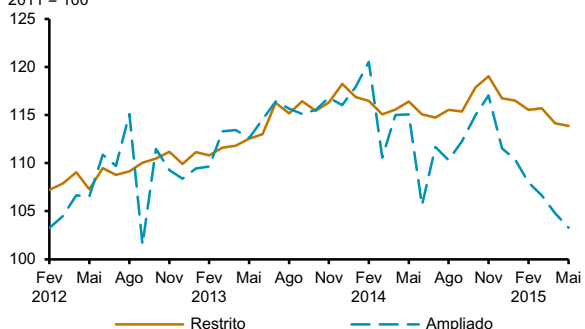
**Gráfico 5.1 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Região Sul**

Dados dessazonalizados  
2002 = 100



**Gráfico 5.2 – Comércio varejista – Sul**

Dados dessazonalizados  
2011 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 5.1 – Comércio varejista – Sul**

Geral e setores selecionados

Discriminação	Variação % no período			
	2014 Ano	2015 Fev <sup>1/</sup>	2015 Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	1,9	-1,0	-1,4	-0,3
Combustíveis e lubrificantes	4,7	-2,1	1,3	1,3
Hiper e supermercados	0,7	1,5	-1,8	-0,4
Tecidos, vestuário e calçados	0,0	-3,5	-3,0	-3,6
Móveis e eletrodomésticos	1,0	-7,6	-3,1	-4,8
Comércio varejista ampliado	-0,7	-4,2	-4,6	-5,2
Automóveis e motocicletas	-5,4	-9,4	-10,8	-13,8
Material de construção	2,7	-2,1	-2,9	-1,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O ritmo da atividade econômica no Sul apresentou relativa estabilidade no trimestre encerrado em maio, reflexo de retrações no comércio e na indústria, e de desempenhos favoráveis da agricultura e da balança comercial. Nesse cenário, o IBCR-S decresceu 0,1% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando recuara 1,2%, no mesmo tipo de comparação, na série isenta de sazonalidade. Considerados intervalos de doze meses, o indicador registrou estabilidade em maio (retração de 0,4% em fevereiro e elevação de 2,4% em maio de 2014).

As vendas do comércio ampliado recuaram 4,6% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando diminuíram 4,2%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções nas vendas em seis das dez atividades pesquisadas (veículos, motos, partes e peças, -10,8%; móveis e eletrodomésticos, -3,1%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-2,9%), recuou 1,4% no período, ante decréscimo de 1,0% no trimestre encerrado em fevereiro.

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 5,2% em maio de 2015 (-3,3% em fevereiro), mantendo a trajetória declinante iniciada em março de 2014, nessa base de análise. Destacaram-se os aumentos respectivos de 5,8% e 4,9% nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico, e de artigos farmacêuticos, e os recuos nas atividades veículos, motos, partes e peças (-13,8%) e livros, jornais, revistas e papelaria (-9,4%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-1,2%), variou -0,3% e 0,7%, respectivamente, nos períodos mencionados.

As vendas de automóveis e comerciais leves novos totalizaram 236,5 mil unidades no primeiro semestre de 2015, de acordo com a Fenabreve, recuando 24,9% em relação a igual período de 2014.

**Tabela 5.2 – Receita nominal de serviços – Sul**

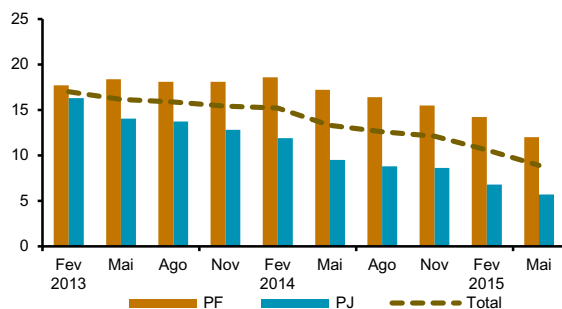
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		12 meses
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	
Total	5,9	1,7	1,5	3,3
Serviços prestados às famílias	10,4	10,5	0,6	7,0
Serviços de informação e comunicação	7,5	1,4	1,6	3,9
Serviços profissionais e administrativos	8,3	7,6	3,6	7,9
Transportes e correios	2,9	-2,3	0,0	-0,1
Outros serviços	12,5	6,5	3,5	9,6

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 5.3 – Evolução do saldo das operações de crédito – Sul<sup>1/</sup>**

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$ 1 mil.

A receita nominal do setor de serviços aumentou 1,5% no trimestre finalizado em maio, em relação a igual período de 2014 (outros serviços, 3,5%; serviços profissionais, administrativos e complementares, 3,6%), segundo a PMS do IBGE. Considerados intervalos de doze meses, o indicador aumentou 3,3% em maio (outros serviços, 9,6%; serviços profissionais, administrativos e complementares, 7,9%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas no Sul totalizou R\$543,8 bilhões em maio, crescendo 1,0% no trimestre e 8,9% em doze meses. As operações com recursos direcionados variaram, na ordem, 1,1% e 12,4%, e as efetuadas com recursos livres, 1,0% e 5,1%, respectivamente, nas mesmas bases de comparação.

A carteira de pessoas físicas somou R\$286,8 bilhões, aumentando 1,6% no trimestre e 12,0% em doze meses, destacando-se as modalidades financiamentos imobiliários, crédito pessoal consignado e não consignado. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$257 bilhões, com elevações de 0,4% no trimestre e 5,7% em doze meses, sobressaindo as contratações da indústria de transformação (principalmente alimentos e bebidas e outras indústrias) e do segmento serviços industriais e de utilidade pública, concentradas na geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás.

A inadimplência das operações de crédito da região atingiu 2,6% em maio, variando 0,1 p.p. no trimestre e 0,2 p.p. em doze meses. A evolução trimestral do indicador decorreu de estabilidade no segmento de pessoas físicas e elevação de 0,2 p.p. no de pessoas jurídicas, que registraram taxas de 2,7% e 2,5%, respectivamente.

Os desembolsos do Sistema BNDES totalizaram R\$11,7 bilhões nos cinco primeiros meses de 2015 (R\$14,3 bilhões no mesmo período de 2014), dos quais 47% destinados às micro, pequenas e médias empresas.

O indicador de Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado pela CNC, atingiu média de 100,8 pontos no segundo trimestre do ano (118 pontos no primeiro e 126,5 pontos em igual trimestre de 2014), destacando-se que a linha de indiferença situa-se em 100 pontos. Na avaliação dos sete componentes do ICF, as melhores expectativas situaram-se nas relativas ao emprego e renda atuais.

O Icec, calculado pela CNC, atingiu média de 81,8 pontos no segundo trimestre de 2015 (94,4 pontos no primeiro e 111,5 pontos em igual intervalo de 2014). A

**Tabela 5.3 – Evolução do emprego formal – Sul**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014		2015		
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	56,5	-2,9	51,7	-68,9	-11,0
Indústria de transformação	18,7	-19,9	-13,8	-26,4	-8,0
Comércio	5,9	-1,6	38,6	-23,3	0,3
Serviços	33,8	18,6	22,6	-6,5	9,9
Construção civil	8,1	-2,2	-4,2	-13,1	-3,2
Agropecuária	-12,5	1,4	8,0	2,1	-11,2
Serviços ind. de utilidade pública	0,1	0,3	0,2	0,5	-0,4
Outros <sup>2/</sup>	2,4	0,4	0,2	-2,2	1,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

**Tabela 5.4 – Necessidades de financiamento – Sul<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Total	-2 866	-2 099	2 457	2 343
Governos estaduais	-1 836	-1 831	2 392	2 317
Capitais	-76	-125	12	19
Demais municípios	-954	-143	53	7

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

**Tabela 5.5 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Dívida <sup>2/</sup>	
		2014	Nominal	Outros <sup>4/</sup>	2015	
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>3/</sup>	Mar	
	Total	83 907	-2 099	2 343	244	2 502
Governos estaduais	85 423	-1 831	2 317	486	2 366	88 274
Capitais	1 059	-125	19	-106	104	1 057
Demais municípios	-2 575	-143	7	-136	32	-2 680

1/ Inclui inform. dos governos estaduais e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

trajetória declinante do indicador, que se encontra em área que indica falta de confiança, refletiu, sobretudo, a avaliação das condições atuais da economia brasileira, em particular do setor comercial.

A economia da região eliminou 11 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio, ante criação de 56,5 mil vagas em igual período de 2014, de acordo com o Caged/MTE. Destacaram-se os cortes na agropecuária, 11,2 mil postos, dos quais 10,6 mil em lavouras permanentes; e na indústria de transformação, 8 mil, concentrados nas indústrias mecânica (5,5 mil), de material de transporte (3,7 mil) e metalúrgica (3 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 0,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando registrara estabilidade.

O *superavit* primário dos governos dos estados, das capitais e dos principais municípios do Sul totalizou R\$2,1 bilhões no primeiro trimestre de 2015 (R\$2,9 bilhões em igual período de 2014), refletindo, em especial, o recuo de 85,0% no *superavit* dos demais municípios.

Os juros, apropriados por competência, somaram R\$2,3 bilhões e o resultado nominal totalizou *deficit* de R\$243,6, no trimestre (R\$2,5 bilhões e *superavit* de R\$408,4 milhões, respectivamente, no primeiro trimestre de 2014).

Considerados dados consolidados, os governos dos três estados, das capitais e dos principais municípios registraram *superavit* primário de R\$2,5 bilhões no período de doze meses até maio (R\$1,6 bilhão em 2014). A apropriação de juros totalizou R\$7,4 bilhões e o resultado nominal foi deficitário em R\$4,9 bilhões (R\$7,2 e *deficit* de R\$5,6 bilhões, respectivamente, em 2014).

A dívida líquida dos três segmentos considerados atingiu R\$86,6 bilhões em maio de 2015, elevando-se 3,2% em relação a dezembro de 2014 e passando a representar 12,7% do endividamento de todas as regiões.

A receita de ICMS somou R\$27,6 bilhões nos cinco primeiros meses de 2015, segundo a Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe) do Ministério da Fazenda e as Secretarias Estaduais da Fazenda, com aumento real de 4,1%, em relação a igual intervalo de 2014. Considerados períodos de doze meses, essas receitas cresceram 1,4% em maio (7,0% em maio de 2014). As transferências da União, incluídos os recursos do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM),

**Tabela 5.6 – Dívida líquida – Sul<sup>1/</sup>**

Discriminação	R\$ milhões		
	2013	2014	2015
	Dez	Dez	Mar
Dívida bancária	6 660	9 919	10 054
Renegociação <sup>2/</sup>	64 542	65 822	66 619
Dívida externa	7 599	10 197	12 338
Outras dívidas junto à União	3 776	3 768	3 808
Dívida reestruturada	298	213	257
Disponibilidades líquidas	-5 742	-6 012	-6 424
<b>Total (A)</b>	<b>77 135</b>	<b>83 907</b>	<b>86 652</b>
<b>Brasil<sup>3/</sup> (B)</b>	<b>578 634</b>	<b>655 704</b>	<b>668 489</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>13,3</b>	<b>12,8</b>	<b>13,0</b>

1/ Inclui informações dos governos estaduais e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

2/ Lei nº 8.727/1993, Lei nº 9.496/1997 e MP nº 2.185/2000.

3/ Refere-se à soma de todas as regiões.

**Tabela 5.7 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Sul<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dezembro de 2014			Maio de 2015		
	Dívida	Fluxos 12 meses		Dívida <sup>2/</sup>	Fluxos 12 meses	
		Primário	Nominal <sup>3/</sup>		Primário	Nominal <sup>3/</sup>
PR	17 074	624	1 843	16 434	-256	1 001
RS	58 075	-975	4 032	60 772	-1 573	3 560
SC	8 758	-1 248	-226	9 422	-673	373
<b>Total (A)</b>	<b>83 907</b>	<b>-1 599</b>	<b>5 649</b>	<b>86 628</b>	<b>-2 503</b>	<b>4 934</b>
<b>Brasil<sup>4/</sup> (B)</b>	<b>655 704</b>	<b>10 713</b>	<b>67 433</b>	<b>680 094</b>	<b>3 618</b>	<b>62 697</b>
<b>(A/B) (%)</b>	<b>12,8</b>	<b>-14,9</b>	<b>8,4</b>	<b>12,7</b>	<b>-69,2</b>	<b>7,9</b>

1/ Por UF, totalizando gov. estadual, capital e principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Refere-se à soma de todas as regiões.

**Tabela 5.8 – Produção agrícola – Sul**

Ítems selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Varição %
		2014	2015	2015/2014
Grãos	72,0	70 751	77 386	9,4
Soja	40,2	29 533	34 708	17,5
Milho	14,0	24 266	24 268	0,0
Arroz (em casca)	8,6	9 477	9 787	3,3
Trigo	5,3	5 652	6 718	18,8
Feijão	3,3	1 086	962	-11,4
Outras lavouras				
Fumo	8,1	842	859	2,0
Cana-de-açúcar	4,0	50 131	51 377	2,5
Mandioca	3,8	5 440	5 791	6,5
Maçã	1,5	1 372	1 263	-7,9
Uva	1,3	961	1 029	7,1

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

6/ Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater/RS); Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina (Cepa/SC); e Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná (Seab).

7/ Corrigido pelo IGP-DI.

somaram R\$9,5 bilhões nos cinco primeiros meses do ano e R\$20,9 bilhões no intervalo de doze meses até maio, conforme a STN, com reduções reais respectivas de 4,3% e 2,2%.

A estimativa para a safra de grãos do Sul em 2015 atingiu 77,4 milhões de toneladas (37,6% da produção nacional), de acordo com o LSPA de junho do IBGE. O aumento anual de 9,4% repercutiu as previsões de aumentos para as colheitas de trigo (18,8%) e soja (17,5%), estabilidade para a de milho e recuo de 11,4% para a de feijão. Dentre as demais culturas, destaque-se a projeção de redução de 7,9% para a produção de maçã.

As cotações médias de arroz, milho, soja, feijão e trigo variaram 2,3%, -4,2%, -7,6%, -8,4%, e -19,7%, respectivamente, no primeiro semestre de 2015, em relação a igual intervalo do ano anterior, de acordo com a Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR<sup>6</sup>.

O Valor Bruto da Produção (VBP) real<sup>7</sup> das lavouras, calculado em junho pelo Mapa, supera o de 2014 em 2,2%, destacando-se as projeções de aumentos para soja (8,4%) e trigo (9,3%), e reduções para milho (-8,6%), feijão (-4,6%) e arroz (-2,3%).

Os abatimentos de bovinos, aves e suínos, em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, variaram -15,2%, -1,2% e 0,4%, respectivamente, nos cinco primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo de 2014, conforme o Mapa. No mesmo período, as cotações médias desses produtos cresceram, na ordem, 22,1%, 0,9% e 0,8%, de acordo com a Emater/RS, a Cepa/SC, o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) da Universidade de São Paulo (USP) e a Seab/PR, e as respectivas exportações variaram -16%, 1,7% e 0,4%, segundo o MDIC.

Conforme estimativa do Mapa, realizada em junho, o VBP real da pecuária, corrigido pelo IGP-DI, deverá recuar 1,3% em 2015, reflexo de variações nos relativos aos itens leite (-6,7%), frango (-3,3%), suínos (1,1%), ovos (4,8%) e bovinos (9,3%).

A produção industrial do Sul recuou 1,3% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 6,4% nessa base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da



**Tabela 5.9 – Preços médios pagos ao produtor – Sul**

Produtos	Variação % no período		
	2015		
	Mês <sup>1/</sup> (Jun)	Trimestre <sup>2/</sup> (Abr-Jun)	Acumulado no ano <sup>3/</sup>
Soja	0,7	1,3	-7,6
Arroz (em casca)	-3,5	-4,6	2,3
Feijão	-6,7	-19,5	-8,4
Milho	-1,6	-4,2	-4,2
Trigo	-2,5	13,1	-19,7

Fontes: Emater/RS, Cepa/SC e Seab/PR

1/ Em relação ao mês anterior.

2/ Em relação ao trimestre anterior.

3/ Até junho, em relação ao mesmo período do ano anterior.

**Tabela 5.10 – Indicadores da pecuária – Sul**

Maio de 2015

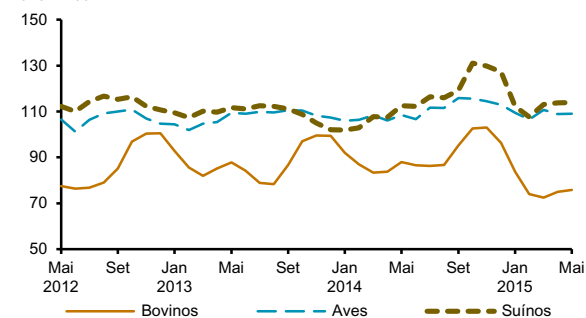
Discriminação	Variação % no ano		
	Abates (nº de animais)	Exportações (kg)	Preços (R\$)
Bovinos	-15,2	-16,0	22,1
Suínos	0,4	0,4	0,8
Aves	-1,2	1,7	0,9

Fonte: Mapa, Emater/RS, Cepea/USP, Seab/PR, Cepa/SC e MDIC

**Gráfico 5.4 – Abates de animais – Sul**

Média móvel trimestral

2010 = 100



Fonte: Mapa

**Tabela 5.11 – Produção industrial – Sul**

Geral e setores selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2015		
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	-6,4	-1,3	-7,3
Produtos alimentícios	19,7	-2,1	0,4	-3,4
Veículos, reboques e carrocerias	13,6	-15,9	-8,4	-23,5
Máquinas e equipamentos	8,8	-7,9	-0,8	-12,2
Derivados petróleo e biocombustíveis	8,3	-9,3	3,9	-0,7
Outros produtos químicos	5,7	-1,7	2,9	0,9
Produtos de metal	5,7	-2,1	-5,0	-8,7
Artigos de vestuário e acessórios	3,9	-14,2	3,5	-3,1
Máquinas, aparelhos e mat. elétricos	4,0	-7,2	-3,2	-7,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

PIM-PF Regional do IBGE. Destacaram-se os desempenhos da indústria de fumo (26,6%), refino de petróleo (3,9%), vestuário (3,5%) e outros produtos químicos (2,9%).

Em doze meses até maio, a produção industrial do Sul contraiu 7,3% (-6,7% até fevereiro), destacando-se os desempenhos negativos das atividades veículos automotores (-23,5%) e máquinas e equipamentos (-12,2%).

O Ipei do Sul, elaborado pela CNI, atingiu 38,2 pontos no segundo trimestre de 2015, ante 38,6 pontos no trimestre anterior e 46 pontos em igual período de 2014. Embora o índice se mantenha em zona de pessimismo (abaixo de 50 pontos), houve, na margem, melhora no componente que mensura as expectativas dos empresários.

O indicador de estoques de produtos finais da indústria de transformação do Sul atingiu 55,6 pontos no trimestre finalizado em maio (54,6 pontos no trimestre até fevereiro e 52,8 pontos em igual período de 2014), segundo a Sondagem Industrial da CNI. Note-se que valores acima de 50 pontos refletem estoques efetivos acima dos planejados.

O nível de utilização da capacidade instalada da indústria do Sul<sup>8</sup> atingiu 77,5% no trimestre finalizado em maio (77,9% no encerrado em fevereiro), dados dessazonalizados. O indicador registrou média de 78,5% no período de doze meses até maio (80,8% em 2014).

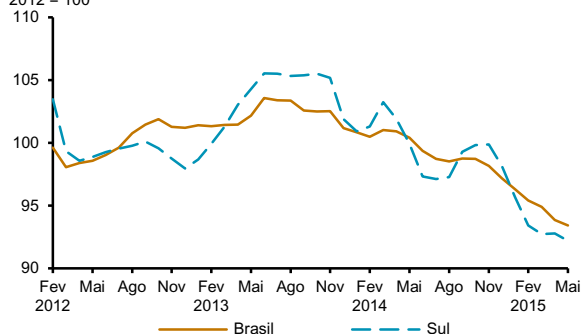
A balança comercial do Sul foi superavitária em US\$748,7 milhões no primeiro semestre de 2015 (deficit de US\$1,5 bilhão no mesmo período de 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$19,4 bilhões e as importações, US\$18,7 bilhões, reduzindo-se 10,9% e 19,9%, respectivamente, no período.

A retração das exportações repercutiu variações de 4,5% no *quantum* e de -14,7% nos preços. Os embarques de produtos básicos (51,9% do total) contraíram 12,6% no semestre (soja, -21,3%; carne de frango, -3,5%; carne de suíno, -6,0%); os de manufaturados (40,8% do total) diminuíram 9,4% (veículos, -7,4%; motores, geradores e transformadores elétricos, -16,8%); e os de semimanufaturados (7,3% do total) recuaram 6,7% (couros e peles, -19,0%). China, EUA e Argentina responderam por 36,9% das vendas da região nos seis primeiros meses de 2015, com variações respectivas de -18,2%, -6,2% e -8,9%, em relação ao mesmo período de 2014.

8/ Calculado a partir de ponderação dos indicadores de cada estado, divulgados pela Fiergs, Fiesc e Fiep, pela participação das indústrias dos estados respectivos na produção do Sul, considerada a Pesquisa Industrial Anual (PIA) do IBGE para 2010.

### Gráfico 5.5 – Produção industrial

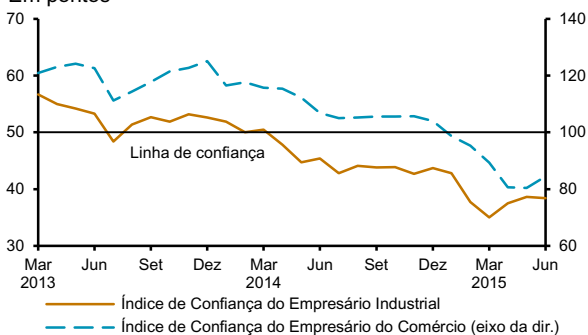
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral  
2012 = 100



Fonte: IBGE

### Gráfico 5.6 – Confiança do empresariado – Sul

Em pontos



Fontes: CNI e CNC

### Tabela 5.12 – Exportação por fator agregado – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	21 803	19 431	-10,9	-14,7
Básicos	11 547	10 094	-12,6	-21,6
Industrializados	10 256	9 338	-9,0	-7,5
Semimanufaturados	1 516	1 415	-6,7	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	8 740	7 923	-9,4	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

### Tabela 5.13 – Importação por categoria de uso – FOB

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	23 334	18 683	-19,9	-18,5
Bens de capital	4 548	3 721	-18,2	-15,8
Matérias-primas	12 232	9 978	-18,4	-15,0
Bens de consumo	4 328	3 582	-17,2	-13,7
Duráveis	2 353	1 741	-26,0	-20,5
Não duráveis	1 975	1 841	-6,8	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	2 226	1 402	-37,0	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

O recuo nas importações refletiu decréscimos de 10,7% na quantidade e de 10,3% nos preços. As aquisições de matérias-primas e de produtos intermediários (53,4% do total) diminuíram 18,4% no período (partes e peças para veículos, -19,6%, polímeros de etileno, -6,7%, e naftas, -36,7%); as de bens de capital (19,9% do total) decresceram 18,2% (veículos de carga, -28,2%); as de bens de consumo (19,2% do total) diminuíram 17,2% (automóveis, -41,9%); e as de combustíveis (7,5% do total) recuaram 37%. As importações provenientes da China, Argentina e EUA responderam, em conjunto, por 42,9% das compras da região no semestre, com variações respectivas de -5,5%, -27,1% e -5,3% em relação ao primeiro semestre de 2014.

A inflação no Sul<sup>9</sup> atingiu 2,73% no segundo trimestre de 2015 (4,13% no primeiro). Ocorreram desacelerações nos preços livres, de 2,62% para 2,44%, e nos monitorados, de 9,39% para 3,69%, essa repercutindo, em grande parte, as reduções nas variações de preços nos itens energia elétrica residencial (de 45,45% para 4,19%) e gasolina (de 9,26% para 0,08%).

A trajetória dos preços livres refletiu, em especial, a desaceleração nos preços dos bens não comercializáveis, de 2,80% para 2,12%, favorecida pelo recuo de 8,73% nos preços das frutas, pela variação menos intensa no custo da alimentação fora do domicílio (de 3,27% para 1,48%) e pelo esgotamento do impacto sazonal do item cursos regulares. Os preços dos bens comercializáveis aceleraram, de 2,43% para 2,79% (vestuário, 3,04%; leites e derivados, 9,49%).

O índice de difusão atingiu 66,8% no segundo trimestre do ano (66,2% no primeiro e 61,5% no segundo trimestre de 2014).

O IPCA do Sul variou 9,77% no período de doze meses encerrado em junho (8,91% até março). Os preços monitorados, ainda em processo de realinhamento, aceleraram de 16,07% para 18,26%; e os preços livres – repercutindo variações mais intensas nos preços dos bens comercializáveis, de 6,10% para 6,78%, e dos não comercializáveis, de 7,64% para 7,94% – aceleraram de 6,89% para 7,37%.

O nível de atividade da região deverá permanecer moderado nos próximos trimestres, em cenário de persistência do processo de ajuste macroeconômico em curso no país, de estoques acima dos planejados e de menor confiança de empresários e consumidores. Devem ser considerados,

9/ Calculado com base nos pesos e variações dos subitens que compõem o IPCA das regiões metropolitanas de Porto Alegre e de Curitiba, ponderados pelos pesos destas regiões na composição do IPCA nacional.

**Tabela 5.14 – IPCA – Sul**

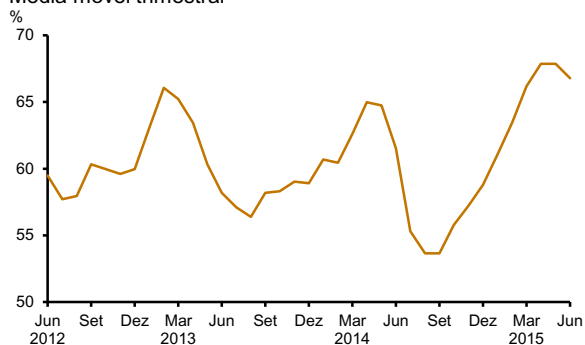
Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2014		2015	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,84	1,76	4,13	2,73
Livres	76,4	0,42	1,71	2,62	2,44
Comercializáveis	37,0	0,44	0,98	2,43	2,79
Não comercializáveis	39,4	0,41	2,40	2,80	2,12
Monitorados	23,6	2,29	1,93	9,39	3,69
Principais itens					
Alimentação	25,0	0,24	2,27	3,97	3,02
Habituação	15,8	3,98	2,29	10,74	3,16
Artigos de residência	4,6	0,81	0,27	1,15	2,94
Vestuário	6,8	-0,22	1,84	-0,09	3,04
Transportes	18,8	-0,13	2,21	4,51	1,22
Saúde	11,3	1,26	0,96	1,68	4,57
Despesas pessoais	10,2	-0,10	1,62	2,54	3,62
Educação	3,9	1,20	0,37	6,27	0,24
Comunicação	3,7	0,41	0,13	-1,32	0,85

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2015.

**Gráfico 5.7 – IPCA – Índice de difusão – Sul**

Média móvel trimestral



Fonte: IBGE

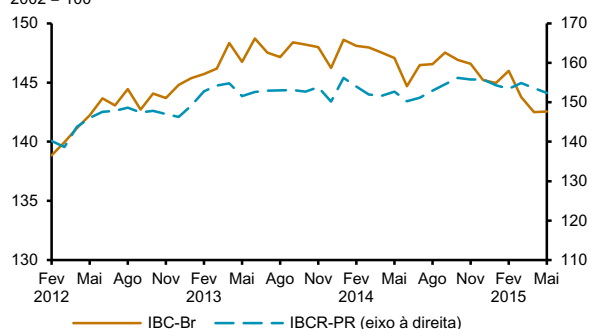
entretanto, possíveis impactos favoráveis sobre a cadeia produtiva na região, decorrentes tanto do maior dinamismo da produção agrícola, quanto da continuidade da melhora das transações comerciais com o exterior.

## Paraná

**Gráfico 5.8 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Paraná**

Dados dessazonalizados

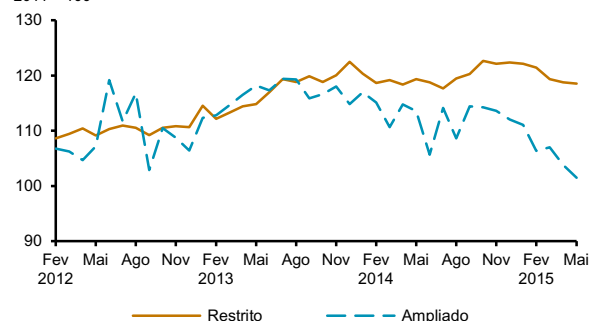
2002 = 100



**Gráfico 5.9 – Comércio varejista – Paraná**

Dados dessazonalizados

2011 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 5.15 – Índice de vendas no varejo – Paraná**

Geral e setores selecionados

Setores	Variação % no período			
	2014 Ano	2015		
		Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	2,3	0,2	-2,5	0,6
Combustíveis e lubrificantes	5,2	0,2	-0,5	2,0
Hiper e supermercados	3,2	0,7	-2,6	2,2
Tecidos, vestuário e calçados	0,1	-4,9	-3,6	-4,4
Móveis e eletrodomésticos	-3,1	-3,7	-6,9	-6,8
Comércio ampliado	-3,0	-3,7	-5,2	-5,8
Automóveis e motocicletas	-10,5	-9,2	-11,4	-15,4
Material de construção	-3,3	-5,3	0,4	-5,5

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

O PIB do Paraná decresceu 0,8% no primeiro trimestre do ano, em relação a igual período de 2014, de acordo com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IparDES). Essa evolução mostrou-se consistente com o ambiente de recuos na produção de veículos e nas vendas do comércio. A análise na margem ratifica a perda de dinamismo da economia paranaense, expressa, por exemplo, na retração de 0,6% registrada pelo IBCR-PR no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando apresentara decréscimo da mesma magnitude, nesse tipo de comparação.

As vendas do comércio ampliado recuaram 5,2% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando diminuíram 3,7%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções nas vendas em nove das dez atividades pesquisadas (veículos e motos, partes e peças, -11,4%; móveis e eletrodomésticos, -6,9%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (0,4%), recuou 2,5% no período, ante expansão de 0,2% no trimestre encerrado em fevereiro.

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 5,8% em maio de 2015 (-5,0% em fevereiro), mantendo a trajetória declinante iniciada em setembro de 2014, nessa base de análise. Destacaram-se os aumentos respectivos de 5,6% e 3,6% nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico, e de artigos farmacêuticos, e os recuos nas atividades livros, jornais, revistas e papelaria (19,3%) e veículos, motos partes e peças (15,4%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-5,5%), aumentou 0,6% e 1,6% nos períodos mencionados.

As vendas de automóveis e veículos comerciais diminuíram 7,9% no trimestre encerrado em junho de 2015, em relação ao finalizado em março, de acordo com dados dessazonalizados da Fenabreve-PR e do Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná (Sincodiv PR). A retração atingiu 27,4% na comparação com igual trimestre de 2014.

A receita nominal do setor de serviços do Paraná cresceu 1,8% no trimestre finalizado em maio de 2015, em relação a igual período de 2014 (serviços profissionais, administrativos e complementares, 6,3%; serviços prestados

**Tabela 5.16 – Receita nominal de serviços – Paraná**

Segmentos	Variação % no período			
	2014	2015		
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	3,2	0,1	1,8	2,4
Serviços prestados às famílias	3,6	7,2	5,4	5,6
Serviços de informação e comunicação	1,8	-1,0	-1,5	1,7
Serviços profissionais e administrativos	10,0	11,4	6,3	10,2
Transportes e correio	2,1	-3,5	2,1	-0,2
Outros serviços	0,7	-3,6	3,6	6,2

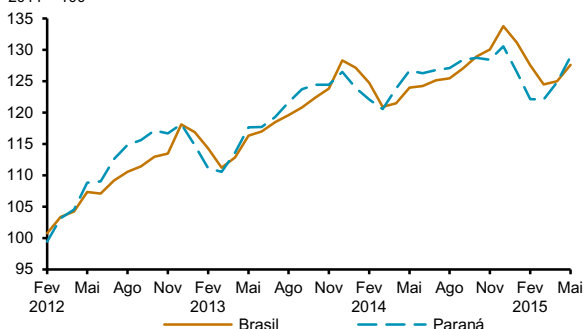
Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês em referência e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 5.10 – Receita nominal de serviços**

Dados observados – Média móvel trimestral

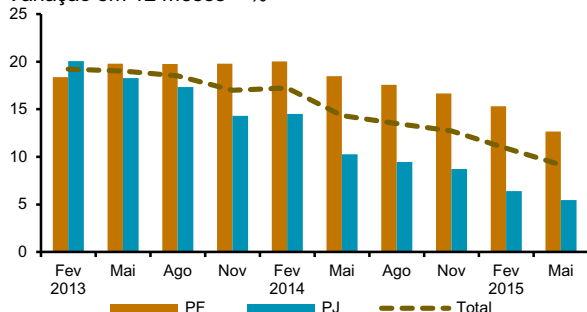
2011 = 100



Fonte: IBGE

**Gráfico 5.11 – Evolução do saldo das operações de crédito – Paraná<sup>1/</sup>**

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 5.17 – Evolução do emprego formal – Paraná**

Novos postos de trabalho

Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	25,2	5,1	16,0	-33,9	6,8
Indústria de transformação	3,8	-4,6	-0,9	-12,6	-2,4
Comércio	3,6	0,4	12,3	-9,3	2,6
Serviços	12,3	7,7	7,1	-4,3	4,2
Construção civil	3,4	-0,3	-2,3	-4,9	-0,7
Agropecuária	1,8	1,5	-0,3	-2,9	2,8
Serviços ind. de utilidade pública	-0,2	0,0	0,0	0,0	-0,1
Outros <sup>2/</sup>	0,4	0,3	0,1	0,2	0,3

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

2/ Inclui extrativa mineral e administração pública.

às famílias, 5,4%), de acordo com a PMS, do IBGE. Considerados períodos de doze meses, as receitas do setor de serviços aumentaram 2,4% em maio de 2015, ante 3,8% em fevereiro (serviços profissionais, administrativos e complementares, 10,2%; outros serviços 6,2%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1 mil, realizadas no Paraná, totalizou R\$205,8 bilhões em maio, elevando-se 0,6% no trimestre e 9,2% em doze meses. Os empréstimos com recursos direcionados somaram R\$111,6 bilhões, variando, na ordem, 0,7% e 13,4%, e os realizados com recursos livres, R\$94,3 bilhões, elevando-se 0,4% no trimestre e 4,5% em doze meses.

Os empréstimos contratados no segmento de pessoas físicas somaram R\$108,8 bilhões, aumentando 1,4% no trimestre e 12,7% em doze meses, com destaque para as modalidades crédito pessoal consignado e financiamentos imobiliários. A carteira de pessoas jurídicas atingiu R\$97 bilhões, com variações respectivas de -0,3% e 5,5%, nos períodos considerados, destacando-se as contratações na modalidade de financiamentos à exportação.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito situou-se em 2,55% em maio, aumentando 0,11 p.p. no trimestre e 0,17 p.p. em doze meses. A trajetória trimestral repercutiu elevações de 0,03 p.p. no segmento de pessoas físicas e de 0,19 p.p. no relativo a pessoas jurídicas, nos quais a inadimplência atingiu, na ordem, 2,77% e 2,30%.

O mercado de trabalho paranaense criou 6,8 mil postos de trabalho formais no trimestre encerrado em maio (25,2 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE. Foram geradas 4,2 mil vagas no setor de serviços, 2,8 mil na agropecuária e 2,6 mil no comércio, e extintas 2,4 mil na indústria de transformação. Houve eliminação de 4,0 mil postos de trabalho na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), no trimestre, dos quais 3,9 mil na indústria de transformação e 1,0 mil na construção civil.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Paraná totalizou R\$325 milhões no primeiro trimestre de 2015, recuo de 63,6% em relação a igual período do ano anterior. Houve redução de 10,7% no *superavit* do governo estadual; reversão, de *superavit* de R\$511 milhões para *deficit* de R\$86 milhões, no resultado dos demais municípios; e aumento de 88,4% no *superavit* da capital.



**Tabela 5.18 – Necessidades de financiamento – Paraná<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
Estado do Paraná	-891	-325	477	426
Governo estadual	-309	-276	429	408
Capital	-71	-134	4	8
Demais municípios	-511	86	43	9

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

**Tabela 5.19 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Paraná<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					
	Dívida	Fluxos acumulados no ano				Dívida <sup>2/</sup>
		2014	Nominal		Outros <sup>3/</sup>	
	Dez	Primário	Juros	Total <sup>4/</sup>	Dez	
Estado do Paraná	17 074	-325	426	101	213	17 388
Governo estadual	17 767	-276	408	132	190	18 090
Capital	507	-134	8	-126	58	439
Demais municípios	-1 201	86	9	95	-35	-1 141

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

4/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

**Tabela 5.20 – Produção agrícola – Paraná**  
Itens selecionados

Discriminação	Peso <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		
		Produção <sup>2/</sup>		Variação %
		2014	2015	
Grãos <sup>3/</sup>	74,8	35 610	37 834	6,2
Soja	45,7	14 806	17 145	15,8
Milho	18,2	15 726	15 471	-1,6
Feijão	5,3	830	730	-12,0
Trigo	4,5	3 721	3 960	6,4
Outras lavouras				
Cana-de-açúcar	7,9	49 087	50 532	2,9
Mandioca	4,6	3 815	4 212	10,4
Fumo	3,0	172	185	7,6

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

3/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$426 milhões no período (R\$477 milhões no primeiro trimestre de 2014), e o resultado nominal foi deficitário em R\$101 milhões (*superavit* de R\$415 milhões em igual período de 2014).

A dívida líquida atingiu R\$17,4 bilhões em março, elevando-se 1,8% em relação a dezembro de 2014 e passando a representar 20,1% da dívida do Sul.

A safra de grãos do Paraná deverá totalizar 37,8 milhões de toneladas em 2015 (18,4% da produção do país) de acordo com o LSPA de junho do IBGE. O aumento anual de 6,2% reflete estimativas de elevação de 15,8% para a safra de soja, impulsionada pelo aumento de 11,8% projetado para a produtividade da cultura, e de recuos para as produções de milho (1,6%), refletindo redução de 18,8% na área cultivada na primeira safra, e de feijão (12,0%), em função de diminuições respectivas de 19,4% e 23,7% nas áreas cultivadas na primeira e na segunda safras.

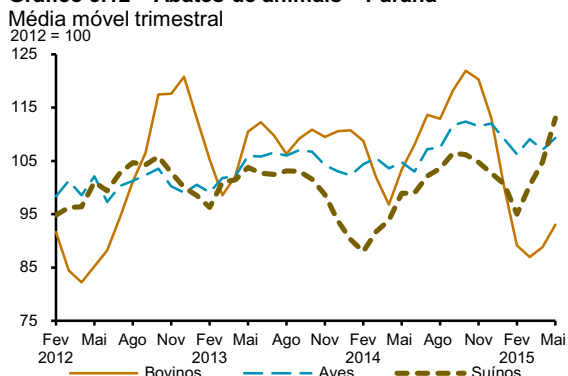
A safra de trigo no estado deverá crescer 3,0% em 2015, para 4,0 milhões de toneladas, de acordo com estimativa da Seab/PR e do Departamento de Economia Rural do Estado do Paraná (Deral), divulgada em junho. Estão projetados recuo de 5,0% para a área cultivada e expansão de 9,0% para a produtividade da cultura.

Os abates de aves, suínos e bovinos, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, registraram variações respectivas de 1,4%, 10,5% e -14,9% nos cinco primeiros meses do ano, em relação a igual período de 2014, representando, na ordem, 31,8%, 21,6% e 3,5% dos abates realizados no país. Os preços médios recebidos pelos produtores no estado variaram -3,1%, 0,5% e 22,3%, respectivamente, no período, de acordo com a Seab/Deral.

O Índice de Confiança do Empresário da Indústria de Transformação (Icet-PR) situou-se em 35,8 pontos em junho (31,5 pontos em março), permanecendo na área de pessimismo pelo décimo oitavo mês consecutivo. Os componentes Índice de Condições Atuais (ICA) e Índice de Expectativas (IE) aumentaram 1,5 pontos e 5,5 pontos, respectivamente, para 28,1 pontos e 39,3 pontos. O Icec-PR<sup>10</sup> atingiu 40,2 pontos em junho, ante 34,7 pontos em março, evolução decorrente de aumentos respectivos de 1,6 pontos e 7,6 pontos no ICA e no IE, que atingiram, na ordem, 33,9 pontos e 43,4 pontos.

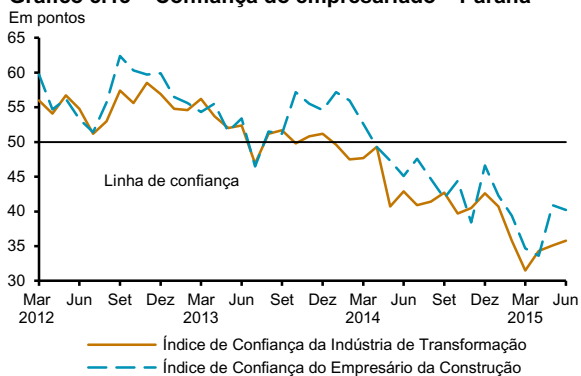
10/ O Icet-PR e o Icec-PR, elaborados pela Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), são compostos pelo ICA (peso 1) e pelo IE (peso 2). Os dois indicadores variam de 0 a 100 pontos. Valores acima de 50 pontos indicam empresários confiantes, melhores condições ou expectativas positivas. A metodologia pondera as respostas pelo tamanho da empresa, dado pelo número de empregados.

**Gráfico 5.12 – Abates de animais – Paraná**



Fonte: Mapa

**Gráfico 5.13 – Confiança do empresariado – Paraná**



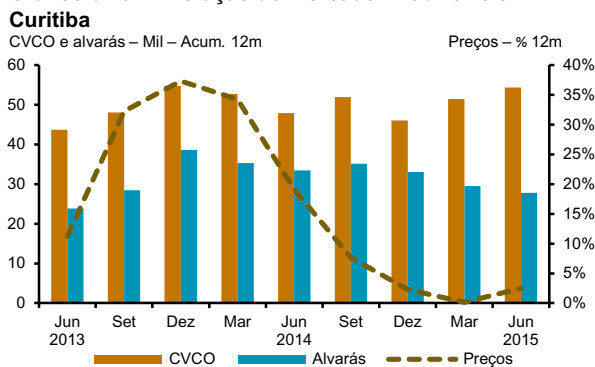
Fonte: Fiep

**Gráfico 5.14 – Produção industrial – Paraná**



Fonte: IBGE

**Gráfico 5.15 – Evolução do mercado imobiliário em Curitiba**



Fonte: PMC e Fipe.

A produção da indústria paranaense recuou 1,9% no trimestre encerrado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando diminuiu 3,0%, no mesmo tipo de comparação, de acordo com dados dessazonalizados PIM-PF Regional do IBGE. Houve redução em nove das treze atividades pesquisadas (veículos automotores, reboques e carrocerias, -21,9%; máquinas, aparelhos e materiais elétricos, -9,4%; bebidas, -9,2%). Em relação às atividades que registraram maior dinamismo no trimestre, ressaltam-se as elevações nas indústrias de máquinas e equipamentos (11,3%) e de coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis (5,3%).

Considerados intervalos de doze meses, a produção industrial do estado recuou 7,9% em maio (8,2% em fevereiro), ressaltando-se os decréscimos nos segmentos veículos automotores, reboques e carrocerias (31,3%), máquinas e equipamentos (10,2%) e fabricação de produtos de minerais não metálicos (9,3%).

As vendas reais da indústria paranaense recuaram 3,7% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando diminuíram 3,9%, nesse tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep). Dentre os segmentos com maior representatividade na composição do indicador, ressaltam-se as diminuições nas vendas de veículos automotores (13,6%), produtos químicos (10,5%), produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos (5,3%) e máquinas e equipamentos (2,6%). O número de horas trabalhadas e o de pessoas empregadas na indústria recuaram 2,3% e 3,0%, respectivamente, no trimestre, e o Nuci atingiu média de 72,5% (73,2% no trimestre até fevereiro).

A análise em doze meses indica que as vendas reais da indústria retraíram 7,6% em maio, em relação a igual período de 2014, ante 8,1% em fevereiro (fabricação e montagem de veículos automotores, -20,1%; artigos de borracha e plásticos, -13,0%; máquinas e equipamentos, -9,7%; e produtos químicos, -6,3%). O nível de estoques<sup>11</sup> de insumos da indústria paranaense aumentou 3,2 p.p. em maio (0,3 p.p. em fevereiro), na mesma base de comparação.

As vendas de caminhões e ônibus no Paraná diminuíram 1,3% no trimestre encerrado em junho, em relação ao finalizado em março, e 46,8% em relação a igual intervalo de 2014, de acordo com a Fenabrave-PR e o Sincodiv PR.

11/Diferença entre a variação acumulada nos últimos doze meses nas vendas totais da indústria e nas compras de insumos industriais, dados da Fiep.

**Tabela 5.21 – Produção industrial – Paraná**

Geral e setores selecionados

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2015		
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	-3,0	-1,9	-7,9
Produtos alimentícios	22,7	-2,4	1,6	-4,9
Deriv. petróleo e biocomb.	19,1	-8,7	5,3	-0,4
Veículos, reb. e carrocerias	18,4	-3,1	-21,9	-31,3
Máquinas e equipamentos	6,7	-4,9	11,3	-10,2
Celulose e prod. papel	5,5	1,0	-2,5	6,6
Outros produtos químicos	4,7	7,7	-0,4	-0,3

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres, encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Tabela 5.22 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	8 394	7 344	-12,5	-14,7
Básicos	4 714	3 848	-18,4	-21,6
Industrializados	3 680	3 496	-5,0	-7,5
Semimanufaturados	786	743	-5,5	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	2 894	2 753	-4,9	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

**Tabela 5.23 – Importação por categoria de uso – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Paraná		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	8 319	6 573	-21,0	-18,5
Bens de capital	1 795	1 442	-19,7	-15,8
Matérias-primas	4 672	3 654	-21,8	-15,0
Bens de consumo	1 253	978	-21,9	-13,7
Duráveis	874	641	-26,7	-20,5
Não duráveis	379	338	-10,8	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	599	499	-16,6	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

No âmbito da indústria da construção civil, a Prefeitura Municipal de Curitiba emitiu 13,1 mil certificados de conclusão de unidades imobiliárias, residenciais e não residenciais<sup>12</sup> no segundo trimestre de 2015 (variações respectivas de -1,3% e de 28,2% em relação ao trimestre anterior e a igual período de 2014); e concedeu 7,0 mil alvarás de construção imobiliária (variações respectivas de 336,6% e -19,6%, nas mesmas bases de comparação). Os preços dos imóveis em Curitiba recuaram 0,6% em 2015, de acordo com o Índice FipeZap de Preços de Imóveis Anunciados, refletindo o aumento da oferta de imóveis novos, a queda da renda disponível e a concessão de crédito imobiliário mais restritiva.

A balança comercial do Paraná registrou *superavit* de US\$771 milhões no primeiro semestre de 2015 (US\$75 milhões em igual período de 2014). As exportações recuaram 12,5% e as importações, 21,0%, totalizando US\$7,3 bilhões e US\$6,6 bilhões, respectivamente.

O desempenho das exportações decorreu de variações de 2,0% no *quantum* e -14,2% nos preços. Ocorreram reduções de 18,4% nas vendas de produtos básicos (soja mesmo triturada, -29,6%); de 4,9% nas de manufaturados (automóveis de passageiros, -11,2%); e de 5,5% nas de semimanufaturados (couros e peles, -34,4%). As exportações para a China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 37,1% dos embarques do estado no semestre, destacando-se as reduções de 74,7% nas vendas de soja para a China e de 96,6% nas de automóveis para a Argentina.

A trajetória das importações repercutiu reduções de 10,8% nos preços e de 11,5% no *quantum*. Ocorreram recuos nas aquisições em todas as categorias de uso, com destaque para os de 26,7% nas de bens de consumo duráveis (móveis e suas partes, exceto médico-cirúrgicos, -21,6%) e de 21,8% nas de matérias-primas (partes e peças para veículos, -28,5%). As compras de bens de capital decresceram 19,7% (veículos de carga, -42,2%); as de combustíveis e lubrificantes, 16,6%; e as de bens de consumo não duráveis, 10,8%. As importações provenientes da China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 37,3% das compras externas do estado no semestre, destacando-se as reduções de 42,0% nas compras de veículos de carga da Argentina e de 86,5% nas de automóveis de passageiros da Alemanha.

O IPCA da RMC variou 3,16% no segundo trimestre de 2015 (4,07% no primeiro), resultado de desaceleração dos preços monitorados, de 10,32% para 4,48%, e de aceleração

12/ Certificado de Vistoria de Conclusão de Obras (CVCO).

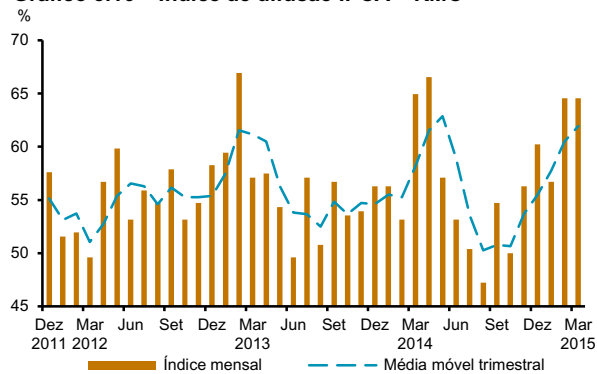
**Tabela 5.24 – IPCA – RMC**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação %			
		2014		2015	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	1,07	1,56	4,07	3,16
Livres	76,9	0,34	1,69	2,36	2,77
Comercializáveis	36,7	0,57	0,67	2,54	2,74
Não comercializáveis	40,3	0,12	2,63	2,20	2,80
Monitorados	23,0	3,84	1,08	10,32	4,48
<b>Principais itens</b>					
Alimentação	23,9	0,07	2,15	4,07	3,58
Habitação	17,0	5,71	1,29	10,13	4,59
Artigos de residência	4,4	0,97	0,07	0,88	3,27
Vestuário	7,2	0,66	1,23	0,94	2,76
Transportes	19,4	-0,43	2,26	4,15	0,42
Saúde	11,4	1,72	1,16	1,52	5,91
Despesas pessoais	9,7	-0,76	1,63	1,72	4,14
Educação	3,4	0,86	0,33	6,85	0,40
Comunicação	3,6	0,45	-0,10	-0,57	1,12

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2015.

**Gráfico 5.16 – Índice de difusão IPCA – RMC**



Fonte: IBGE

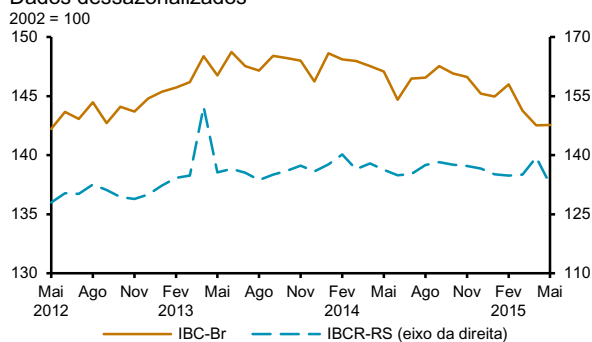
dos preços livres, de 2,36% para 2,77%. Destacaram-se os impactos das variações de preços nos grupos alimentação e bebidas (0,86 p.p.), habitação (0,78 p.p.) e saúde (0,68 p.p.)

A trajetória dos preços livres repercutiu acelerações dos preços dos bens comercializáveis, de 2,54% para 2,74%, e dos não comercializáveis, de 2,20% para 2,80%. O aumento na inflação trimestral dos bens monitorados refletiu, em especial, as elevações nos itens jogos de azar, 47,49%, taxa de água, 10,73%, e energia elétrica residencial, 6,30%, com impacto conjunto de 0,65 p.p. no IPCA. O índice de difusão atingiu média de 64,0% no trimestre encerrado em junho (61,9% no finalizado em março).

As perspectivas para a atividade econômica paranaense nos próximos trimestres devem ser favorecidas pelo desempenho robusto da agricultura, que exerce impactos potenciais importantes sobre a cadeia produtiva e sobre as exportações do estado. Devem ser considerados, no entanto, os efeitos do processo de ajuste em curso na economia do país sobre a trajetória da indústria automotiva do Paraná, segmento determinante para a evolução da estrutura industrial do estado.

**Gráfico 5.17 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil e Rio Grande do Sul**

Dados dessazonalizados



**Tabela 5.25 – PIB e VAB – Rio Grande do Sul**

Março de 2015

Discriminação	Var. %	
	I trim. 2015 / VI trim. 2014 <sup>1/</sup>	Acum. 4 trim.
<b>PIB</b>	<b>0,9</b>	<b>-1,4</b>
Impostos	-0,4	-2,8
<b>VAB</b>	<b>1,0</b>	<b>-1,2</b>
Agropecuária	-1,0	-0,4
Indústria	-2,7	-5,4
Serviços	0,4	0,2

Fonte: FEE

1/ Dados dessazonalizados.

**Tabela 5.26 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul**

Geral e setores selecionados

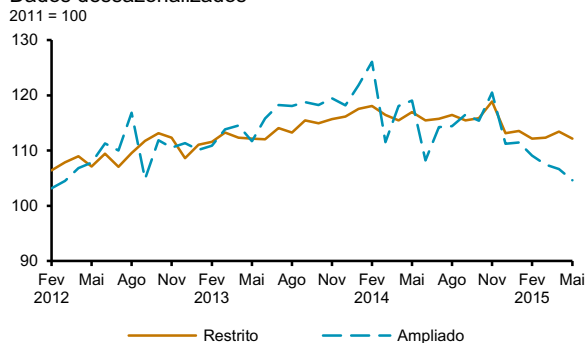
Discriminação	Variação % no período			
	2014 Ano	2015		
		Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Comércio varejista	2,3	-3,2	-0,3	-1,0
Combustíveis e lubrificantes	5,5	-5,6	4,0	-0,3
Hiper e supermercados	1,5	-0,6	-1,1	-0,8
Tecidos, vestuário e calçados	-3,0	-3,2	-0,1	-6,3
Móveis e eletrodomésticos	1,1	-10,1	-3,3	-6,0
Comércio varejista ampliado	0,3	-5,9	-3,9	-5,8
Automóveis e motocicletas	-4,6	-9,2	-12,2	-15,2
Material de construção	4,2	-4,6	-3,2	-1,2

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

**Gráfico 5.18 – Comércio varejista – Rio Grande do Sul**

Dados dessazonalizados



Fonte: IBGE

## Rio Grande do Sul

O PIB do Rio Grande do Sul cresceu 0,9% no primeiro trimestre de 2015, em relação ao quarto trimestre de 2014, segundo dados dessazonalizados da Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE). O resultado repercutiu variações de 0,4% no setor de serviços e recuos de 1,0% na agropecuária e de 2,7% na indústria. Dados mais recentes indicam continuidade da perda de dinamismo da indústria e do comércio, contrastando com o desempenho da agricultura e do setor externo. Nesse cenário, o IBCR-RS cresceu 0,1% no trimestre finalizado em maio, em relação ao encerrado em fevereiro, segundo dados dessazonalizados. Considerados períodos de doze meses, o indicador recuou 0,3% em maio (-1,3% em fevereiro).

As vendas do comércio ampliado recuaram 3,9% no trimestre finalizado em maio, em relação ao terminado em fevereiro, quando diminuíram 5,9%, no mesmo tipo de comparação, segundo dados dessazonalizados da PMC, do IBGE. Houve reduções nas vendas em oito das dez atividades pesquisadas (veículos, motos, partes e peças, -12,2%; móveis e eletrodomésticos, -3,3%). O comércio varejista, excluídas as variações nas vendas de veículos e de material de construção (-3,2%), recuou 0,3% no período, ante decréscimo de 3,2% no trimestre encerrado em fevereiro.

Considerados intervalos de doze meses, as vendas do comércio ampliado recuaram 5,8% em maio de 2015 (-3,2% em fevereiro), mantendo a trajetória declinante iniciada em março de 2014, nessa base de análise. Destacaram-se os aumentos respectivos de 3,7% e 4,7% nas vendas de outros artigos de uso pessoal e doméstico, e de artigos farmacêuticos, e os recuos nas atividades veículos, motos, partes e peças (-15,2%) e tecidos, vestuários e calçados (-6,3%). O comércio varejista, excluídos os decréscimos nas vendas de veículos e de material de construção (-1,2%), variou -1,0% e 0,4%, respectivamente, nos períodos mencionados.

A comercialização de automóveis e veículos comerciais leves no estado totalizou 76 mil unidades no primeiro semestre de 2015, segundo a Fenabrave, recuando 27,0% em relação a igual período de 2014. Em nível nacional, a redução atingiu 19,8% no período.

A receita nominal do setor de serviços do estado cresceu 0,1% no trimestre finalizado em maio, em relação a igual período de 2014 (outros serviços, 4,6%; serviços profissionais, administrativos e complementares, 3,3%), segundo a PMS do IBGE. O indicador aumentou 2,2%



**Tabela 5.27 – Receita nominal de serviços – Rio Grande do Sul**

Serv. empresariais não financeiros, exceto saúde e educação

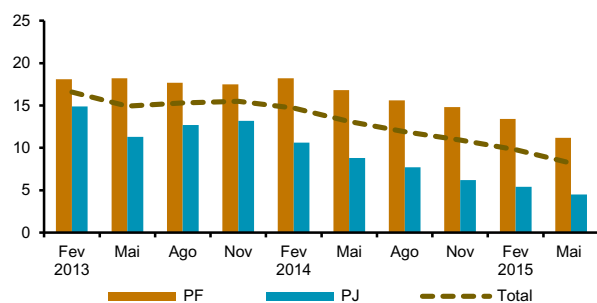
Segmentos	Var. %			
	2014	2015		
	Ano	Fev <sup>1/</sup>	Mai <sup>1/</sup>	12 meses
Total	4,3	1,1	0,1	2,2
Serviços prestados às famílias	10,1	8,0	-4,7	4,3
Serviços de informação e comunicação	7,3	1,5	3,0	4,3
Serviços profissionais e administrativos	0,8	3,5	3,3	3,6
Transportes e correios	1,4	-3,2	-4,3	-2,0
Outros serviços	13,2	12,8	4,6	11,8

Fonte: IBGE

1/ Variação relativa ao trimestre encerrado no mês assinalado e o mesmo período do ano anterior.

**Gráfico 5.19 – Evolução do saldo das operações de crédito – Rio Grande do Sul<sup>1/</sup>**

Variação em 12 meses – %



1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

no intervalo de doze meses até maio (3,3% até fevereiro), destacando-se as elevações nos segmentos outros serviços (11,8%) e serviços prestados às famílias (4,3%).

O saldo das operações de crédito superiores a R\$1mil contratadas no estado somou R\$197 bilhões em maio, aumentando 1,5% no trimestre e 8,2% em doze meses. As operações com recursos direcionados atingiram R\$105,2 bilhões, elevando-se, na ordem, 1,8% e 12%, e as efetivadas com recursos livres totalizaram R\$91,7 bilhões, com aumentos de 1,3% no trimestre e de 4,2% em doze meses.

A carteira de pessoas físicas atingiu R\$112,4 bilhões, crescendo 1,7% no trimestre e 11,2% em doze meses, com destaque para as modalidades financiamentos imobiliários, financiamentos rurais e crédito pessoal consignado. A carteira de pessoas jurídicas totalizou R\$84,6 bilhões (aumentos respectivos de 1,3% e 4,5%, nas mesmas bases de comparação), sobressaindo as operações destinadas à indústria de transformação – em especial de alimentos e bebidas, outras indústrias e de peças e acessórios para automotores – e à geração, transmissão e distribuição de eletricidade e gás.

A taxa de inadimplência dessas operações de crédito atingiu 3,0% em maio, aumentando 0,1 p.p. no trimestre e 0,4 p.p. em doze meses. A evolução trimestral repercutiu a estabilidade no segmento de pessoas físicas e a elevação de 0,2 p.p. no de pessoas jurídicas, nos quais os respectivos indicadores atingiram 3,3% e 2,7%, respectivamente.

O Icec, divulgado pela Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul (Fecomércio-RS), registrou média de 81,8 pontos no segundo trimestre de 2015 (93,8 pontos no anterior e 113,5 pontos em igual período de 2014). A manutenção do indicador na zona de falta de confiança (abaixo de 100 pontos) refletiu, em especial, a percepção quanto ao momento atual da economia brasileira.

O índice Intenção de Consumo das Famílias (ICF), elaborado pela CNC e divulgado pela Fecomércio-RS, atingiu média de 92,6 pontos no segundo trimestre de 2015, indicando perspectiva pessimista das famílias (abaixo de 100 pontos). O indicador registrou média de 107,2 pontos no primeiro trimestre deste ano e de 112,2 pontos no segundo trimestre de 2014.

O percentual de famílias endividadas<sup>13</sup> atingiu, em média, 53,6% no segundo trimestre (53,5% em igual

13/São consideradas na pesquisa as dívidas contraídas por meio de cheques pré-datados, cartões de crédito, carnês de loja, empréstimo pessoal, compra de imóvel, prestações de carro e de seguros

**Tabela 5.28 – Evolução do emprego formal – Rio Grande do Sul**

Novos postos de trabalho

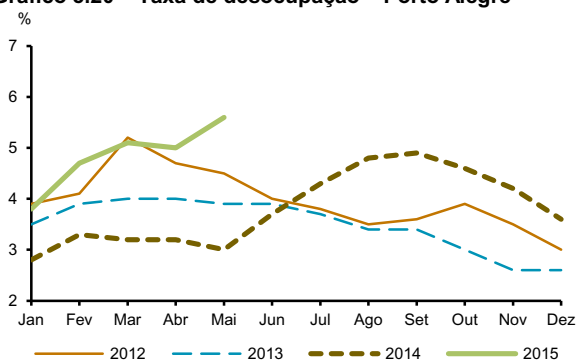
Discriminação	Acumulado no trimestre (em mil) <sup>1/</sup>				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Total	18,2	-12,6	15,2	-25,0	-10,9
Indústria de transformação	7,5	-12,4	-11,2	-9,3	-2,6
Comércio	2,6	-2,6	14,5	-7,9	-0,8
Serviços	13,4	6,0	7,5	-3,7	1,9
Construção civil	1,2	-3,4	-0,4	-5,9	-2,5
Agropecuária	-7,3	0,0	5,0	2,2	-7,1
Serviços ind. de utilidade pública	0,2	-0,1	0,0	0,2	-0,2
Outros <sup>2/</sup>	0,6	-0,1	-0,1	-0,7	0,5

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês assinalado.

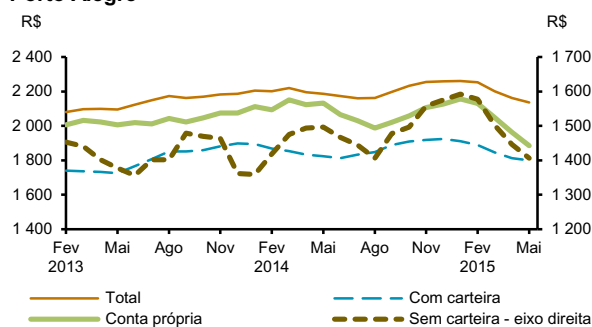
2/ Inclui extrativa mineral, administração pública e outros.

**Gráfico 5.20 – Taxa de desocupação – Porto Alegre**



Fonte: IBGE

**Gráfico 5.21 – Rendimento médio real habitual<sup>1/</sup> – Porto Alegre**



Fonte: IBGE

1/ Média móvel trimestral, a preços de maio de 2015, corrigidos pelo INPC.

**Tabela 5.29 – Necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões			
	Resultado primário		Juros nominais	
	2014	2015	2014	2015
	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar	Jan-mar
RS	-1 052	-1 806	1 650	1 595
Governo estadual	-892	-982	1 642	1 590
Capital	5	-5	8	11
Demais municípios	-166	-819	0	-6

1/ Inclui informações do estado e de seus principais municípios.

Dados preliminares.

período de 2014), segundo a Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), elaborada pela Fecomércio-RS para Porto Alegre, com base em dados da CNC. Nessa base de comparação, o percentual de famílias com contas em atraso que não deverão ser pagas nos próximos trinta dias aumentou de 6,4% para 11,2%.

O mercado de trabalho no Rio Grande do Sul eliminou de 10,9 mil vagas formais no trimestre encerrado em maio (geração de 18,2 mil em igual período de 2014), de acordo com o Caged/MTE. A redução de 7,1 mil postos na agropecuária refletiu demissões sazonais nas lavouras permanentes (5,1 mil), exercendo o principal impacto para a queda do emprego do estado. Sobressaíram ainda os resultados da indústria de transformação (-2,6 mil) e construção civil (-2,5 mil). Considerados dados dessazonalizados, o nível de emprego formal recuou 0,8% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando variou -0,2% na mesma base de comparação, ressaltando as retrações de 2,8% na construção civil e de 1,6% na indústria de transformação.

A taxa de desemprego da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) atingiu 5,2% no trimestre encerrado em maio (3,1% em igual período de 2014), de acordo com a PME do IBGE, reflexo de variações de 1,9% na população ocupada e de 4,2% na PEA. Considerados dados dessazonalizados, a taxa de desemprego atingiu 5,4% no trimestre (4,4% no encerrado em fevereiro). Neste cenário, o rendimento médio real habitual e a massa salarial real contraíram, na ordem, 5,2% e 5,6%.

O *superavit* primário dos governos do estado, da capital e dos principais municípios do Rio Grande do Sul atingiu R\$1,8 bilhão no primeiro trimestre de 2015 (R\$1,1 bilhão em igual período de 2014), com destaque para o aumento de R\$653,6 milhões no resultado dos demais municípios. Os juros nominais, apropriados por competência, somaram R\$1,6 bilhão (R\$1,7 bilhão no primeiro trimestre de 2014) e o resultado nominal foi superavitário em R\$211,1 milhões (*deficit* de R\$597,7 milhões no primeiro trimestre de 2014).

A dívida líquida do estado atingiu R\$59,6 bilhões em março, aumentando 2,6% em relação a dezembro de 2014, destacando-se a expansão de 3,9% registrada no âmbito do governo estadual.

A arrecadação de ICMS totalizou R\$4,4 bilhões no primeiro semestre de 2015, segundo a Secretaria da Fazenda

**Tabela 5.30 – Dívida líquida e necessidades de financiamento – Rio Grande do Sul<sup>1/</sup>**

UF	R\$ milhões					Dívida <sup>2/</sup> 2015 Mar
	Dívida	Fluxos acumulados no ano			Outros <sup>4/</sup>	
	2014 Dez	Nominal	Juros	Total <sup>3/</sup>		
		Primário				
RS	58 075	-1 806	1 595	-211	1 726	59 589
Governo estadual	57 994	-982	1 590	609	1 646	60 249
Capital	398	-5	11	6	35	438
Demais municípios	-317	-819	-6	-825	45	-1 098

1/ Inclui inform. do estado e de seus principais municípios. Dados preliminares.

2/ A dívida líquida no momento t+1 é a dívida no momento t, mais o resultado nominal e o resultado de outros fluxos.

3/ O resultado nominal é a soma dos juros com o resultado primário.

4/ Inclui ajustes decorrentes de variação cambial, reconhec. de dívidas e privatiz.

**Tabela 5.31 – Produção agrícola – Rio Grande do Sul**  
Itens selecionados

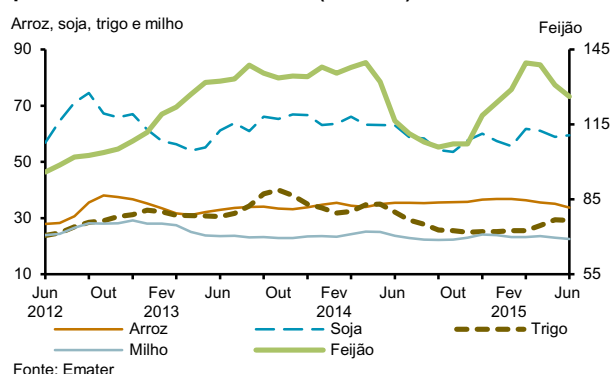
Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas		Variação % 2015/2014
		Produção <sup>2/</sup>		
		2014	2015	
Grãos	74,8	28 799	32 968	14,5
Soja	40,2	13 041	15 596	19,6
Arroz	17,7	8 241	8 541	3,6
Milho	8,2	5 390	5 640	4,6
Trigo	7,0	1 671	2 529	51,4
Feijão	0,7	111	95	-14,0
Outras lavouras				
Fumo	10,0	413	418	1,2
Mandioca	3,5	1 181	1 154	-2,3
Uva	2,1	813	876	7,7
Maçã	1,6	690	598	-13,3

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

**Gráfico 5.22 – Preços médios mensais pagos ao produtor – Rio Grande do Sul (R\$/saca)**



Fonte: Emater

do Rio Grande do Sul, com acréscimo real de 0,8% em relação a igual período de 2014. Em doze meses até junho, a arrecadação real elevou-se 0,2%. As transferências da União para o estado somaram R\$3,7 bilhões nos cinco primeiros meses do ano e R\$8,1 bilhões em doze meses, de acordo com a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), com recuos reais de 4,5% e 1,9% nessas bases de comparação<sup>14</sup>.

A safra gaúcha de grãos deverá atingir o recorde de 33 milhões de toneladas em 2015 (16% da produção nacional), de acordo com o LSPA de junho do IBGE. A previsão de aumento anual de 14,5% reflete, em especial, as estimativas de aumentos para as colheitas de trigo (51,4%)<sup>15</sup>, soja (19,6%), milho (4,6%) e arroz (3,6%). Assinale-se a projeção de redução de 14,0% para a produção de feijão, cultivo que vem diminuindo a cada ano, como consequência da falta de mão-de-obra, da volatilidade dos preços do produto e das dificuldades na comercialização, bem como do preço mais atrativo da soja. Dentre as demais culturas, destaque-se a redução de 13,3% prevista para a produção de maçã.

As cotações médias dos principais produtos do estado registraram, segundo a Emater/RS, reduções no primeiro semestre do ano, em relação a igual período de 2014. Destacaram-se os recuos nos preços do trigo (18,8%), soja (7,3%), milho (3,8%) e feijão (1,4%). A cotação do arroz cresceu 2,6% no semestre.

O valor bruto da produção (VBP) real dos principais produtos agrícolas do estado, considerado o IGP-DI como deflator, deverá aumentar 5,0% em 2015, de acordo com estimativa de junho do Mapa. Estão previstas elevações do VBP real do trigo (27,5%), soja (11,6%) e milho (1,5%), e recuos para os relativos a arroz (1,9%) e feijão (11,6%).

Os abates de bovinos, suínos e aves, realizados em estabelecimentos fiscalizados pelo SIF, recuaram 15,5%, 5,8% e 1,2%, respectivamente, nos cinco primeiros meses de 2015, em relação a igual período de 2014, representando, na ordem, 2,6%, 21,6% e 13,8% dos abates no país, de acordo com o Mapa.

Na mesma base de comparação, os respectivos preços médios aumentaram, na ordem, 21,3%, 11,2% e 2,4%, conforme a Emater/RS e o Cepea/USP. As exportações de carnes bovina, suína e de aves variaram -2,0%, 7,6% e -3,3%, respectivamente, de acordo com o MDIC, no período.

14/ Dados corrigidos pelo IGP-DI.

15/ Em 2014, o estado foi acometido por geadas e excesso de chuvas no final do ciclo das lavouras, derrubando drasticamente a produção e a qualidade do trigo colhido. A evolução deste ano, portanto, corresponde a uma recuperação da produção.

**Tabela 5.32 – Indicadores da pecuária – Rio Grande do Sul**  
Maio de 2015

Discriminação	Produção	Variação % no ano	
		Exportações (kg)	Preços (R\$)
<b>Abates<sup>1/</sup></b>			
Bovinos	-15,5	-2,0	21,3
Suínos	-5,8	7,6	11,2
<b>Aves<sup>2/</sup></b>	-1,2	-3,3	2,4
<b>Leite<sup>3/</sup></b>	-0,4	-	-8,3

Fonte: Emater/RS, IBGE, Iepe, Mapa e MDIC

1/ Número de animais.

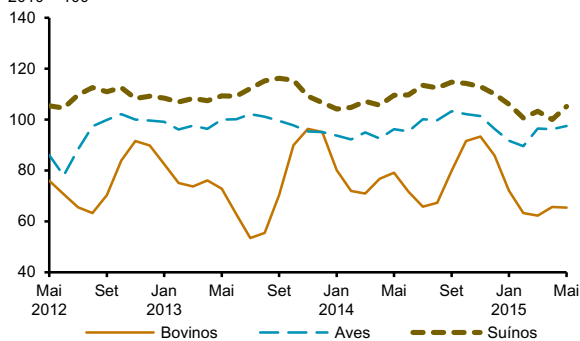
2/ Os preços correspondem aos praticados no varejo.

3/ Litros. Produção até março/2015. Preços até maio/2015

**Gráfico 5.23 – Abates de animais – Rio Grande do Sul**

Média móvel trimestral

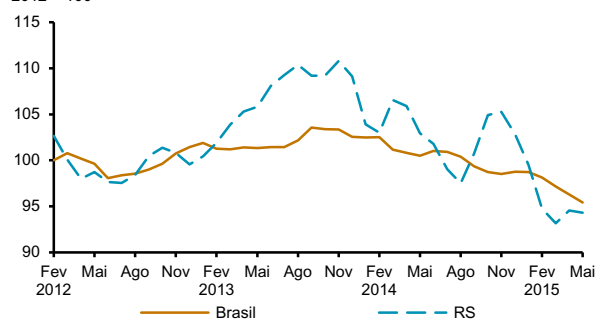
2010 = 100



Fonte: Mapa

**Gráfico 5.24 – Produção industrial – Rio Grande do Sul**  
Dados dessazonalizados – Média móvel trimestral

2012 = 100



Fonte: IBGE

**Tabela 5.33 – Produção industrial – Rio Grande do Sul**  
Geral e atividades selecionadas

Setores	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % no período		
		2015		
		Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	12 meses
Indústria geral	100,0	-9,4	-1,0	-8,1
Produtos alimentícios	16,4	-2,1	-0,3	-2,7
Veículos automotores	13,8	-28,3	0,8	-17,9
Máquinas e equipamentos	12,0	-14,1	-3,4	-15,6
Outros produtos químicos	10,3	-5,2	4,4	1,4
Artef. couro e calçados	8,9	-3,4	-1,8	-3,7
Produtos de metal	8,5	-3,0	-6,3	-11,6
Prod. borracha e plástico	5,0	-8,1	-1,5	-7,8

Fonte: IBGE

1/ Ponderação de atividades no VTI, conforme a PIA 2010/IBGE.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados.

A produção gaúcha de leite, que responde por 14,0% do total nacional, diminuiu 0,4% no primeiro trimestre de 2015, em relação a igual período de 2014, de acordo com o IBGE. De janeiro a maio de 2015, o preço do produto recuou 8,3%, segundo a Emater/RS.

O VBP real da pecuária, considerado o IGP-DI como deflator, deverá recuar 0,7% em 2015, de acordo com estimativa realizada pelo Mapa em junho. Estão projetados aumentos nos VBPs de bovinos (9,8%) e ovos (1,7%), e reduções respectivas de 5,7%, 3,7% e 0,7% nos relativos a leite, frango e suínos.

A produção da indústria gaúcha recuou 1,0% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando contraíra 9,4%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados da PIM-PF Regional do IBGE. Destacaram-se, no trimestre, os recuos nas atividades coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis, 13,2%, e metalurgia, 10,5% e a melhora nos resultados das indústrias automotiva e de fumo.

Considerados períodos de doze meses, a produção física da indústria recuou 8,1% em maio, ante 7,2% em fevereiro. Ocorreram retrações em doze das catorze atividades pesquisadas (metalurgia, -20,2%; veículos automotores, -17,9%; e máquinas e equipamentos, -15,6%).

O Índice de Desempenho Industrial (IDI) recuou 1,4% no trimestre encerrado em maio, em relação ao finalizado em fevereiro, quando decrescera 5,4%, conforme dados dessazonalizados da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul (Fiergs). A redução da retração do IDI refletiu, em especial, as reversões nos componentes compras industriais e massa salarial. O IDI contraíu 7,1% no intervalo de doze meses até maio, em relação ao período encerrado em maio de 2014, quando expandira 2,0%, na mesma base de comparação.

O Ipei atingiu 39 pontos no segundo trimestre de 2015, segundo a Fiergs (39 pontos no primeiro trimestre e 47,2 pontos em igual trimestre de 2014). O Ipei da indústria da construção atingiu 37,7 pontos no período, variando 0,8 ponto no trimestre e -5,6 pontos em doze meses, destacando-se que a variação na margem repercutiu crescimento de 2,0 pontos no componente que avalia as expectativas e recuo de 1,5 ponto no que mensura as condições atuais.

A taxa de velocidade das vendas de imóveis novos em Porto Alegre, razão entre as vendas e a oferta, atingiu

**Tabela 5.34 – Indicadores da produção industrial – Rio Grande do Sul**

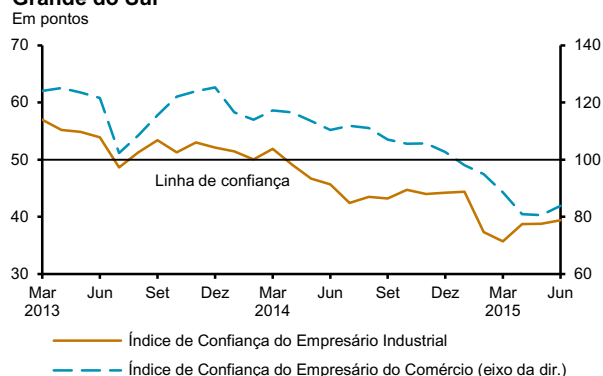
Discriminação	Variação %		
	2015		12 meses
	Fev <sup>2/</sup>	Mai <sup>2/</sup>	
IDI	-5,4	-1,4	-7,1
Compras industriais	-12,4	1,0	-14,8
Faturamento	-11,2	-3,9	-9,3
Emprego industrial	-1,5	-1,4	-4,1
Horas trabalhadas	-3,5	-2,8	-6,0
Massa salarial	-6,4	0,7	-2,2
Nuci <sup>1/</sup>	78,8	79,6	80,0

Fonte: Fiergs

1/ Percentual médio de utilização.

2/ Variação relativa aos trimestres encerrados nos períodos t e t-3. Dados dessazonalizados pelo BCB.

**Gráfico 5.25 – Confiança do empresariado – Rio Grande do Sul**



**Tabela 5.35 – Exportação por fator agregado – FOB**

Janeiro-junho

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul		Brasil	
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	8 868	8 050	-9,2	-14,7
Básicos	4 663	4 436	-4,9	-21,6
Industrializados	4 205	3 614	-14,1	-7,5
Semimanufaturados	608	549	-9,8	-3,9
Manufaturados <sup>1/</sup>	3 597	3 065	-14,8	-8,7

Fonte: MDIC/Secex

1/ Inclui operações especiais.

11,9% no trimestre encerrado em maio, ante 8,8% em igual período de 2014, segundo a Pesquisa do Mercado Imobiliário de Porto Alegre (Sinduscon-RS). Essa evolução decorreu de variações de 12,8% na comercialização de imóveis e de -19,5% na oferta.

As vendas de ônibus e caminhões totalizaram 3,5 mil unidades no primeiro semestre, segundo a Fenabrave. A redução de 34,1% em relação a igual período de 2014 repercutiu, em especial, a retração de 39,3% nas vendas de caminhões no período.

A balança comercial do Rio Grande do Sul foi superavitária em US\$2,9 bilhões no primeiro semestre de 2015 (US\$1,6 bilhão no mesmo período de 2014), de acordo com o MDIC. As exportações totalizaram US\$8 bilhões e as importações, US\$5,2 bilhões, contraindo 9,2% e 29%, respectivamente, no período.

A evolução das exportações refletiu variações de -17,0% nos preços e de 9,4% no *quantum*. Os embarques de produtos básicos, que representaram 55,1% do total, recuaram 4,9% (milho, -76,4%; soja, -12,3%; carne de frango, -9,2%); os de produtos manufaturados (38,1% do total) diminuíram 14,8% (óleos combustíveis, -97%, e máquinas agrícolas, -29%); e os de semimanufaturados (6,8% da pauta) reduziram 9,8% (couros e peles, -11,2%).

As exportações direcionadas à China, Argentina e EUA representaram, em conjunto, 38,7% das vendas externas do estado no primeiro semestre, com variações respectivas de -14,6%, -4,1% e -16,1%, em relação a igual intervalo de 2014.

A trajetória das importações refletiu recuos de 14,0% no *quantum* e de 17,4% nos preços. As aquisições de produtos intermediários (47,2% do total) decresceram 24,7% (naftas, -34,7%; partes e peças para veículos; -17,7%; adubos e fertilizantes, -21,5%); as de bens de capital (23,1% do total) recuaram 21,1% (veículos de carga, -21,9%); as de combustíveis (17,4% do total) retraíram 44,5%; e as de bens de consumo (12,3% do total) recuaram 30,1% (automóveis, -52,7%).

As importações provenientes da Argentina, China e EUA representaram, em conjunto, 41% das compras do estado no primeiro semestre, com variações respectivas de -32,3%, 0,9% e -12%, em relação ao mesmo período de 2014.



**Tabela 5.36 – Exportações por principais setores do Rio Grande do Sul: Janeiro-junho**

Discriminação	Valor (US\$milhões)		
	2014	2015	Var. %
Agricultura e pecuária	2 614	2 305	-11,8
Indústria de transformação <sup>1/</sup>	6 240	5 734	-8,1
Alimentos e bebidas	1 880	1 865	-0,8
Produtos químicos	883	851	-3,6
Fumo	555	629	13,3
Calçados e couros	542	485	-10,5
Veículos	428	462	7,9
Máquinas e equipamentos	505	412	-18,4
Produtos de metal	195	185	-5,1
Borracha e plástico	180	168	-6,7
Coque, refino de petróleo, combustíveis nucleares e álcool	439	123	-72,0

Fonte: MDIC/Secex

1/ Itens selecionados.

**Tabela 5.37 – Importação por categoria de uso – FOB Janeiro-junho**

Discriminação	US\$ milhões			
	Rio Grande do Sul			Brasil
	2014	2015	Var. %	Var. %
Total	7 275	5 164	-29,0	-18,5
Bens de capital	1 513	1 194	-21,1	-15,8
Matérias-primas	3 235	2 437	-24,7	-15,0
Bens de consumo	912	637	-30,1	-13,7
Duráveis	675	409	-39,4	-20,5
Não duráveis	237	228	-3,8	-5,9
Combustíveis e lubrificantes	1 615	896	-44,5	-36,1

Fonte: MDIC/Secex

**Tabela 5.38 – IPCA – RMPA**

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Variação % trimestral			
		2014		2015	
		III Tri	IV Tri	I Tri	II Tri
IPCA	100,0	0,61	1,94	4,19	2,34
Livres	75,8	0,51	1,73	2,87	2,13
Comercializáveis	37,2	0,32	1,25	2,32	2,83
Não comercializáveis	38,6	0,69	2,19	3,40	1,46
Monitorados	24,2	0,96	2,67	8,58	2,99
Principais itens					
Alimentação	25,9	0,39	2,38	3,88	2,54
Habituação	14,7	2,15	3,39	11,40	1,64
Artigos de residência	4,7	0,68	0,46	1,39	2,65
Vestuário	6,4	-1,10	2,45	-1,13	3,33
Transportes	18,2	0,17	2,16	4,87	2,01
Saúde	11,1	0,83	0,77	1,83	3,31
Despesas pessoais	10,6	0,47	1,61	3,25	3,17
Educação	4,5	1,43	0,40	5,87	0,12
Comunicação	3,8	0,38	0,33	-1,97	0,62

Fonte: IBGE

1/ Referentes a junho de 2015.

O IPCA na RMPA variou 2,34% no segundo trimestre de 2015, ante 4,19% no primeiro. A evolução repercutiu desacelerações dos preços livres, de 2,87% para 2,13%, e dos monitorados, de 8,58% para 2,99%, essa evidenciando recuos nas variações de preços nos itens energia elétrica residencial (de 46,86% para 2,15%) e gasolina (de 7,21% para 3,24%).

O comportamento dos preços livres refletiu desaceleração nos preços dos bens não comercializáveis, de 3,40% para 1,46% (frutas, -12,67%; arrefecimento em alimentação fora do domicílio, de 2,93% para 1,31%; estabilidade em cursos), e aceleração nos dos bens comercializáveis, de 2,32% para 2,83% (vestuário, 3,33%; leites e derivados, 9,43%).

O índice de difusão atingiu média de 61,8% no trimestre finalizado em junho (61,4% no encerrado em março e 59,5% em igual período de 2014).

Considerados intervalos de doze meses, a inflação da RMPA atingiu 9,36% em junho, ante 9,14% em março, resultado de acelerações dos preços monitorados, de 15,33% para 15,91%, e dos preços livres, de 7,32% para 7,42%.

A economia gaúcha registrou, no período recente, desaceleração da produção industrial, das vendas do comércio e do setor de serviços, com desdobramentos negativos sobre o mercado de trabalho. Esses impactos, compatíveis com o processo de ajuste econômico em curso no país, tendem a ser parcialmente neutralizados pelos efeitos dos resultados favoráveis do setor primário e de eventual consolidação do maior dinamismo do mercado externo. Os investimentos, embora reflitam o menor dinamismo da atividade, deverão ser influenciados pela manutenção do acordo com a Petrobras para a construção dos módulos de duas plataformas de petróleo no polo naval de Rio Grande (P75 e P77, US\$1,6 bilhão).

## Inferências nacionais a partir dos indicadores regionais

**Tabela 6.1 – Índice de Atividade Banco Central – IBC**  
Brasil e regiões<sup>1/</sup>

Discriminação	%				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	-0,1	-1,1	0,8	-1,1	-1,7
Norte	0,7	-2,1	0,8	-0,1	-1,2
Nordeste	2,1	-0,1	0,5	0,1	-0,4
Centro-Oeste	0,2	-0,7	0,5	0,2	-0,7
Sudeste	-0,1	-0,7	0,2	-0,3	-1,2
Sul	0,0	-1,0	1,8	-1,2	-0,1

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.  
O resultado nacional não representa necessariamente a média dos resultados regionais.

**Tabela 6.2 – Índice de volume de vendas**  
Brasil e regiões<sup>1/</sup>

Discriminação	Variação percentual				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
<b>Comércio varejista</b>					
Brasil	-0,1	-1,1	2,1	-1,6	-2,0
Norte	0,9	-0,4	4,6	-4,6	-0,5
Nordeste	1,3	-1,5	2,2	-3,2	-1,8
Centro-Oeste	0,8	-2,6	2,4	-4,5	-2,5
Sudeste	0,1	-1,1	1,8	-0,7	-2,5
Sul	-1,3	-0,5	2,0	-1,0	-1,4
<b>Comércio ampliado</b>					
Brasil	-1,3	-3,4	2,6	-2,9	-3,6
Norte	1,9	-0,8	4,5	-6,2	-2,1
Nordeste	1,6	-1,0	2,9	-6,1	-2,5
Centro-Oeste	0,7	-3,9	2,3	-5,7	-3,9
Sudeste	-1,7	-2,4	1,1	-2,3	-3,8
Sul	-3,9	-3,8	5,1	-4,2	-4,6

Fonte: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

A retração da atividade econômica acentuou-se no trimestre encerrado em maio, com redução de 1,7% do IBC-Br em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando havia recuado 1,1%, na mesma base de comparação, de acordo com dados dessazonalizados (Tabela 6.1). No trimestre, houve redução generalizada nos indicadores de atividades regionais, particularmente no Sudeste e no Norte<sup>16</sup>.

As vendas do comércio ampliado intensificaram a perda de dinamismo no trimestre encerrado em maio, tendo recuado 3,6% em relação ao trimestre finalizado em fevereiro, quando diminuíram 2,9%, segundo dados dessazonalizados (Tabela 6.2). Regionalmente, o comércio ampliado recuou em todas as regiões, em especial no Sul (4,6%), Centro-Oeste (3,9%) e Sudeste (3,8%). Por segmento, ressaltou-se o desempenho negativo de 10,8% nas vendas de automóveis no Sul.

As vendas do comércio varejista – conceito que exclui do comércio ampliado os segmentos materiais de construção e automóveis, partes e peças – decresceram 2,0% no trimestre finalizado em maio (-1,6% no trimestre até fevereiro). Houve redução da atividade varejista em todas as regiões: Centro-Oeste (2,5%); Sudeste (2,5%); Nordeste (1,8%); Sul (1,4%) e Norte (0,5%). O resultado negativo no Centro-Oeste repercutiu, em especial, o desempenho desfavorável no Mato Grosso. O recuo no Sudeste foi influenciado, destacadamente, pela variação de -8,9% nas vendas de móveis e eletrodomésticos.

A receita nominal de serviços, no país, cresceu 2,9% no trimestre encerrado em maio comparativamente a igual período do ano anterior. Houve aumentos no Nordeste, 3,8%; no Sudeste; 3,7%; no Sul, 1,5% e no Norte, 1,1%, e retração no Centro-Oeste, 0,1%. O melhor desempenho do Nordeste refletiu, especialmente, o comportamento dos segmentos

16/ A variação relativa ao país não corresponde necessariamente à média ponderada das regiões, haja vista que o princípio de aditividade dos componentes não se mantém no processo de dessazonalização.

**Tabela 6.3 – Operações de crédito do SFN<sup>1/</sup>**

Maio de 2015

Discriminação	R\$ bilhões								
	Saldo			Variação percentual (%)					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
Brasil	1 585	1 426	3 011	1,7	2,0	1,8	9,4	11,7	10,5
Norte	46	68	114	-1,4	2,4	0,8	-0,4	13,6	7,5
Nordeste	170	221	392	-0,7	2,6	1,2	7,2	13,9	10,9
Centro-Oeste	138	178	316	1,3	2,0	1,7	12,9	14,5	13,8
Sudeste	974	672	1 646	2,7	1,8	2,3	10,8	10,0	10,5
Sul	257	287	544	0,4	1,6	1,0	5,7	12,0	8,9

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil.

**Tabela 6.4 – Inadimplência do crédito do SFN<sup>1/</sup>**

Maio de 2015

Discriminação	Inadimplência			Variação em p.p.					
	PJ	PF	Total	Trimestre			12 meses		
				PJ	PF	Total	PJ	PF	Total
	Brasil	2,3	3,6	2,9	0,2	0,0	0,1	0,3	-0,2
Norte	3,3	4,4	4,0	0,7	-0,0	0,3	0,5	-0,5	-0,0
Nordeste	3,1	4,3	3,8	0,6	0,1	0,3	0,8	-0,4	0,2
Centro-Oeste	2,2	3,0	2,6	0,2	-0,0	0,1	0,3	-0,1	0,1
Sudeste	2,0	3,8	2,7	0,2	0,0	0,1	0,2	-0,2	0,0
Sul	2,5	2,7	2,6	0,2	0,0	0,1	0,5	-0,1	0,2

1/ Operações com saldo superior a R\$1 mil com pelo menos uma parcela em atraso superior a 90 dias.

**Tabela 6.5 – Produção física da indústria**Brasil e regiões<sup>1/</sup>

Discriminação	Peso <sup>2/</sup>	%					
		2014			2015		
		Mai	Ago	Nov	Fev	Mai	
Brasil	100,0	-0,1	-1,9	-0,4	-2,8	-2,1	
Norte	5,9	0,0	-4,5	0,0	0,4	-2,1	
Nordeste	9,5	0,2	-3,6	1,4	-4,6	3,0	
Centro-Oeste	3,5	3,1	0,4	1,3	-3,7	0,1	
Sudeste	62,7	1,6	-1,0	-2,0	-3,2	-1,7	
Sul	18,5	-1,4	-2,7	2,7	-6,4	-1,3	

Fontes: IBGE e BCB

1/ Variação do trimestre em relação ao anterior; séries com ajuste sazonal.

2/ Participação no Valor da Transformação Industrial (VTI), segundo a PIA 2010.

**Tabela 6.6 – Estimativa da produção anual de grãos<sup>1/</sup>**

Brasil e regiões

Discriminação	Peso <sup>2/</sup>	Em milhões de toneladas		
		Produção <sup>3/</sup>		Variação %
		2014	2015	
Brasil	100,0	192,8	205,7	6,7
Norte	3,2	5,5	6,0	10,3
Nordeste	8,8	15,7	18,1	14,7
Centro-Oeste	37,4	83,0	85,7	3,2
Sudeste	10,3	17,9	18,7	4,0
Sul	40,4	70,7	77,4	9,4

Fonte: IBGE

1/ Cereais, leguminosas e oleaginosas.

2/ Participação no valor da produção nacional de cereais, leguminosas e oleaginosas – PAM 2013.

3/ Estimativa segundo o LSPA de junho de 2015.

outros serviços, 9,7%, e transportes, serviços auxiliares dos transportes e correio, 7,4%.

A evolução dos indicadores do comércio reflete, em grande parte, a moderação no mercado creditício. Nesse sentido, o aumento trimestral das operações de crédito acima de R\$1 mil arrefeceu para 1,8% em maio, ante 2,5% fevereiro. Considerado o crescimento em doze meses, esses percentuais corresponderam a 10,5% e 11,8%, respectivamente. No segmento de pessoas físicas, o estoque das contratações no trimestre encerrado em maio aumentou mais acentuadamente no Norte e Nordeste, destacando-se os financiamentos imobiliários e o crédito consignado. A carteira de pessoas jurídicas teve desempenho mais expressivo no Sudeste (2,7%), impulsionado pelas operações do BNDES, e recuou 1,4% no Norte, com contrações significativas nos segmentos construção e comércio.

A inadimplência das operações de crédito no Sistema Financeiro Nacional aumentou 0,1 p.p. no trimestre encerrado em maio (Tabela 6.4), com expansão de 0,2 p.p. no segmento de pessoas jurídicas (0,7 p.p. no Norte e 0,6 p.p. no Nordeste) e estabilidade no de pessoas físicas. Em doze meses, o crescimento de 0,1 p.p. repercutiu aumento de 0,3 p.p. no segmento de pessoas jurídicas (0,8 p.p. no Nordeste) e diminuição de 0,2 p.p. no segmento de pessoas físicas (-0,5 p.p. no Norte).

A produção industrial manteve trajetória de redução no trimestre encerrado em maio, com retração de 2,1%, na margem (-2,8% no finalizado em fevereiro). Destacaram-se no período os resultados negativos observados no Norte, Sudeste e Sul (Tabela 6.5).

A diminuição da produção da indústria do Norte refletiu, fundamentalmente, o recuo de 7,1% na produção da indústria de transformação (-24,2% no segmento de bebidas e -17,4% em outros equipamentos de transporte). A retração no Sudeste refletiu recuos mais significativos nas atividades equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos, 12,4%; veículos automotores, reboques e carrocerias, 8,4%; e máquinas e equipamentos, 7,6%.

A safra de grãos do país deverá totalizar 205,7 milhões de toneladas, em 2015 (6,7% acima da safra anterior), conforme o LSPA do IBGE de junho (Tabela 6.6). A estimativa de crescimento de 9,4% na colheita do Sul, segunda região produtora de grãos, repercute, principalmente, as previsões de aumentos para as colheitas

**Tabela 6.7 – Taxa de desemprego**

Discriminação <sup>1/</sup>	%				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	4,9	4,9	4,8	5,2	6,4
Nordeste	7,9	8,0	8,2	8,1	10,0
Sudeste	4,5	4,3	4,1	4,7	5,8
Sul	3,1	4,2	4,6	4,0	5,2

Fonte: IBGE

1/ Média do trimestre encerrado no mês.

**Tabela 6.8 – Geração de postos de trabalho<sup>1/</sup>**

Discriminação	Mil				
	2014			2015	
	Mai	Ago	Nov	Fev	Mai
Brasil	177,3	138,6	101,9	-639,7	-194,1
Norte	3,2	24,0	-3,4	-46,9	-22,5
Nordeste	-49,9	47,5	82,8	-110,6	-98,4
Centro-Oeste	22,8	21,9	-18,0	-57,8	3,9
Sudeste	144,8	48,0	-11,2	-355,6	-66,1
Sul	56,5	-2,9	51,7	-68,9	-11,0

Fonte: MTE

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

**Tabela 6.9 – Necessidades de financiamento de estados e municípios<sup>1/</sup>**

Região	R\$ milhões	
	Resultado primário	
	2014 Jan-mar	2015 Jan-mar
Norte	-1 287	-1 310
Nordeste	-3 550	-7 621
Centro-Oeste	-1 957	-1 042
Sudeste	-12 972	-12 764
Sul	-2 866	-2 099
Total	-22 631	-24 837

1/ Inclui informações dos estados e de seus principais municípios.

(-) *superavit* (+) *deficit***Tabela 6.10 – Balança comercial regional – FOB**

Janeiro-Junho

Região	US\$ bilhões					
	Exportações		Importações		Saldo	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Total	110,5	94,3	113,0	92,1	-2,5	2,2
Norte	9,2	6,8	7,7	6,3	1,4	0,5
Nordeste	7,5	6,6	13,7	12,6	-6,2	-5,9
Centro-Oeste	15,4	11,9	6,4	5,9	8,9	6,1
Sudeste	54,9	47,3	61,7	49,5	-6,9	-2,2
Sul	21,8	19,4	23,3	18,7	-1,5	0,7
Outros <sup>1/</sup>	1,8	2,2	0,1	-0,8	1,8	3,1

Fonte: MDIC/Secex

1/ Referem-se a operações não classificadas regionalmente.

de trigo (18,8%) e soja (17,5%). No crescimento estimado para safra do Nordeste, 14,7%, destacam-se as expansões para as colheitas de feijão (27,6%) e soja (27,5%).

A taxa de desemprego nas seis regiões metropolitanas consideradas na PME alcançou 6,4% no trimestre encerrado em maio, ante 4,9% em igual período de 2014 (Tabela 6.7). Houve aumento em todas as grandes regiões do país: Nordeste, 2,1 p.p.; Sul, 2,1 p.p. e Sudeste, 1,3 p.p., na mesma base de comparação.

A economia brasileira eliminou 194,1 mil empregos formais no trimestre encerrado em maio (geração de 177,3 mil em igual período de 2014), conforme a Tabela 6.8. Apenas no Centro-Oeste houve criação de postos de trabalho, com destaque para a criação de 9,6 mil vagas no setor de serviços. A redução do emprego formal no país refletiu, em grande parte, o corte de 66,1 mil vagas no Sudeste, ressaltando-se a eliminação de 60,8 mil postos na indústria de transformação.

O *superavit* primário de governos estaduais, capitais e principais municípios do país somou R\$24,8 bilhões no primeiro trimestre (R\$22,6 bilhões no mesmo período de 2014). Destacaram-se o aumento no *superavit* do Nordeste (R\$4,1 bilhões) e o recuo de R\$914 milhões no resultado do Centro-Oeste.

No primeiro semestre do ano, a balança comercial alcançou *superavit* de US\$2,2 bilhões (*deficit* de US\$2,5 bilhões em igual período de 2014). Destacaram-se as melhoras nos resultados do Sudeste, onde a redução no *deficit* repercutiu reduções de 13,7% nas exportações e de 19,8% nas importações; e do Sul, com a reversão de *deficit* para *superavit*, refletindo retrações de 10,9% nas vendas e de 19,9% nas aquisições de bens. No Centro-Oeste, ocorreu redução do *superavit*, destacando-se a menor receita das exportações de produtos básicos.

A inflação no país, medida pelo IPCA, atingiu 2,26% no segundo trimestre de 2015 (3,83% no trimestre anterior), com maior variação de preços no Norte (2,80%) e menor no Centro-Oeste (1,73%). Os preços livres desaceleraram no trimestre, com destaque para o movimento no Sudeste e Nordeste. Os preços monitorados arrefeceram em todas as regiões, refletindo, especialmente, a menor variação nas tarifas de energia elétrica e de ônibus urbano. No Centro-Oeste, a variação dos preços monitorados passou de 8,98%, no primeiro trimestre, para 1,09%, no segundo.

**Tabela 6.11 – IPCA**  
Variação trimestral<sup>1/</sup>

Discriminação	Peso	2014			2015		%
		Jun	Set	Dez	Mar	Jun	
<b>IPCA</b>							
Brasil	100,0	1,54	0,83	1,72	3,83	2,26	
Norte	4,2	1,53	1,43	2,06	2,69	2,80	
Nordeste	14,8	2,26	0,61	1,33	3,26	2,75	
Centro-Oeste	7,1	1,39	0,82	2,57	3,53	1,73	
Sudeste	57,6	1,24	0,86	1,68	4,06	2,01	
Sul	16,3	1,93	0,83	1,76	4,13	2,73	
<b>Livres</b>							
Brasil		1,51	0,69	1,77	2,47	1,98	
Norte		1,14	0,42	2,53	1,93	2,33	
Nordeste		1,98	0,45	1,41	2,68	2,23	
Centro-Oeste		1,38	0,80	2,55	1,91	1,93	
Sudeste		1,29	0,87	1,74	2,50	1,75	
Sul		1,98	0,42	1,71	2,62	2,44	
<b>Monitorados</b>							
Brasil		1,62	1,31	1,54	8,45	3,15	
Norte		3,08	5,41	0,34	5,59	4,50	
Nordeste		3,33	1,20	1,02	5,44	4,68	
Centro-Oeste		1,44	0,90	2,62	8,98	1,09	
Sudeste		1,06	0,81	1,49	9,11	2,81	
Sul		1,77	2,29	1,93	9,39	3,68	

Fonte: IBGE e BCB

1/ Refere-se ao trimestre encerrado no mês indicado.

Em síntese, a trajetória de redução da atividade permaneceu no segundo trimestre do ano em todas as regiões do país. Esse comportamento reflete, em especial, o impacto do processo de ajuste macroeconômico – transitório e essencial para a retomada do crescimento sustentável – em curso no país.



## Economia Mineira: estrutura produtiva e desempenho recente

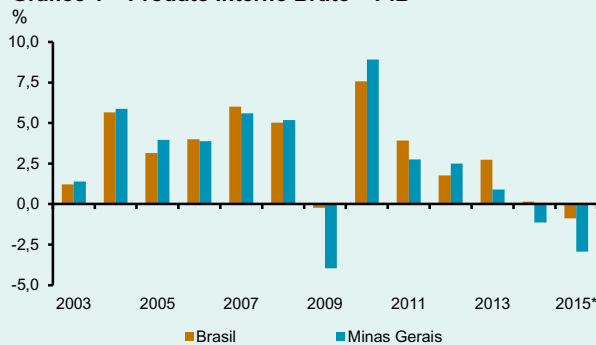
O objetivo deste boxe é analisar a evolução da economia mineira no triênio 2012-2014 e nos primeiros meses de 2015, avaliando o impacto de mudanças na conjuntura econômica sobre a atividade econômica no estado.

O Produto Interno Bruto (PIB) de Minas Gerais cresceu, em média, 0,7% a.a. no triênio 2012-2014, segundo a Fundação João Pinheiro (FJP), após expansão média de 2,4% a.a. no triênio anterior (Gráfico 1). A desaceleração repercutiu piora no desempenho de todos os setores, com destaque para a retração de 1,0% a.a. na indústria, decorrente de recuos médios anuais nos segmentos extrativa (0,7%), transformação (1,2%), construção civil (0,5%) e eletricidade e saneamento (1,6%). No mesmo período, o PIB e a indústria do país cresceram 1,5% a.a. e 0,2% a.a., respectivamente<sup>1</sup>.

Repetindo o padrão observado em 2013 e em 2014, o PIB mineiro registrou desempenho inferior ao do país no intervalo de doze meses encerrado em março de 2015 (retrações respectivas de 2,9% e 0,9%). Essa trajetória refletiu, em especial, os impactos de quebras nas safras de café, milho e feijão; da retração na indústria de transformação; e, no âmbito dos serviços, da desaceleração na atividade transporte.

A evolução do Índice de Atividade Econômica Regional (IBCR-MG) e do Índice de Atividade Econômica do Banco Central – Brasil (IBC-Br), calculados pelo Banco Central, mostra crescimento mais intenso da atividade econômica do estado, em relação à do país, entre o início de 2012 e meados de 2013, impulsionado pela expansão da agricultura (principalmente café) e da indústria extrativa (Gráfico

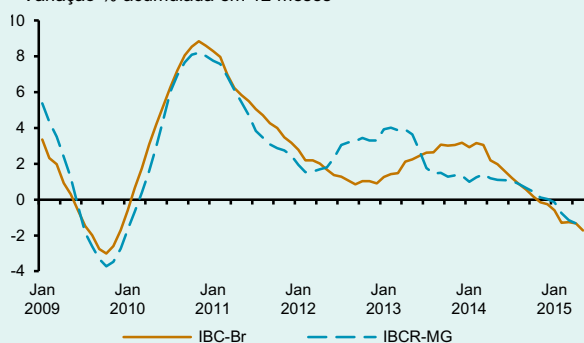
**Gráfico 1 – Produto Interno Bruto – PIB**



Fonte: IBGE e Fundação João Pinheiro (FJP)

**Gráfico 2 – Índice de Atividade Econômica do Banco Central**

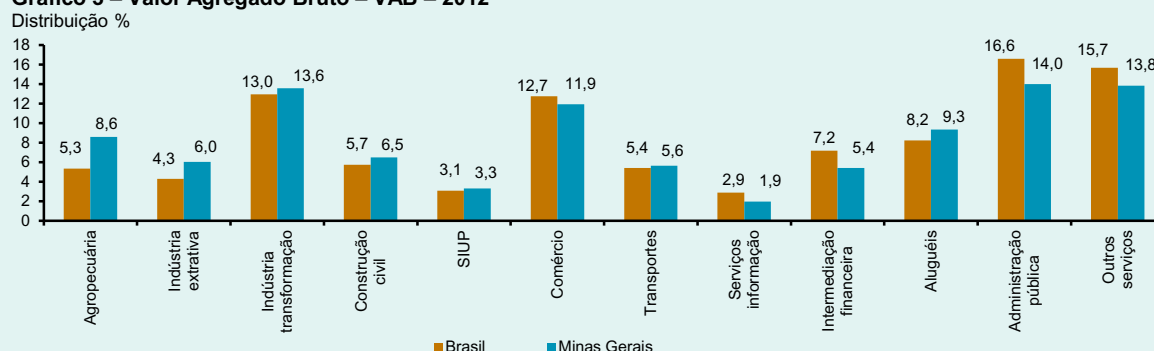
Variação % acumulada em 12 meses



1/ Os dados nacionais já incluem a revisão da metodologia divulgada pelo IBGE em março de 2015, enquanto os dados estaduais ainda não foram revisados.

2). Posteriormente, até meados de 2014, o desempenho da economia mineira – influenciado pela desaceleração dos segmentos agricultura e construção civil – foi inferior ao da economia brasileira. Considerados dados mais recentes, o ritmo da atividade econômica, segundo os indicadores mencionados, registrou relativo alinhamento, expresso em recuos respectivos de 1,5% e 1,7% no período de doze meses terminado em maio de 2015.

**Gráfico 3 – Valor Agregado Bruto – VAB – 2012**



Fonte: IBGE

**Tabela 1 – PIB de Minas Gerais por mesorregiões – 2012**

Mesorregiões	PIB		Var. nominal 2012/2008
	R\$ milhões	Distr. %	
RMBH	174 508	43,2	40,1
Triâng. Mineiro/Alto Paranaíba	63 507	15,7	48,3
Sul/Sudoeste de Minas	49 617	12,3	51,8
Zona da Mata	30 230	7,5	41,2
Vale do Rio Doce	22 438	5,6	26,2
Norte de Minas	16 456	4,1	46,1
Oeste de Minas	15 997	4,0	47,7
Noroeste de Minas	8 186	2,0	63,2
Campo das Vertentes	7 753	1,9	38,4
Central Mineira	6 250	1,5	31,1
Jequitinhonha	5 100	1,3	52,6
Vale do Mucuri	3 508	0,9	43,1
MG	403 551	100,0	42,8

Fonte: IBGE

A comparação do Valor Adicionado Bruto (VAB) da economia mineira e da nacional mostra que, em 2012<sup>2</sup>, as participações da agropecuária, das indústrias extrativa e de transformação, e do setor de transportes, armazenagem e correios eram mais representativas em Minas Gerais do que no Brasil. O oposto se observa em relação aos segmentos de serviços de informação e intermediação financeira; e de administração, saúde e educação públicas e seguridade social (Gráfico 3). Em Minas Gerais, a comparação entre as participações do VAB em 2012 e na média de 2002 a 2012, mostra recuos respectivos de 0,4 p.p. e de 2,2 p.p. nas representatividades dos VAB da agropecuária e da indústria (transformação, -3,7 p.p.; extrativa, 1,2 p.p.; construção, 0,9 p.p.) e aumento de 2,6 p.p. na do VAB do setor de serviços.

A atividade econômica do estado concentra-se, de acordo com o IBGE, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), responsável por 43,2% do PIB mineiro em 2012<sup>3</sup>, seguindo-se as participações do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba, Sul e Sudoeste de Minas, Zona da Mata e Vale do Rio Doce, que totalizaram, em conjunto, 41,1% do total (Tabela 1).

2/ Último dado divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

3/ Último dado disponível. A RMBH agrega 34 municípios, destacando-se que Belo Horizonte, Betim e Contagem são responsáveis, na ordem, por 33,5%, 16,1% e 11,8% do PIB desta área.

Ressalte-se que, de 2009 a 2012, as regiões do estado com crescimento econômico mais relevante foram a Noroeste de Minas, impulsionada pela indústria, principalmente em Paracatu; o Jequitinhonha, com destaque para o setor de serviços; e a Sul/Sudoeste de Minas, alavancada pelas atividades serviços e indústria, particularmente, em Extrema e em Pouso Alegre.

No âmbito do setor agrícola, a lavoura de café, principal cultura do estado, foi responsável por 29,6% do valor da produção agrícola mineira em 2013, ante média de 36,6%, de 1990 a 2013, de acordo com a Produção Agrícola Municipal (PAM), do IBGE (Tabela 2). O recuo repercutiu, em especial, o impacto da redução acumulada de 41,6% nos preços, em 2012 e 2013. As lavouras temporárias responderam por 62,2% do valor da produção, com destaque para cana-de-açúcar (16,1% do total), milho (12,5%), soja (12,0%), batata-inglesa (6,4%) e feijão (6,3%). Essas culturas foram responsáveis, em conjunto, por 82,8% do valor da produção agrícola do estado no ano e detiveram participações significativas nas safras do país, principalmente café (56,9%) e batata-inglesa (41,1%). Relativamente à pecuária, as produções de leite, suínos, bovinos e frangos representaram, na ordem, 28,5%, 13,8%, 11,4% e 9,5% da produção nacional.

As culturas de café, cana-de-açúcar, banana e tomate cresceram mais acentuadamente no estado do que no país, no período 2012 a 2014. Em oposição, as safras de grãos cresceram em ritmo mais moderado, principalmente milho, evidenciando sua expansão acentuada no Centro-Oeste, onde o maior aproveitamento da safra de inverno proporcionou que a produção média do grão aumentasse 106% no triênio, em relação ao triênio anterior.

A safra de café de Minas Gerais deverá registrar aumento anual de 3,1% em 2015, para 1,4 milhão de toneladas, de acordo com o Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de junho, do IBGE (Tabela 3). A produção de grãos do estado está estimada em 11,7 milhões de toneladas (6,3% do total do país), ressaltando-se que a estimativa de retração anual de 0,3% incorpora a projeção de recuo de 2,0% na produção de milho – principal cultura de grãos do estado. Vale destacar que essa retração repercuta,

**Tabela 2 – Principais produtos primários**

Descrição	%	
	No valor da produção agrícola do estado	Na produção nacional do item
Agricultura	100,0	10,6
Café	29,6	56,9
Cana-de-açúcar	16,1	9,2
Milho	12,5	11,5
Soja	12,0	4,3
Batata-inglesa	6,4	41,1
Feijão	6,3	22,3
Banana	3,4	16,5
Tomate	2,8	13,4

Fonte: PAM 2013, do IBGE

**Tabela 3 – Produção agrícola – Minas Gerais**  
Itens selecionados

Discriminação	Pesos <sup>1/</sup>	Em mil toneladas			
		Produção <sup>2/</sup>		Variação %	
		2009-2011	2012-2014	MG	Brasil
Grãos	32,4	10 469	11 946	14,1	22,2
Feijão	6,3	603	590	-2,1	-10,8
Milho	12,5	6 388	7 347	15,0	42,2
Soja	12,0	2 865	3 265	14,0	16,5
Café	29,6	1 345	1 521	13,1	8,2
Cana-de-açúcar	16,1	62 240	71 076	14,2	1,6
Batata inglesa	6,4	1 184	1 213	2,4	1,1
Banana	3,4	643	712	10,6	-0,9
Tomate	2,8	482	561	16,4	-3,7

Fonte: IBGE

1/ Por valor da produção – PAM 2013.

2/ Média no período. Por quantidade produzida – PAM 2013. 2014 = LSPA.

principalmente, a redução da área destinada à cultura na safra de verão, em detrimento da soja, que oferecia melhores perspectivas de retorno na época do plantio. Nesse cenário, a colheita de soja deverá aumentar 4,8% em 2015, apesar de apresentar menor produtividade, decorrente da estiagem que atingiu o estado no início do ano.

O Valor Bruto da Produção<sup>4</sup> (VBP) agropecuária no estado deverá recuar 0,4% em 2015, segundo estimativa de julho do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Os aumentos mais significativos devem ocorrer na pecuária bovina, no café, e na banana, e as reduções mais importantes, no valor da produção da batata-inglesa, do leite, da cana-de-açúcar e do milho.

A Pesquisa Industrial Anual-Empresa, do IBGE, indica que a participação da indústria extrativa no Valor da Transformação Industrial (VTI) de Minas aumentou de 14,7%, no triênio 2007-2009, para 28,8%, no quadriênio 2010-2013, evolução associada, fundamentalmente, ao aumento da demanda da China por minério de ferro. A participação de Minas Gerais no resultado da indústria extrativa nacional passou de 17,4% para 25,4%, nos períodos mencionados, atingindo 47,1% na extração de minério-de-ferro. Em sentido oposto, a participação mineira no VTI das indústrias de transformação recuou de 10,2% para 9,6%, no período, evolução consistente com o desempenho mais modesto das indústrias automobilística, metalúrgica, de máquinas e equipamentos, e de produtos alimentícios, que representaram, em conjunto, 52,5% do VTI da transformação do estado no quadriênio (Tabela 4).

As vendas do comércio varejista do estado (Tabela 5) registraram aumento médio anual de 3,4% no triênio encerrado em 2014, ante 4,9% no país, de acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (aumentos médios respectivos de 8,7% e 7,8% no triênio anterior). O menor dinamismo da atividade varejista no estado refletiu, em parte, o impacto da desaceleração da atividade em segmentos importantes na cadeia produtiva do estado, como indústrias automotivas e metalúrgicas, que pagam salários mais elevados. Destaque, no triênio 2012-

**Tabela 4 – Valor da Transformação Industrial (VTI)**

Principais produtos conforme VTI – Média de 2010 a 2013

Seções e atividades	Distrib. da ind. em MG	Represent. na indústria nacional
Indústria extrativa	28,8	25,4
Extração de minerais metálicos	27,7	47,1
Indústria de transformação	71,2	9,6
Produtos alimentícios	12,6	10,1
Metalurgia	12,3	30,0
Veículos automotores	10,2	12,9
Coque, derivados do petróleo e biocombustíveis	5,4	6,2
Produtos de minerais não-metálicos	4,0	13,3
Produtos químicos	3,4	6,2
Produtos de metal, ex. máq. e equip.	3,5	11,1
Bebidas	2,1	7,7
Máquinas e equipamentos	2,2	5,3
Produtos farmoquímicos e farmacêuticos	1,0	5,8
Outros	14,4	6,9

Fonte: IBGE – Pesquisa Industrial Anual – Empresa

**Tabela 5 – Evolução do comércio varejista – 2012-2014<sup>1/</sup>**

Setores	Variação % a.a.	
	MG	Brasil
Comércio varejista	3,4	4,9
Combustíveis e lubrificantes	5,1	5,2
Hiper, supermercados	0,8	3,8
Tecidos, vestuário e calçados	0,3	1,9
Móveis e eletrodomésticos	9,3	5,8
Comércio ampliado	1,6	3,2
Veículos e motos, partes e peças	-1,7	-0,4
Material de construção	2,6	4,9

Fonte: IBGE

1/ Taxa média anual no período de 2012 a 2014.

4/ O VBP foi estimado a partir do LSPA de junho e dos preços médios recebidos pelos produtores em 2014 e 2015, corrigidos pelo IGP-DI.

2014, para o aumento acentuado nas vendas de móveis e eletrodomésticos, contrastando com a moderação na expansão no segmento hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo, que detém o maior peso no comércio varejista. As vendas do comércio ampliado, que incorporam veículos e material de construção, apresentaram expansão média anual de 1,6% no estado e de 3,2% no país, no triênio 2012-2014, ante 10,2% e 8,5%, respectivamente, no triênio anterior. A desaceleração repercutiu, sobretudo, a perda de dinamismo das vendas do setor automobilístico.

**Gráfico 4 – Comércio exterior**

Participação % de MG na balança comercial do país



Fonte: MDIC

\* Média de janeiro a junho.

As exportações de Minas Gerais apresentaram, de 2004 a 2012, maior dinamismo do que as do país, evolução evidenciada no aumento de sua representatividade no total das vendas externas brasileiras (Gráfico 4). Essa trajetória foi mais acentuada em 2010 e 2011, quando as exportações de minério de ferro e café, principais produtos da pauta exportadora do estado, foram beneficiadas por aumentos nas respectivas cotações internacionais. A partir de 2012, a moderação da demanda externa – em especial da China, principal destino dos embarques de minério – impactou negativamente as exportações do estado, que representaram 13,0% do total do país em 2014 (13,7% em 2012). Considerando período mais recente, as exportações do estado recuaram 26,6% nos seis primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo de 2014 (retração de 14,7% no país).

A participação das importações de Minas Gerais no total do país aumentou de 2004 a 2008 e manteve-se relativamente estável de 2009 a 2012, quando passou a recuar, atingindo 4,8% em 2014 (Gráfico 4). Ressalte-se que as aquisições externas do estado cresceram 16,7% no triênio encerrado em 2014, em relação ao triênio anterior, ante aumento de 29,2% no país, distinção associada, em parte, ao menor dinamismo da atividade no estado, em relação ao observado no Brasil. Considerando período mais recente, as importações do estado recuaram 13,4% nos seis primeiros meses de 2015, em relação a igual intervalo de 2014 (retração de 18,5% no país).

**Tabela 6 – Quantidade de trabalhadores no regime CLT**  
Dezembro de 2014

Setores	Em milhões				
	MG	%	Brasil	%	Participação %
Total	4,28	100,0	41,21	100,0	10,4
Ind. de transformação	0,85	19,8	8,21	19,9	10,3
Comércio	0,98	22,9	9,42	22,9	10,4
Serviços	1,65	38,5	17,43	42,3	9,5
Construção civil	0,36	8,5	3,07	7,4	11,8
Agropecuária	0,27	6,4	1,55	3,8	17,7
Ind. extrativa mineral	0,06	1,5	0,22	0,5	28,1
Outros <sup>1/</sup>	0,11	2,5	1,31	3,2	8,2

Fonte: MTE/Caged

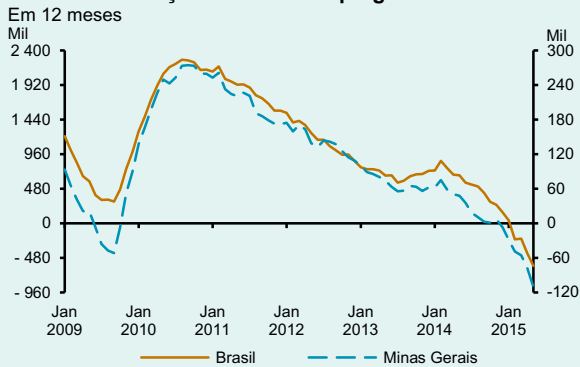
1/ Inclui serviços industriais de utilidade pública, administração pública e outros.

O mercado de trabalho formal de Minas Gerais registrava 4,3 milhões postos em dezembro de 2014, segundo o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) do Ministério do Trabalho e



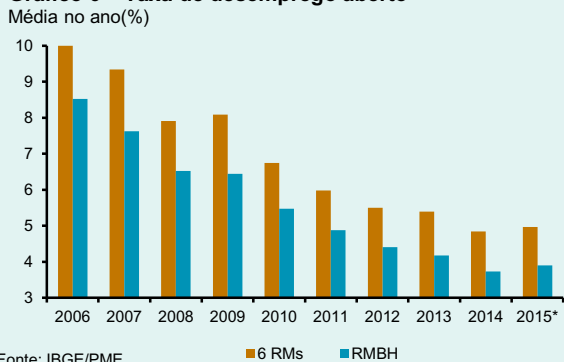
Emprego (MTE) (10,4% do total no Brasil), conforme a Tabela 6. O número de postos formais no estado aumentou 4,0% em relação a dezembro de 2011 (4,4% no país), destacando-se os aumentos respectivos de 1,2 p.p. e 1,0 p.p. nas participações dos setores serviços e comércio, e as retrações de 0,6 p.p. nas relacionadas à indústria de transformação e à construção civil, atividades que apresentaram menor dinamismo no período considerado.

**Gráfico 5 – Criação de novos empregos formais**



A criação de empregos formais no estado desacelerou a partir do final de 2010, a exemplo do observado no Brasil (Gráfico 5), destacando-se que a economia de Minas Gerais eliminou 7,5 mil postos em 2014, com demissões mais acentuadas na construção civil e na indústria de transformação (principalmente nas indústrias metalúrgica e automobilística). Ressalte-se, ainda, que a agropecuária registra eliminação de postos formais desde o primeiro semestre de 2012, evolução associada tanto ao impacto da desaceleração da atividade econômica – interna e externa – sobre o cultivo de florestas para produção de carvão para a indústria metalúrgica, quanto à mudança estrutural observada no setor, com maior mecanização das culturas de café e cana-de-açúcar, tradicionalmente intensivas em mão-de-obra.

**Gráfico 6 – Taxa de desemprego aberto**

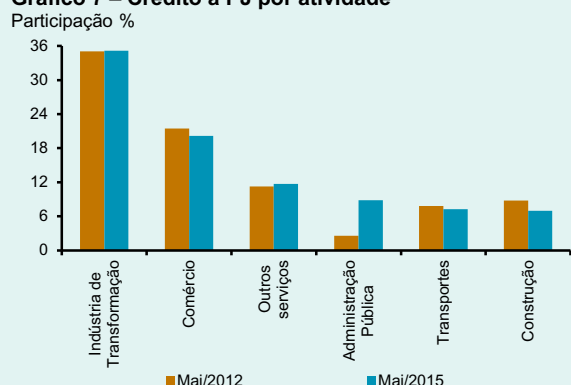


A taxa média de desemprego aberto na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) recuou de 4,9% em 2011 para 3,7% em 2014, menor patamar desde 2002, segundo a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) do IBGE (Gráfico 6). Vale ressaltar que a retração no indicador em 2013 e 2014 repercutiu redução mais intensa na População Economicamente Ativa (PEA) do que na população ocupada. O processo de ajuste em curso na economia brasileira vem se refletindo no mercado de trabalho de Minas Gerais, que registrou taxa de desemprego média de 5,0% nos cinco primeiros meses de 2015 (3,7% em igual período de 2014).

O rendimento médio do trabalho no estado atingiu R\$1.589 em 2014, patamar 5,5% inferior à média nacional, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC). O indicador variou 6,7% em relação a 2012 (primeiro ano da PNADC), oitava maior expansão entre as unidades da federação (aumento de 4,8% no país).

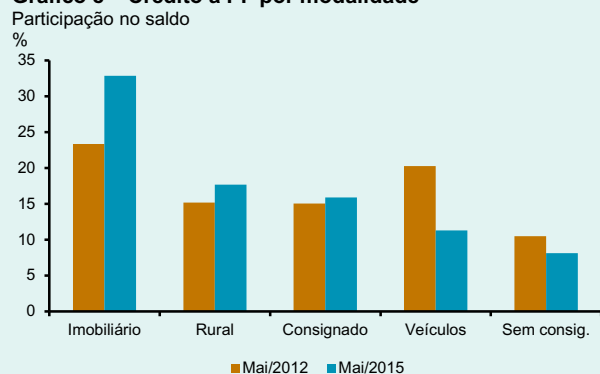
As operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas no estado aumentaram, em média, 22,0% e 14,0%, respectivamente, nos triênios encerrados em 2011 e em 2014 (19,7% e 14,6%, na ordem, no país). Essa trajetória de desaceleração – consistente com a acomodação da atividade econômica – se intensificou no período mais recente, com a variação das operações de crédito elevando-se 8,6% no intervalo de doze meses encerrado em maio de 2015 (10,5% no país). Ressalte-se que, desde dezembro de 2013, a taxa de variação em doze meses das operações de crédito em Minas Gerais situa-se em patamar inferior à média nacional.

**Gráfico 7 – Crédito a PJ por atividade**



A carteira de pessoas jurídicas registrou variações respectivas de 20,9%, 11,0% e 5,7% nas mesmas bases de comparação (18,0%, 13,2% e 9,4%, na ordem, no país). Essas operações de crédito concentravam-se, em maio de 2015, nos segmentos indústria de transformação (35,2% do total)<sup>5</sup>, comércio (20,2%), outros serviços (11,7%) e administração pública (8,8%), que detinha participação de 2,6% em maio de 2012 (Gráfico 7).

**Gráfico 8 – Crédito a PF por modalidade**



A carteira de pessoas físicas registrou variações respectivas de 23,3%, 17,3% e 11,4% nos períodos analisados (22,0%, 16,3% e 11,7%, na ordem, no país). A participação da modalidade financiamento imobiliário no total das operações contratadas no segmento atingiu 32,9% em maio de 2015 (23,3% em maio de 2012), destacando-se, ainda, a representatividade das modalidades crédito rural (17,7%) e crédito consignado (15,9%), com aumentos respectivos de 2,5 p.p. e 1,8 p.p., no período. Em sentido oposto, as participações das modalidades financiamento de veículos e crédito pessoal não consignado recuaram, na ordem, 9,0 p.p. e 2,4 p.p., para 11,3% e 8,1%, respectivamente (Gráfico 8).

A inadimplência nas operações de crédito superiores a R\$1 mil realizadas em Minas Gerais atingiu 2,77% em dezembro de 2014, ante 2,91% em dezembro de 2011 (Gráfico 9). No país, a inadimplência recuou 0,49 p.p. no período, para 2,58%, influenciada pela melhora relativa na qualidade da carteira de crédito nas regiões Centro-Oeste e Norte.

5/ Os empréstimos para as indústria de siderurgia; fabricação de veículos; alimentos e bebidas; coque, derivados de petróleo e biocombustíveis; e minerais não metálicos representavam, em conjunto, 69,0% do crédito contratado no segmento.

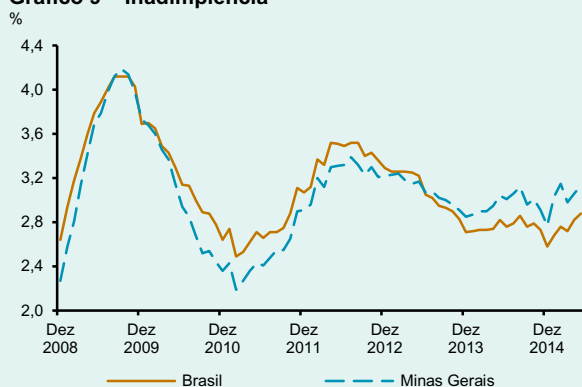
O recuo na taxa de inadimplência do estado repercutiu, em especial, a retração de 0,98 p.p., para 3,29%, no segmento de pessoas físicas, reflexo de aumento da participação das operações de financiamento imobiliário, tradicionalmente com inadimplência reduzida, e da adoção de critérios mais seletivos para financiamentos de veículos, a partir do primeiro semestre de 2012. No segmento de pessoas jurídicas, a inadimplência aumentou 0,27 p.p., para 2,23%, no período.

Na margem, a inadimplência nas operações de crédito superiores a R\$1 mil variou, nos cinco primeiros meses do ano, 0,36 p.p. no estado e 0,30 p.p. no Brasil, reflexo de variações de 0,47 p.p. e 0,39 p.p. nas respectivas carteiras de pessoas jurídicas e de 0,23 p.p. e 0,19 p.p. nas de pessoas físicas.

Os projetos de investimento em Minas Gerais divulgados para os próximos anos, conforme pesquisa do Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa de Minas Gerais (Sebrae-MG), publicada em maio de 2015, totalizam R\$47 bilhões. Desse total, 53,9% concentram-se nos setores de mineração, infraestrutura (62% em estradas, 25% em aeroportos, e 13% em ferrovias), construção e energia (51% em transmissão e distribuição, 24% em hidroelétricas e 22% em energia solar e termoelétrica). Os investimentos localizam-se, em especial, na região Central (51,0% do total), no Triângulo Mineiro (15,45%), no Vale do Rio Doce (8,3%) e no Sul de Minas (8,1%).

A economia de Minas Gerais mostrou menor dinamismo do que a do país no triênio 2012-2014, em cenário de restrições ao desempenho de setores importantes na estrutura produtiva do estado, como as indústrias extrativa, metalúrgica, automobilística e de produtos de metal, e a cafeicultura. Considerados períodos mais recentes, as economias do estado e do país apresentam trajetória mais uniforme. As perspectivas de recuperação da economia do estado nos próximos trimestres devem ser consideradas no âmbito do processo de ajuste macroeconômico em curso no país, destacando-se ainda a importância de impactos favoráveis advindos da recuperação da economia mundial.

**Gráfico 9 – Inadimplência**



**Tabela 7 – Investimentos previstos para os próximos anos**

Cadeia produtiva	R\$ milhões	
	Valor	%
Total	47 134	100,0%
Mineração	13 502	28,6%
Infraestrutura	4 895	10,4%
Construção	3 554	7,5%
Energia	3 458	7,3%
Automotivo	2 298	4,9%
Petróleo & Gás	2 178	4,6%
Água & Saneamento	2 170	4,6%
Fertilizantes	2 157	4,6%
Shopping Centers	1 641	3,5%
Siderurgia	1 051	2,2%
Outros	10 230	21,7%

Fonte: Sebrae-MG

# Apêndice

---

**Banco Central do Brasil**

**Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil**

# Banco Central do Brasil

---

## **Presidente**

**Alexandre Antonio Tombini**

## **Diretor de Política Econômica**

**Luiz Awazu Pereira da Silva**

## **Chefe do Departamento Econômico**

**Tulio José Lenti Maciel**

## **Representações Regionais do Departamento Econômico**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belém**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Recife**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em Salvador**

**Gerência Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo**



# Representações Regionais do Departamento Econômico do Banco Central do Brasil

---

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belém  
Chefe de Equipe: Edilson Rodrigues de Sousa

Boulevard Castilhos França, 708 – Centro  
Caixa Postal 651  
66010-020 – Belém (PA)  
*E-mail:* pa.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Belo Horizonte  
Chefe de Equipe: Rodrigo Lage de Araújo

Av. Álvares Cabral, 1.605 – Santo Agostinho  
Caixa Postal 887  
30170-001 – Belo Horizonte (MG)  
*E-mail:* mg.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Curitiba  
Chefe de Equipe: Vanderléia Centenaro

Av. Cândido de Abreu, 344 – Centro Cívico  
Caixa Postal 1.408  
80530-914 – Curitiba (PR)  
*E-mail:* pr.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Fortaleza  
Chefe de Equipe: Afonso Eduardo de Oliveira Jucá

Av. Heráclito Graça, 273 – Centro  
Caixa Postal 891  
60140-061 – Fortaleza (CE)  
*E-mail:* ce.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Porto Alegre  
Chefe de Equipe: Maria Juliana Zeilmann Fabris

Rua 7 de setembro, 586 – Centro  
Caixa Postal 919  
90010-190 – Porto Alegre (RS)  
*E-mail:* rs.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Recife  
Chefe de Equipe: Fernando de Aquino Fonseca Neto

Rua da Aurora, 1259 – Santo Amaro  
Caixa Postal 1.445  
50040-090 – Recife (PE)  
*E-mail:* pe.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos no Rio de Janeiro  
Chefe de Equipe: Lilian Carla dos Reis Arquete

Av. Presidente Vargas, 730 – Centro  
Caixa Postal 495  
20071-900 – Rio de Janeiro (RJ)  
*E-mail:* rj.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em Salvador  
Chefe de Equipe: Itamar Marins da Silva

Av. Anita Garibaldi, 1.211 – Ondina  
Caixa Postal 44  
40210-901 – Salvador (BA)  
*E-mail:* ba.depec@bcb.gov.br

Gerência-Técnica de Estudos Econômicos em São Paulo  
Chefe: Mauricio Barreto Campos

Av. Paulista, 1804 – Bela Vista  
Caixa Postal 8.984  
01310-922 – São Paulo (SP)  
*E-mail:* gtspa.depec@bcb.gov.br

## Siglas

---

<b>a.a.</b>	Ao ano
<b>BNDES</b>	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>Caged</b>	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
<b>Cepa/SC</b>	Centro de Socioeconomia e Planejamento Agrícola de Santa Catarina
<b>Cepea</b>	Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada
<b>CNC</b>	Confederação Nacional do Comércio
<b>CNI</b>	Confederação Nacional da Indústria
<b>Condepe/Fidem</b>	Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco
<b>Cotepe</b>	Comissão Técnica Permanente do ICMS
<b>Depec</b>	Departamento Econômico
<b>Deral</b>	Departamento de Economia Rural
<b>Emater/RS</b>	Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
<b>EUA</b>	Estados Unidos da América
<b>Fecomercio SP</b>	Federação do Comércio do Estado de São Paulo
<b>Fecomércio-RS</b>	Federação do Comércio de Bens e de Serviços do Estado do Rio Grande do Sul
<b>FEE</b>	Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser
<b>Fenabreve</b>	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
<b>Fieam</b>	Federação das Indústrias do Estado do Amazonas
<b>Fiec</b>	Federação das Indústrias do Estado do Ceará
<b>Fiemg</b>	Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais
<b>FIEMT</b>	Federação das Indústrias do Estado de Mato Grosso
<b>Fiep</b>	Federação das Indústrias do Estado do Paraná
<b>Fiepe</b>	Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco
<b>Fiergs</b>	Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul
<b>Fiesc</b>	Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina
<b>Fiesp</b>	Federação das Indústrias do Estado de São Paulo
<b>Firjan</b>	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
<b>FJP</b>	Fundação João Pinheiro
<b>FPE</b>	Fundo de Participação dos Estados
<b>FPM</b>	Fundo de Participação dos Municípios
<b>Fundeb</b>	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação
<b>GNL</b>	Gás Natural Liquefeito
<b>IBCR</b>	Índice de Atividade Econômica Regional
<b>IBGE</b>	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>ICA</b>	Índice de Condições Atuais
<b>ICC</b>	Índice de Confiança do Consumidor
<b>ICCBH</b>	Índice de Confiança do Consumidor de Belo Horizonte

<b>Iceb</b>	Indicador de Confiança do Empresariado Baiano
<b>Icec</b>	Índice de Confiança do Empresário do Comércio
<b>Icei</b>	Índice de Confiança do Empresário Industrial
<b>Icet</b>	Índice de Confiança do Empresário da Indústria de Transformação
<b>ICF</b>	Intenção de Consumo das Famílias
<b>ICMS</b>	Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
<b>IDI</b>	Índice de Desempenho Industrial
<b>IE</b>	Índice de Expectativas
<b>IGP-DI</b>	Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna
<b>Indi</b>	Instituto de Desenvolvimento Industrial do Ceará
<b>Iparde</b>	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
<b>IPCA</b>	Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo
<b>Ipead</b>	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas, Administrativas e Contábeis de Minas Gerais
<b>IVV</b>	Índice de Velocidade de Vendas
<b>LSPA</b>	Levantamento Sistemático da Produção Agrícola
<b>Mapa</b>	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
<b>MDIC</b>	Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
<b>MTE</b>	Ministério do Trabalho e Emprego
<b>Nuci</b>	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
<b>p.p.</b>	Pontos percentuais
<b>PAM</b>	Produção Agrícola Municipal
<b>PEA</b>	População Economicamente Ativa
<b>PEIC</b>	Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor
<b>PIB</b>	Produto Interno Bruto
<b>PIM</b>	Pesquisa Industrial Mensal
<b>PIM-PF</b>	Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física
<b>PMC</b>	Pesquisa Mensal do Comércio
<b>PME</b>	Pesquisa Mensal de Emprego
<b>PMS</b>	Pesquisa Mensal de Serviços
<b>PNADC</b>	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
<b>PO</b>	População Ocupada
<b>RMB</b>	Região Metropolitana de Belém
<b>RMBH</b>	Região Metropolitana de Belo Horizonte
<b>RMF</b>	Região Metropolitana de Fortaleza
<b>RMR</b>	Região Metropolitana do Recife
<b>RMRJ</b>	Região Metropolitana do Rio de Janeiro
<b>RMS</b>	Região Metropolitana de Salvador
<b>RMSP</b>	Região Metropolitana de São Paulo
<b>RMV</b>	Região Metropolitana de Vitória
<b>Seab</b>	Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Estado do Paraná
<b>Seade</b>	Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados
<b>Sebrae</b>	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
<b>Sefaz-RJ</b>	Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro
<b>SEI</b>	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
<b>SIF</b>	Serviço de Inspeção Federal
<b>Sincodiv PR</b>	Sindicato dos Concessionários e Distribuidores de Veículos no Estado do Paraná
<b>Sinduscon-RS</b>	Sindicato das Indústrias da Construção Civil do Rio Grande do Sul
<b>STN</b>	Secretaria do Tesouro Nacional
<b>USP</b>	Universidade de São Paulo
<b>VAB</b>	Valor Adicionado Bruto

**VBP**

Valor bruto da produção

**VTI**

Valor da Transformação Industrial